



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 250/2012
(Autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto)

Inserção da Festa da Paleta
Trapeira no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Paleta Trapeira, realizada anualmente, no mês de julho, no Município de Moreira Sales.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
Prof. Kury


Elio Kury


Roberto Casar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

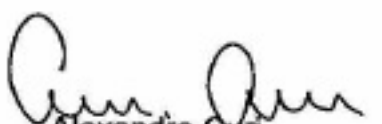
Redação Final ao Projeto Lei nº 486/2013
(Autoria do Deputado Stephanes Junior)



Concessão de Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida, com sede e foro no Município de Rio Negro.

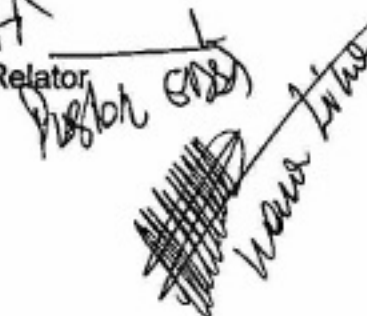
Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1 de setembro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente



Relator


Stephanes Junior



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 799/2013 (Autoria do Deputado Professor Lemos)

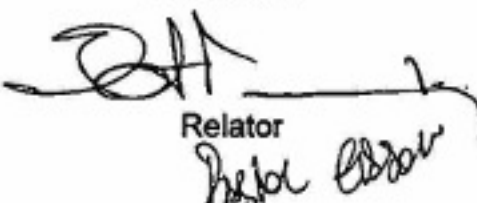
Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri, realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro em comemoração ao Dia do Rio.


Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri, realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro em comemoração ao Dia do Rio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1 de setembro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 200/2014 (Autoria do Deputado Ademar Traiano)

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Missa por um Natal Solidário, realizada anualmente em dezembro, no Município de Curitiba.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Missa por um Natal Solidário, realizada anualmente em dezembro, no Município de Curitiba.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei e adotará medidas para apoiar a organização do evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1 de setembro de 2014.

Alexandre Curt
Presidente

Relator
Rafael Bissin



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 225/2014
(Autoria do Deputado Tercílio Turini)

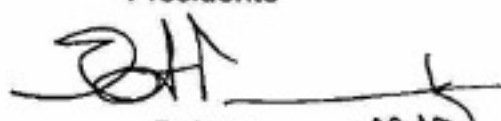
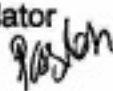
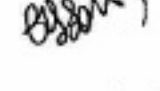
Concessão de Título de Utilidade Pública à Geração Integrar - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, com sede e foro no Município de Londrina.

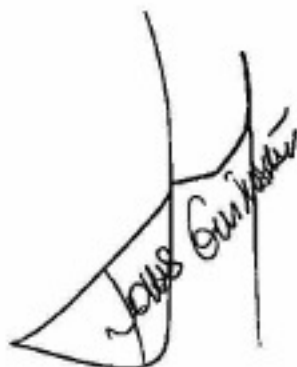
Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Geração Integrar - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1 de setembro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator
 


José Guinle


Tercílio Turini



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 14/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 11 AGO. 2014

1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de junho de 2014.

ART.1º.- Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de junho de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 05 de agosto de 2014.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
Relator



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 051/2014/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 051/2014/CTC, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados previstas na Resolução 003/2004 com as modificações contidas na Resolução 003/2009, referentes ao mês de junho de 2014.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição em tela, entendo que a mesma encontra-se de acordo com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo Parecer – Favorável – Aprovado.

Pelo acima exposto, esta Relatoria decide, pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORAVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 05 de agosto de 2014

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
Relator

Dep. Aníbal Kfury
Dep. Alexandre Azei
Dep. Roberto Tupion

Dep. Clementino
Dep. B. B. B.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40/2014

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 JUL. 2014

1º Secretário

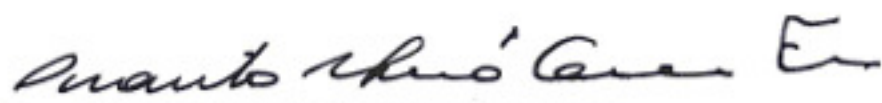
Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Nelson Piovesan, o Lote nº 130, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 5.4183 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 43, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 14 de julho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 43, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 14 de julho de 2014.

- ANEXO I -

Curitiba, em 4 de junho de 2014.



I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em 29/06/2014

Senhor Presidente,



Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Nelson Piovesan, o Lote 130, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 5,4183 ha., localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.604.675-5-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.604.675-5

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 14 JUL. 2014


1º Secretário

LANÇADO

Prot. 8.090.068-6 - Cancelamento de

333



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

000001

INCORPORAÇÃO

CARIMBO

Fla. n. 0190

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ELPIT

NUM. 5.604.675-5

DATA-

HORA-

11 DEZ 2003

INTERESSADO

NELSON PIOVESAN

4106

ASSUNTO

Requer a regularização do lote 130 Gleba 15

Imóvel Colônia Boa Ventura.

ENCAMINHAMENTO

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
1 16/12/03	Smtou CGET/DT	Q	1 24/05/11	Diretor R.F. Beto	J
2 02-12-04	Sema-AJ	Q	2 26/06/13	ITC/GP	J
3 17.03.05	ERPIT/Promon	Pain	3 10 JUL 2013	PGE	sm
4 7/11/06	3ta / DIER	DA	4 21/08/13	CAO	law
5 19-12-07	I.T.C/AJ	Q	5 21/08/13	SEMA	R
6 19.12.07	SEMA IAS / PUPim	cash	6 16/09/13	SEEG/CAO	eg
7 31.01.08	ITC/GP	Pain	7 17/08/13	NJA	J
8 14/02/08	ITC/AJ	Q	8 14/02/14	CAO	eg
9 03/03/08	SEMA/AJ	Q	9 14/02/14	SEMA	J
10 5.3.08	ITC/DIER	Q	10 18/02/14	ITCG/gab	eg
11 10/06/08	CC/DG	Q	11 07/03/2014	ITC/GP	PUPim

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DO
INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS.**

NELSON PIOVESAN, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG.
7.772.203/SP e CPF 317.920.228-91, residente e domiciliando no município de
Boa Ventura de São Roque, vem requerer a Vossa Senhoria a regularização do lote
130 Gleba 15 - Imóvel Colônia Boa Ventura – com área de 5,4183 há, nos termos
da Lei 7055/78.

Nestes termos
Pede deferimento
Pitanga 31 de agosto de 2006


NELSON PIOVESAN

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CEDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

NELSON PIOVESAN

Avelino Piovesan

Orlando Filippini

Piracicaba-SP 22 Jul. 1939

Nelson Piovesan

P.I. 1.772.203

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

SSP
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
DISTRITO DA 105



7.772.203

10.5.39

Cartório Distrital de Boa Ventura

Município e Comarca de Pitanga

Estado do Paraná

Valentin Peron
TABELIÃO - CIC 164 952 339-49

Lote 130 Gleba 15 Col. Boa
Ventura

" DECLARAÇÃO "

Área: 5.4183 ha.

Pela presente declaração nós SEBASTIÃO RODRIGUES DE LIMA e MARIA GALVÃO DE LIMA, brasileiros, casados, ele agricultor e ela do lar, residentes neste Distrito, Boa Ventura, Pitanga, Pr, portadores da certidão de Casamento nº148 fls 148 do livro B.01, do CRC de Boa Ventura, e CIC Nº735.101.149/49 declaramos para fins de direitos que vendemos para o Sr. NELSON PIOVESAN, residente neste Distrito, Boa Ventura, Pitanga, Pr, uma área de terras medindo 2,5 Alqueires Paulistas situada na Gleba 15 de Boa Ventura, Pitanga, Pr, pelo preço certo e ajustado de Cr\$:75.000,00 (Setenta e cinco mil Cruzados) que será pago da seguinte forma: sendo que o Sr Nelson Piovesan paga neste ato em moeda corrente deste país Cr\$:13.000,00 (Treze mil Cruzados) e os restantes de Cr\$62.000,00 (Sessenta e dois mil Cruzados) com o vencimento para o dia 25/02/88 que será representado por uma nota promissória. entra ainda como objeto de negócio dois paiol, cerca, e as demais benfeitorias existentes no referido imóvel. Nós vendedores declaramos a posse do imóvel para o comprador nesta data 21/10/87.

Para que a mesma produza seus efeitos legais vai por nós assinada e na presença de duas testemunhas pessoas capazes, residentes neste Distrito,.

Boa Ventura, 21 de Outubro de 1.987.

A Rogo de Sebastião: Sebastião Rodrigues Galvão

Maria Galvão de Lima

- Maria Galvão de Lima -

Nelson Piovesan

- Nelson Piovesan -

1ª Test.

2ª Test.

Luiz F. de Godoy

NELSON PIOVESAN

PARA O FUNCIONÁRIO MAURO GRUBER
PARA VISTORIA

JOSÉ TADEU BINI
CHEFE REGIONAL/ERPIT

ESCRITÓRIO DE

PITANGA

INCORPORAÇÃO

LAUDO DE VISTORIA

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ELPIT

NUM. 5.604.675-

DATA-

11 DEZ 2003

HORA-

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: NELSON PIOVESAN
Filiação: Pai: AVELINO PIOVESAN
Mãe: ORLANDA FLIPINI
Local de Nascimento: PIRACICABA/SP Data do Nascimento: 22/07/193
Estado Civil: CASADO N° de Filhos: -
Profissão: AGRICULTOR Carteira Profissional N°: -
Carteira de Identidade N° 7.372.203/SP CGC/CPF: 317.920.228-91
Certidão de Casamento ☐ Local: - N°: - Livro: - Fls.: -
Nascimento ☐
Outro documento: -
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? -
Onde? -
Residência: Boa Ventura de São Roque

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais) LOTE 130 - GLEBA 15
Localidade: CACHOEIRINHA Distrito: -
Município: Boa Ventura de São Roque Comarca: Pitanga
Área do Imóvel (em ha): 5,4183 N° Cadastro no Incra: -
Descrever localização e condições de acesso: Rodovia Pitanga à Guarapuava percorre
aprox. 35 km entra a esquerda percorre aprox. 25 km sentido
cachoeirinha.

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: 19 anos.
Como ocorreu a transmissão: COMPRA
Nome do Transmissor: SEBASTIÃO RODRIGUES DE LIMA
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no Imóvel: Sim ☐ Não ☒
Nome do Preposto: -

129

Espécie: Particular ☒DECLARAÇÃO

Público ☐

Comarca:.....Município:.....

Cartório:..... Nº..... Livro:..... Fls:.....

Local/Município: Roca Ventura de São Roque ha 50.0000

Local/Município: ha Proprietário:

Financiamento bancário: Não ☒ Sim ☐

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: Local.....

Condição: Proprietário ☐ Empregado ☐ Arrendatário ☐ Parceiro ☐

[illegible]

07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL			
ESPECIFICAÇÃO		ha	%
Culturas permanentes.....			
Culturas temporárias.....	soja , milho	4,0637	75
Pastagens.....			
Campos.....			
Matas.....		1,3546	25

ESPECIFICAÇÃO

ha

%

Culturas permanentes.....		
---------------------------	--	--

Culturas temporárias:	soja , milho	4,0637	75
-----------------------	--------------	--------	----

Pastagens.....	
----------------	--

Campos.....		
-------------	--	--

Matas.....	1.3546	25
------------	--------	----

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL



Preço Médio da região R\$...../ha.

Plano.....%

Levemente ondulado.....%

Topografia: Ondulado.....%

Acidentado.....%

Alagadiço.....%

Pedreira.....%

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☐

Apresenta pouco ☐

Acentuada ☐

Conservação: Curva de Nível ☐

Terraço ☐

09 - CROQUI



RESERVA LEGAL

NELSON PIOVESAN

AO ITCG/DITER
PARA OS DEVIDOS FINS


JOSÉ TADEU BINI
CHEFE REGIONAL/ERPIT



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
COMARCA DE PITANGA - (PR)
Município de Boa Ventura de São Roque
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E ANEXO.
AV. SÃO ROQUE, 322 FONE (0xx42) 652-1038 - CEP 85225-000
HÉLIO BARBOSA RIBAS - OFICIAL
MARCELO DE JESUS FERREIRA DE LIMA - ESCRIVENTE

SEMA/REG./FU.
Fla. n. 09

DIRETORIA LEGAL
Pg 154

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS POSSESSÓRIOS QUE FAZEM:
NELSON PIOVESAN E SUA MULHER IRACY DETONI PIOVESAN À AGNALDO
JOSÉ PIOVESAN, NO VALOR DE R\$3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS),
NA FORMA QUE SEGUE:

LIVRO N.10 - FOLHAS 134.

Cartório do Registro Civil e Tabelionato
Mun. de Boa Ventura de São Roque
Comarca de Pitanga - PR.
Helio Barbosa Ribas
OFICIAL E NOTARIO

S A I B A M quantos este público instrumento de
Escritura Publica de Cessão de Direitos Possessórios virem ou dele conhecimento
tiverem, que aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três (10-12-2.003), que
em Cartório sito à Avenida São Roque, 322, nesta cidade de Boa Ventura de São Roque,
Comarca de Pitanga, perante mim Tabelião, compareceram partes entre si, justas e
contratadas saber:- De um lado como outorgantes cedentes **NELSON PIOVESAN**
CI/RG n.7.772.203-SSP/SP., e CIC/MF n.317.920.228-91 e sua mulher **IRACY**
DETONI PIOVESAN-CI/RG n.-17.670.311-SSP/SP., e CIC/MF n.022.896.699-03,
brasileiros, agricultores, casados entre si sob o regime de **COMUNHÃO DE BENS**, aos
06-12-1.959, anterior à Lei 6.515/77, residentes e domiciliados na localidade de
Cachoeirinha, neste Município; e de outro lado como outorgado cessionário **AGNALDO**
JOSÉ PIOVESAN-CI/RG n.16.658.790-SSP/SP., e CIC/MF n.677.589.089-34,
brasileiro, solteiro, maior, agricultor, residente e domiciliado na localidade de
Cachoeirinha, neste Município. Todos conhecidos de mim Tabelião do que dou fé. E
pelos outorgantes cedentes me foi dito que pela quantia de R\$3.500,00 (três mil e
quinhentos reais), que neste ato confessam já ter recebido das mãos do outorgado
cessionário em moeda corrente do País, que contaram e acharam exata, dando por este
instrumento de Escritura Publica de Cessão de Direitos Possessórios, plena, geral e
irrevogável quitação de pago e satisfeito, transferindo desde já todos os direitos
possessórios, obrigações e impostos desta data em diante sobre uma área de terras
medindo 5,4183ha (CINCO HECTARES, QUARENTA E UM ARES E OITENTA E
TRÊS CENTIARES), constituída pelo lote n.130 (CENTO E TRINTA), da gleba

Continuação...

cessionário tomar posse do referido imóvel como coisa sua que fica sendo desta data diante, e ainda, querendo, o referido cessionário poderá requerer junto ao Orgão competente do governo do Estado do Paraná em ocasião que lhe convier, a expedição de Título de Dominio Pleno. Que não incide sobre a presente a taxa do FUNREJUS nos termos do item n.º 16 da Instrução Normativa n.º 01/99 de 09-06-99 da Lei 12.216 de 15-07-1998. A presente escritura encontra-se devidamente registrada no livro de Protocolo de Escrituras neste Cartório sob n.º 181/03, do livro 01, em data 10-12-2003. Assim convencionados me pediram e eu lhes lavrei esta escritura, a qual depois de feita, lhes li e achando conforme reciprocamente aceitaram, outorgaram e assinam, ficando dispensadas a apresentação de testemunhas instrumentárias de acordo com o Código de Normas da Corregedoria da Justiça do Paraná. Comigo Hélio Barbosa Ribas Tabelião que a digitei, conferi, subscrevi e assino. Será emitida a DOI nos termos da Instrução Normativa 163, de 23-12-1999. Boa Ventura de São Roque, 10 de dezembro de 2003. Custas 1.260,00 VRC - R\$132,30.-x.

Nelson Piovesan
NELSON PIOVESAN

Iracy D. F. Piovesan
IRACY DETONI PIOVESAN

Agildo José Piovesan
AGNALDO JOSE PIOVESAN

Em test.º Hélio da verdade.

HÉLIO BARBOSA RIBAS
TABELIÃO

Marcelo de Jesus Ferreira de Lima
ESCREVENTE
CPF 906.407.309-06



Parecer nº 331/2004.

Protocolo nº 8.090.068-6.

Interessado: **ERPIT / IAP** - Escritório Regional de
Pitanga.

Assunto: Cancelamento de Título de Domínio de Terras.

SENHOR ASSESSOR JURÍDICO DA SEMA.

O Chefe do Escritório Regional do IAP de Pitanga-Pr., através do processo supra epigrafoado, está solicitando ao Senhor Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, **autorização**, para efetuar o **cancelamento** do TÍTULO DE DOMÍNIO Nº 65, DO LIVRO Nº 14, expedido sobre o Lote nº 130, da Gleba 15, com uma área de 5,4183 há., do Imóvel denominado COLÔNIA BOA VENTURA, situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga-Pr.

O Senhor Chefe Regional do IAP/ERPIT justifica o seu pedido alegando que necessita dar prosseguimento à regularização dominial da área ao seu novel ocupante, e, ainda face ao fato do beneficiário do Título objeto do pedido, não ter efetuado o registro do mesmo junto a Registro de Imóveis local, conforme Certidões de fls., aliado aos fatos, do beneficiário não ter efetuado o pagamento dos valores correspondentes à avaliação monetária do lote em questão conforme comprova o Carne de Pagamento em anexo e ter efetuado a venda do Imóvel, demonstrando assim que não possui interesse em efetuar a regularização do Imóvel em seu nome.

Instada, a CGET/DT/SEMA, às fls. 08, informou que **verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras**



GOVERNO DO
PARANÁ

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

ESCRITÓRIO DE: PITANGA

LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: NELSON PIOVESAN
Filiação: Pai: AVELINO PIOVESAN
Mãe: ORLANDA FILIPINI
Local do Nascimento: PIRACICABA/SP Data do Nascimento: 22/07/1939
Estado Civil: casado Nº de Filhos: 04
Profissão: AGRICULTOR Carteira Profissional Nº: =
Carteira de Identidade Nº: 7.772.203/SP CGC/CPF: 317.920.228-91
Certidão de Casamento ☐
Nascimento ☐ Local: Nº: Livro: Fls.:
Outro documento:
Exerce função pública: Não ☐ Sim ☒ Qual? VEREADOR
Onde? BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
Residência: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais) LOTE 130 - GLEBA 15
Localidade: Cachoeirinha Distrito: -
Município: Boa Ventura de São Roque Comarca: Pitanga
Área do Imóvel (em ha) 5,4183 Nº cadastro no Incra: -
Descrever localização e condições de acesso: Rodovia Pitanga à Guarapuava percor
rox. 35 km entra à esquerda percorre APROX; 25 km sentido
cachoeirinha.

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação 20 anos
Como ocorreu a transmissão: Compra
Nome do transmitente: Sebastião rodrigues de Lima
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no imóvel: Sim ☐ Não ☒
Nome do preposto: -

RESERVA LEGAL NO PROCESSO

N

09 - CROQUI

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ /ha.

Topografia: Ondulado %
 Plano %
 Alagadiço %

Levemente ondulado %
 Acidentado %
 Pedreira %

Erosão: Não apresenta ☐
 Conservação: Curva de Nível ☐

Apresenta pouco ☐
 Terrço ☐

Acentuada ☐

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

10 - OBSERVAÇÕES



Conferir com original

ELPIT 12 / 12 / 03

JOSE TADEU BINI
CHEFE REGIONAL DO IAP/ERPIT
CPF: 216.316.808-20
R.G. 977.726-PR

11 - ASSINATURA
DO
OCUPANTE

Nelson Piovoran

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Data 10 / 12 / 2003

Assinatura:

Nome:

MAURO GRUBEN
Calculista
R.G. 3 286.830-4

14 - De acordo em

12 / 12 / 03

JOSE TADEU BINI
CHEFE REGIONAL DO IAP/ERPIT
CPF: 216.316.808-20
R.G. 977.726-PR

15 - Visto em ____ / ____ / ____

10 - OBSERVAÇÕES



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

NELSON PIÓVESAN

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente **LAUDO DE VISTORIA**.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Local:

Data: 25 / 10 / 2006

Assinatura:

Nome:

Mauro Gruber
R.G.: 3.286.830-4
Calculista de Medição

14 - De acordo em

11 / 11 / 2006

15 - Visto em

/ /

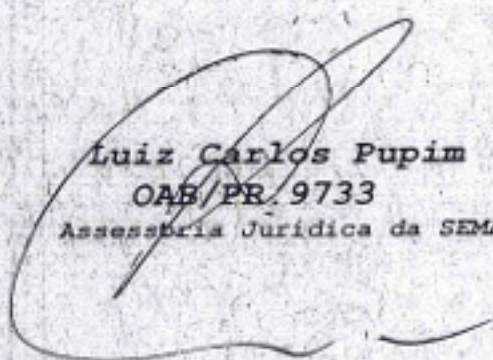
Tituladas pelo Estado - STT, constatamos que o Lote 130, da "COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 15", com área de 5,4183 há., foi titulado para o Senhor "SEBASTIÃO RODRIGUES DE LIMA", através do Título de Domínio nº 65, do livro 14, expedido em 15.03.90.

Ante ao exposto, e de tudo o mais que do presente processo consta, com fulcro no Art. 36 da Lei de nº 7055/78, somos pelo **deferimento do pedido** do Senhor Chefe Regional de Pintanga, no sentido de ser efetuado o Cancelamento do Título de Domínio objeto do presente requerimento.

Ressaltamos que a "nova" Titulação da área objetos do Título cancelados, deverão ser submetidos à nova "avaliação", objetivando atualizar os valores do Imóvel.

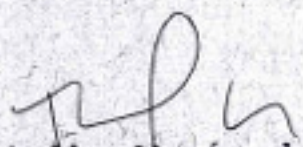
É o nosso parecer.

Curitiba, 21 de Julho de 2004.



Luiz Carlos Pupim
OAB/PR. 9733
Assessoria Jurídica da SEMA.

- DE ACORDO.
- À CGET/DT/SEMA, para a tomada das providências que o caso requer.



Dr. Theo Botelho Marés de Souza
OAB/PR. 35.464
Assessor Jurídico da SEMA.

* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANÁ
* - RELATÓRIO DE LIMITES

* DATA 15/12/2006
* PAG 1
* PROG STTPP671

DIRETORIA LEGISL

Pag 24

*** TITULADO ***

NOME = NELSON PIOMEZAN
NUMERO TITULADO = 121186
REGISTRO GERAL = 7.772.203/SP
CCC/CPF =
IDENTIFICACAO = CI C 317.920.228-91
NOME MAE =
DATA NASCIMENTO =

*** IMÓVEL ***

CODIGO = 0060015
TIPO IMÓVEL = CL. COLONIA
NOME = BOA VENTURA
DESCRICAO = GLEBA 15
MUNICIPIO = PITANGA

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 011367
DATA CONTRATO = 24/11/1989
NUMERO LOTE = 125
NUMERO LIVRO = 7
DATA EMISSAO = 01/07/1998

NUMERO MATRICULA = 16.689
NUMERO CONTRATO = 678074-1
AREA LOTE = 287,1786
NUMERO FOLHAS = 95

INFORMAÇÃO Nº 1107

PROTOCOLO Nº 5.604.675- 5 - SID - NELSON PIOVESAN

O Lote nº 130 da Colônia Boa Ventura - Gleba 15 com área de 5,4183ha, encontra-se incorporado ao Patrimônio do I.T.C., para fins de venda nos termos dos artigos 27 e 33, inciso III da Lei 7055/78 da Lei de 04 de dezembro de 1978, conforme título de incorporação nº 4036, devidamente matriculado junto ao registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, sob nº 26.193 de 20/11/2007.

A Gleba 15 - Colônia Boa Ventura, localizada no Município de Boa Ventura de São Roque/PR, foi objeto do processado de medição nº 6839, Plano de Colonização - Autos nº 379.

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná - STT, constamos que em nome de Nelson Piovesan, consta a titulação de 287,1786 ha, correspondente ao lote nº 125 da Gleba 15 - Colônia Boa Ventura, conforme relatório de Limite constitucional, anexado ao presente.

Ao I.T.C./A.J., para análise e parecer.

ITC/ DITER, em 13 de dezembro de 2007


Roberto Alfredo Gomes
Regularização Fundiária

Ap. DR. PUPIN, para
ANÁLISE.
AJ, 19/12/07

Protocolo nº 5.604.675-5.

Interessado: NELSON PIOVESAN.

SENHOR PRESIDENTE DO ITCG

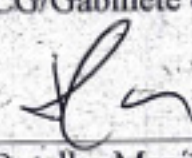
Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, contida no Ofício nº 021/2008-ITC/GP, estamos encaminhando o processo supra epígrafado.

Curitiba, 31 de janeiro de 2008.



Luiz Carlos Pupim
OAB/PR.9733
Assessoria Jurídica da SEMA

- Ciente.
- Encaminha-se ao ITCG/Gabinete do Senhor Presidente.



Dr. Theo Botelho Marês de Souza.
OAB/PR. 35.464
Assessor Jurídico da SEMA



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



Curitiba, 30 de janeiro de 2008
Ofício nº 021/2008 – ITC/GP

Prezado Assessor,

Solicitamos a fineza de nos encaminhar todos os processos de competência desta Autarquia que se encontrem nessa Assessoria, tendo em vista a designação da Dra. Edineia para nos prestar assessoria jurídica.

Desde logo, agradecemos a valiosa colaboração que essa Assessoria tem prestado à nossa Instituição.

Cordialmente,

JOSÉ ANTONIO PERES GEDIEL
Diretor-Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências

Ao Senhor
Theo Botelho Marés de Souza
Assessor Jurídico da SEMA
Curitiba - PR

Parecer nº 017 - AJ/SEMA
Protocolo/SID: nº 5.604.675-5
Interessado: **Nelson Piovesan**
Assunto: Requer Regularização Fundiária

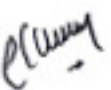
SENHOR ASSESSOR JURÍDICO DA SEMA

Nelson Piovesan, brasileiro, casado, agricultor, portador da CLRG.Nº 7.772.203/SP e do CPF/MF nº 317.920.228-91, residente e domiciliado no município de Boa Ventura de São Roque-PR, requer junto ao ITCG, **“Regularização fundiária do lote nº 130, Gleba 15 - com área de 5,4183 ha, do Imóvel Colônia Boa Ventura, nos termos da Lei 7055/78.”**

Conforme informação do DITER/ITCG, à fls. 14: “A Gleba 15 da Colônia Boa Ventura localizada no Município de Boa Ventura de São Roque/PR, foi objeto do processado de medição nº 6839, inserido no plano de colonização autos nº 379.

“O lote nº 130 da Colônia Boa Ventura - Gleba 15 com área de 5,4185 ha, encontra-se incorporado ao Patrimônio do ITCG, nos termos do arts. 27 e 33, inciso III da Lei 7055/78 para fins de venda, conforme título de incorporação nº 4036, matriculado junto ao registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, sob nº 26.193 de 20/11/2007”.

“Verificando junto aos registros cadastrais, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná, constatamos a titulação de 287,1786 ha em nome de **Nelson Piovesan**, correspondente ao Lote nº 125 da Gleba 15 - Colônia Boa Ventura”.



Instrui devidamente o processo, com a juntada das cópias dos seus documentos pessoais, demonstrando de forma cabal o seu interesse e legitimidade para o pleito em questão.

O Escritório Regional de Pitanga procedeu a vistoria no imóvel (fls. 6 e 7) e tudo constando no Laudo, averiguada a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, nada impedindo que seja o lote alienado ao requerente.

Em conformidade de art. 29 da Lei 7055/78, a legitimação ultrapassa a 100,00 ha em nome de Alcione Ferreira de Lima, conforme determina o artigo 54, inciso XXXI da Constituição do Estado do Paraná, é competência privativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovar previamente a alienação.


Isto posto e desde que entenda conveniente e oportuno, deverá o presente ser encaminhado ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do Senhor Governador à Assembléia Legislativa do Estado.

É o nosso parecer.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2008.


Elias de Carvalho
OAB/PR. 12402

- De acordo.
- Ao ITCG/DITER, para os devidos fins.


Dr. Theo Botelho Marés de Souza
OAB/PR. 35.464
Assessor Jurídico da SEMA



COORDENADORIA TÉCNICO LEGISLATIVA - CTL

INFORMAÇÃO Nº 006/2008 - CTL/CC

Senhor Diretor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, encaminha para apreciação do Senhor Governador, o requerimento do Senhor Nelson Piovesan, através dos Autos de Protocolo nº 5.604.675-5, acerca da regularização fundiária do lote nº 130, Gleba 15, Colônia Boa Ventura, no Município de Boa Ventura de São Roque, no Estado do Paraná, com área de 5,4183 há. Tal imóvel se encontra incorporado ao Patrimônio do ITCG, nos termos dos artigos 27 e 33, inciso III, da Lei 7055/78.

Conforme preconiza a Constituição do Paraná, em seu artigo 54, inciso XXX, compete, privativamente, à Assembléia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no artigo 49, inciso XVII, da Constituição Federal. Então, o assunto em tela necessita ser apreciado pelos Deputados Estaduais, com o envio, à Casa de Leis, por parte do Senhor Governador, se assim entender o Chefe do Poder Executivo.



Em consonância com o Parecer nº 017 AJ/SEMA (fls.17/18), o requerente já possui titulação de 287,1786 ha, correspondente ao Lote nº 125 da Gleba 15 – Colônia Boa Ventura.

Consta, ainda, do Parecer acima citado, que a vistoria no imóvel já se procedeu como função do Escritório Regional de Pitanga, constatando-se em laudo a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, podendo o referido bem imóvel ser alienado ao requerente, se os legisladores estaduais aprovarem o presente requerimento.

Desta forma, os Autos de Protocolo podem ser encaminhados para a apreciação e decisão final do Senhor Governador.

CTL/CC, em 18/06/2008.

Luiza M. Pacheco
Coordenadoria Técnico- Legislativa - CTL



Curitiba, 30 de maio de 2008
Ofício nº 184/2008 – ITC/GP



Elabore-se Mensagem à A.L.E.
Em / /

Excelentíssimo Senhor Governador,

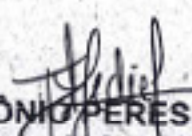
Roberto Requião
Governador do Estado


Trata-se de processos de titulação de terras devolutas, em favor de ocupantes que, anteriormente, já receberam títulos de imóveis dessa mesma natureza. O somatório das áreas públicas a eles destinadas, ultrapassa os 100ha. Nesses casos, conforme o artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, exige-se autorização da Assembléia Legislativa do Estado, para a emissão dos títulos.

Por isso, encaminhamos os referidos processos, com Relatório Detalhado, por ocupante, para que Vossa Excelência os aprecie e, julgando conveniente e oportuno, os encaminhe à Assembléia Legislativa, para os fins de direito.

Sem mais para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente,


JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu, 3º andar
CURITIBA – PR

cont. Ofício nº 184/2008 - ITC/GP

- Protocolo 5.604.675-5
Data: 11/12/2003
287,1786ha – anteriormente já tituladas
5,4183ha – a titular
292,5969ha - Total
Interessado: Nelson Piovesan
- Protocolo 5.726.679-1
Data: 12/11/2004
94,5062ha – anteriormente já tituladas
0,3238ha - a titular
94,8300ha - Total
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.674-0
Data: 12/11/2004
94,5062ha – anteriormente já tituladas
9,1249ha - a titular
103,6311ha - Total
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.672-4
Data: 12/11/2004
601,8074ha – anteriormente já tituladas
6,3000ha - a titular
608,1074ha - Total
Interessado: José Maria de Lima
- Protocolo 2.261.859-8
Data: 29/05/1995
94,5062ha – anteriormente já tituladas
9,1249ha - a titular
103,6311ha - Total
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 2.261.911-0
Data: 30/05/1995
108,2509ha – anteriormente já tituladas
12,9220ha - a titular
121,1729ha - Total
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 9.667.833-9
Protocolo 9.667.834-7
Data: 29/10/2007
246,5000ha - Total a titular
Interessado: Celia Regina Canhetti Postigo
- Protocolo 9.678.214-4
Protocolo 9.386.313-5
Protocolo 9.386.445-0
228,9000ha – a titular
80,7000ha – a titular
18,3200ha – a titular
327,9200ha – Total a Titular
Interessado: João Pires Branco



CASA CIVIL

Coordenadoria Técnico-Legislativa – CTL, para CAO

*Tendo em vista a conclusão do objeto que tratou aos referidos protocolos,
arquive-se.*

Protocolo nº 8.747.379-1

Protocolo nº 9.667.833-9

Protocolo nº 9.678.214-4/ anexo 9.667.834-7

Protocolo nº 9.386.313-5/ anexo 9.386.445-0

Protocolo nº 5.726.674-0

Protocolo nº 2.216.911-0/ anexo 2.261.859/8

Protocolo nº 5.726.679-1

Protocolo nº 5.726.672-4

Protocolo nº 5.604.675-5

Protocolo nº 5.852.605-3/ anexo 7.076.833-0

Protocolo nº 7.658.091-0

Protocolo nº 7.590.529-7

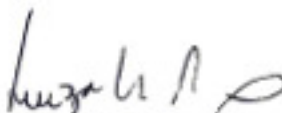
Protocolo nº 7.541.710-1/ anexo 7.087.567-5 - 9.871.422-7

Protocolo nº 7.246.947-0

Protocolo nº 7.176.530-0

Protocolo nº 10.217.772-0

Em 02/12/2009



Luiza M. Pacheco
Coordenadora

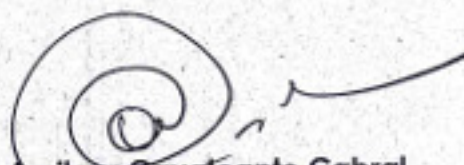
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

À Diretoria de Terras - Diter

Protocolo nº 5.604.675-5

Conforme solicitado por esta diretoria encaminho o presente processo, que estava na Casa Civil, para providências.

ITCG, 23 de maio de 2011.



Amílcar Cavalcante Cabral,
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Do Funcionário
Antônio Solís
Em 24.05.11

ADMINISTRACAO GERAL - SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS
< PRO-DIS-ATI > - DISQUE PROTOCOLO - ATIVOS



NUMERO: 5604675 - 5 ORGAO DE CADASTRO: IAP/ERPIT TOT: 1 / 1
EM: 11 / 12 / 2003 HORA: 08 : 43
PROTOCOLO ANTERIOR: 816 / 2003 - IAP/ELPIT ANEXADO AO:
ESPECIE: REQUERIMENTO ORIGEM: IAP/ELPIT DOCTO: /
CIDADE: PITANGA ESTADO: PR

PALAVRAS-CHAVES: REGULARIZACAO

T I P O N O M E
INT1: PES.FISICA NELSON PIOVESAN
INT2:

IDENTIFICACAO
31792022891

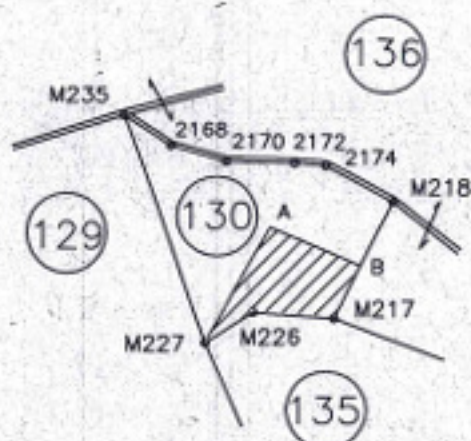
DE : ITC/GP ONDE ESTA': ITC/DITER - DIRETORIA DE TERRAS
MOTIVO: PARA PROVIDENCIAS EM: 24 / 05 / 2011 HORA: 09:16
RESP: F: 41 3304 7700 R:
ASSUNTO/COMPLEMENTO: REGULARIZACAO DO LOTE 130 GLEBA 15 IMOVEL COL. BOA
VENTURA


☐) INTERESSADOS (*) HISTORICO (.) ASSUNTO (*) CONCLUSAO (.) ANEXAD
(.) ENCERRA (.) CAIXA/PASTA (.) ELIMINADO

ARQUIVE-SE EM 02/12/09
CC/CTH



DIRETORIA
Pag. 31



 ÁREA REFERENTE A LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 1,3546 ha.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL
COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 15 - LOTE 130

ÁREA (ha)
5,4183
PERÍMETRO (m)

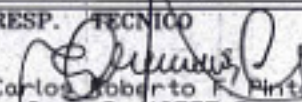
DATUM
Sad 69

DATA
08/07

MUNICÍPIO - UF
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PARANÁ

ESCALA
1/10000

MERIDIANO CENTRAL
51°

RESP. TÉCNICO

Carlos Roberto F. Pinto
Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

DESENHO
Sonia

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

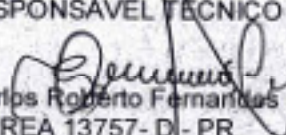
MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 15 - LOTE 130
ÁREA(ha): 5.4183
PERÍMETRO(m): 1044.77 m
MUNICÍPIO: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE U.F.: PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto M235, de coordenadas utm, E 451123.450m e N 7256760.720m na confrontação com o lote 136; Deste segue por estrada, confrontando com o lote 136 com o azimute de 123°50'42" e a distância de 72.77 m até o ponto 2168; Deste segue por estrada, confrontando com o lote 136 com o azimute de 106°20'16" e a distância de 75.61 m até o ponto 2170; Deste segue por estrada, confrontando com o lote 136 com o azimute de 91°05'17" e a distância de 89.01 m até o ponto 2172; Deste segue por estrada, confrontando com o lote 136 com o azimute de 94°45'20" e a distância de 40.65 m até o ponto 2174; Deste segue por estrada, confrontando com o lote 136 com o azimute de 118°17'08" e a distância de 99.35 m até o ponto M218; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 136 com o azimute de 206°35'10" e a distância de 169.75 m até o ponto M217; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 135 com o azimute de 274°25'33" e a distância de 105.22 m até o ponto M226; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 135 com o azimute de 236°42'49" e a distância de 75.20 m até o ponto M227; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 129 com o azimute de 340°25'50" e a distância de 317.21 m até o ponto M235; ponto inicial da descrição do perímetro.

Curitiba, 20 de Agosto de 2007.

RESPONSÁVEL TÉCNICO


Carlos Roberto Fernandes Pinto
CREA 13757-D - PR

CONFERE VISTO



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 15 - LOTE 130
MUNICÍPIO: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE U.F.: PARANÁ

ÁREA DE RESERVA

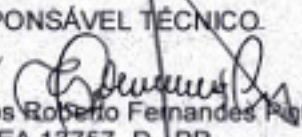
ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 1,3546 ha.

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto M217, de coordenadas utm, E 451397.470m e N 7256494.980m na confrontação com o lote 135; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 135 com o azimuth de 274°25'33" e a distância de 105.22 m até o ponto M226; Deste segue com o azimuth de 236°42'49" e a distância de 75.20 m até o ponto M227; Deste segue por linha seca internamente ao lote 130, confrontando com o mesmo com o azimuth de 29°34'49" e a distância de 172.28 m até o ponto A; Deste segue com o azimuth de 112°33'46" e a distância de 126.51 m até o ponto B; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 136 com o azimuth de 206°35'10" e a distância de 76.19 m até o ponto M217; ponto inicial da descrição do perímetro.

Curitiba, 20 de Agosto de 2007.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CONFERE VISTO


Carlos Roberto Fernandes Pinto
CREA 13757-D - PR





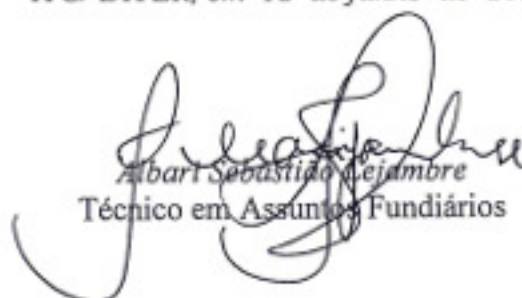
INFORMAÇÃO Nº 261

PROTOCOLO Nº. 5.604.675 – 5 – SID – NELSON PIOVESAN

Senhor Diretor.

- *Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para nova análise ou a confirmação da Informação nº. 006/2008 – CTC (fls. 19 e 20), que não está assinada, para que a Unidade Rural aqui objetivada, venha obter Autorização Legislativa para a sua Alienação.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Alvaro Sebastião de Jambore
Técnico em Assuntos Fundiários

INF. Nº0286/2013

Prot.: Nº.05.604.675-5 _ SID_ NELSON PIOVESAN

Data: 11/12/2003.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.



Diretor de Terras em 25/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes

Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 5.604.675-5, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Amilcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado



PROTOCOLO: 5.604.675-5

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

ASSUNTO: Regularização Dominial.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2013/2013 – NJA/SEEG

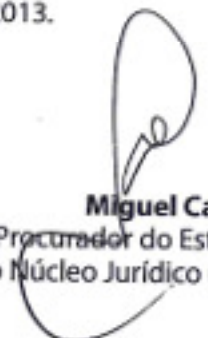
O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para regularização dominial do lote nº 130, Gleba 15, com área de 5,4183 ha, pertencente ao imóvel denominado Colônia Boa Ventura, no Município Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga-PR.

Entretanto antes de se dar seguimento ao processo, é necessário o seu encaminhamento ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, para manifestação de sua Assessoria Jurídica.

Encaminhe-se.

Curitiba-PR, 20 de agosto de 2013.


Camila Oviedo Bittencourt
Assistente Técnica


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração SEEG



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

05.604.675-3

RECEBIDO em 21/08/13
às 16:26 h. por Aline
Setor SEMÁIOG

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolo nº. 5.604.675-5

A O

Núcleo Jurídico da Administração-SEEG

Reiteramos o contido da Assessoria Jurídica do ITCG nas fls 17 e 18, do referido

Protocolo.

Curitiba, 12 de setembro de 2013.



Antonio Alberto Scoparo
Chefe de Gabinete do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 5.604.675-5

Conforme as informações prestadas pela ITCG,
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da
Administração – Secretaria de Estado de
Governo.

Em 17 de setembro de 2013



LUCIANA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 5.604.675-5

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 333/2014

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto as seguintes matérias:

- a) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e
- b) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.


Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 04 de fevereiro de 2014.


Giovanni Gonçalves
Assistente Técnico

De acordo.
Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência
requerida.


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do NJA/SEEG
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

5.604.675-5

RECEBIDO em 18/02/2014

às 09:50 h. por Aline

Setor Sema/DG

Ao ITCG / gab.
para ciência

Rudolf

SID nº. 5.604.675-5

PARECER Nº 030/2014 – DIJUR - ITCG

INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

À PGE/NJA/SEEG:

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 333/2014, de fls. 36, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito das seguintes matérias:

i) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e;

ii) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

No que tange ao item "i", explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)



Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.

(...)

§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:

- I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*
- II - tenham na agricultura sua atividade principal;*
- III - residam no imóvel.*

(...)



Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

- I — para fins de pesquisa ou fomento;
- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;
- III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto ao item "ii", que indaga a respeito da necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

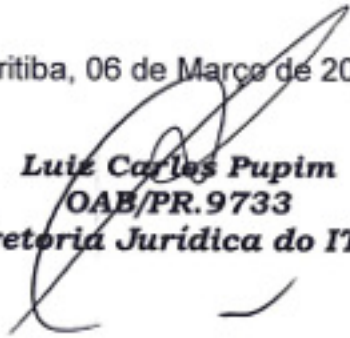
Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:
(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.


Luiz Carlos Pupim
OAB/PR.9733
Diretoria Jurídica do ITCG

Protocolo nº 5.604.675-5


Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

Nelson Piovesan

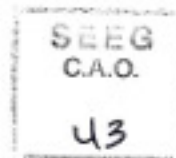
I. Aprovo o Parecer nº 030/2014 - DIJUR - ITCG,
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do ITCG



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 5.604.675-5

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 5.604.675-5

INTERESSADO1: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO2: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1771/2014 - NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Nelson Piovesan (fls. 02), para regularização fundiária do lote nº 130, parte integrante da Gleba 15, com aérea de 5,4183 hectares, do imóvel Colônia Boa Ventura, localizado no município de Boa Ventura de São Roque - PR.


O protocolado em apreço, já fora analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 17/18), que além de constatar anterior titulação em nome do requerente de lote com área de 287,1786ha (fls. 22), isto posto, caracterizando a competência privativa da Assembleia Legislativa do Paraná, ante a legitimação reivindicada estar acima de 100,00ha, entendeu conveniente e oportuno o encaminhamento ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

Ademais, após o regular trâmite processual, a Diretoria Jurídica do Instituto instruiu o feito com o Parecer nº 030/2014 - DIJUR-ITCG, de fls. 38/41, aclarando o pedido tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 21 de maio de 2014.


Baul Clei Coccaro Siqueira
Assessor - CTL/SEEG


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe da CTL/SEEG



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



MENSAGEM: 43/2014

INTERESSADO: PODER EXECUTIVO

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA

Consulta

CÓPIA

Trata-se de Mensagem nº 43/2014, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar a Nelson Piovesan o Lote 130, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 5,4183 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Ademais, deve ser analisada a viabilidade de alienação através de decreto legislativo, tendo em vista que a previsão do inciso XXX, do artigo 54 da Constituição Estadual traz a necessidade de aprovação prévia da Assembleia para alienação com área superior a cem hectares.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Cabe salientar que já houve alienação a Nelson Piovesan do lote nº 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 205, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, autuado como Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2013, que deu origem ao Decreto Legislativo nº 2, de 25 de março de 2014.

Diretoria Legislativa, 10 de junho de 2014.

Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 4739
EM 10/06/14
FUNCIONÁRIO



DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, de 25 de março de 2014.


Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Nelson Piovesan o Lote nº 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350 ha, localizado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 205, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de março de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 4739/2014

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem 43/2014

Informação 241/2014

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação acerca da Mensagem n.º 43/2012 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária em favor de Nelson Piovesan, relativamente ao Lote 130, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 5,4183 há, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

É o que passo a analisar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A

ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (5,4183 ha), o possuidor já obteve a titularização de lote com área de 227,1786ha devendo sua situação ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MEDIANTE LEGITIMAÇÃO DE POSSE – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: "**Art. 121.** A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais." "**Art. 122.** A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR², e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976³:

Desta forma, é necessário se proceder à incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR⁴. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁵) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;

II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

² **Art. 22.** As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse.

[...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

³ **Art. 29.** O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

⁴ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁵ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III – o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;

IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;

II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 43/2014, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁶, à exceção do inciso IV, pois, como os beneficiários da alienação atendem os requisitos legais, não há motivo para se estabelecer um certame, pois detêm preferência na aquisição, sendo inexigível licitação por inviabilidade de competição (art. 33, Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR, e art. 25, Lei Federal n.º 8666/1993).

⁶ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Conforme mencionado anteriormente, na mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (5,4183 ha), o possuidor já obteve a titularização de área que somadas ultrapassam o limite estabelecido no dispositivo constitucional.

Contudo, de acordo com o art. 54, XXX, da Constituição Estadual, compete a Assembleia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação e concessão de terras públicas com área superior a cem hectares desde que haja venda a título oneroso.

É a informação que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 02 de julho de 2014.

THEMIS PETTERLE

Consultor Jurídico



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

Protocolo n.º 4739/2014.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Regularização Fundiária.



- I. De acordo com a Informação nº 241/2014;
- II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 09 de julho de 2014.

Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROPOSIÇÃO
COMPLETO

TIPO	NÚMERO	ANO	PROTOCOLO D.A.P.
PROJETO DECRETO LEGISLATIVO	3	2013	11066/2013
DATA ENTRADA PRAZO	ASSUNTO		
17/12/2013	IMÓVEL		
Nº D.O. ALEP	DATA D.O. ALEP	REGIME DE URGÊNCIA	
		Não	

NORMA LEGAL: DECRETO LEGISLATIVO Nº 2

DATA	TIPO	Nº D.O.	PUBLICAÇÃO D.O.	OBSERVAÇÃO
25/03/2014	PROMULGADA	619	27/03/2014	
03/04/2014	REPUBLICADA	624	03/04/2014	INCLUSÃO DO ANEXO I

AUTOR(ES)

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

LAVRAS-CHAVE

IMÓVEL, ALIENAÇÃO, NELSON PIOVESAN

SÚMULA

MENSAGEM Nº 205/2013 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO PARA A ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS.

OBSERVAÇÕES

TRÂMITES/AÇÕES

ENTRADA	LOCAL DE TRAMITAÇÃO	DATA	AÇÃO	OBSERVAÇÃO	RELATOR
17/12/2013 15:31	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO				
17/12/2013 15:35	DIRETORIA LEGISLATIVA	17/12/2013 15:35	AUTUADO		
17/12/2013 19:07	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO	18/12/2013 20:45	1ª DISCUSSÃO - RETIRADO	RETIRADO POR UMA SESSÃO - REQ. Nº 11167.	
30/01/2014 10:26	DIRETORIA LEGISLATIVA				
03/02/2014 09:50	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	18/02/2014 15:45	PARECER FAVORÁVEL	APROVADO - VENCIDOS DEPS. TADEU VENERI E PÉRICLES DE MELLO	DEPUTADO PEDRO LUPION
19/02/2014 18:21	DIRETORIA LEGISLATIVA				
20/02/2014 10:08	COMISSÃO DE FINANÇAS	12/03/2014 17:09	PARECER FAVORÁVEL		DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
13/03/2014 14:32	DIRETORIA LEGISLATIVA				
13/03/2014 14:59	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO	18/03/2014 17:41	1ª DISCUSSÃO - APROVADO		
13/03/2014 14:59	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO	19/03/2014 19:42	2ª DISCUSSÃO - APROVADA		
24/03/2014 16:19	COMISSÃO DE REDAÇÃO	24/03/2014 16:19	PARECER FAVORÁVEL		DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
25/03/2014 09:47	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO	25/03/2014 15:56	REDAÇÃO FINAL APROVADA		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROPOSIÇÃO
COMPLETO

25/03/2014 09:47	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO	25/03/2014 15:59	AGUARDANDO AUTÓGRAFO	
25/03/2014 17:07	COMISSÃO EXECUTIVA			
28/03/2014 16:29	DIRETORIA LEGISLATIVA	31/03/2014 15:25	PROMULGADO (A)	
03/04/2014 10:17	PRESIDÊNCIA	03/04/2014 11:12	ENCAMINHADO OFÍCIO	OF. Nº 132/2014 - GP/SGP DE 31/03/2014. AO EXMO SR. GOVERNADOR CARLOS ALBERTO RICHÁ. ENVIADO EM 02/04/2014 ATT. SR. JONAS - CTL/CASA CIVIL.
08/04/2014 10:55	DIRETORIA LEGISLATIVA			
09/04/2014 11:02	PRESIDÊNCIA	15/04/2014 16:01	ENCAMINHADO OFÍCIO	OF. Nº 154/2014 - GP/SGP DE 09/04/2014. AO EXMO SR. GOVERNADOR CARLOS ALBERTO RICHÁ. ENVIADO EM 15/04/2014 ATT. SR. JONAS - CTL/SEEG.
15/04/2014 17:43	DIRETORIA LEGISLATIVA	15/04/2014 17:03	PROMULGADO (A)	DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2014



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2014 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e do Deputado Plauto Miró que *"Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis"*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 43/2014, oriunda do Poder Executivo que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 10/2014, de autoria dos Deputados Estaduais Valdir Rossoni e Plauto Miró.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel descrito em seu artigo 1º, o qual perfaz área total de 5,4183 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, no Estado do Paraná.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: *"A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a*



matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social”

E ainda, continua:

“[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.”

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.

II –ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

“Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.”

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

“Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são eivadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

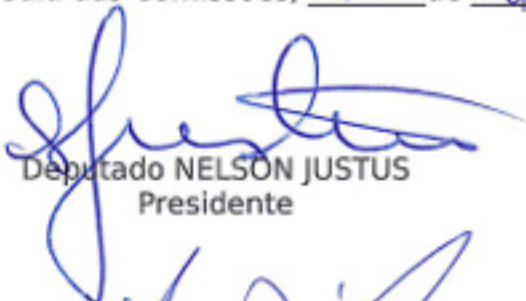
É O VOTO.

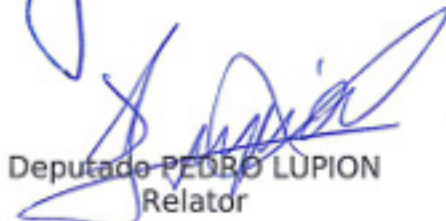


III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2014, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, nos termos da Mensagem de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 12 de AGOSTO de 2014


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Pastor Edison


Valdir Rossoni


Alexandre
APROVADO
12/8/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/14

RELATÓRIO

A Mensagem nº 43/14, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 10/14, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, alienar a Nelson Piovesan, o Lote nº 130, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 5,4183 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o parecer favorável, que foi devidamente aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, e no art. 156, ambos da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 75!

protocolado nº 5.604.675-5-SID, e que obteve o pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO


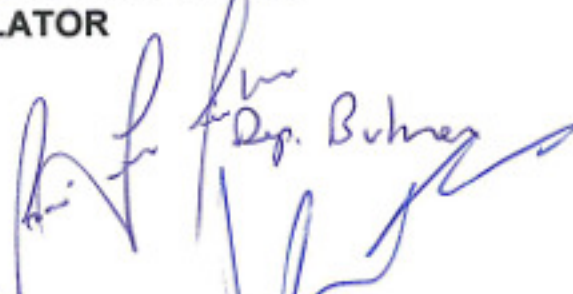

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10/14.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/08/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/2014

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

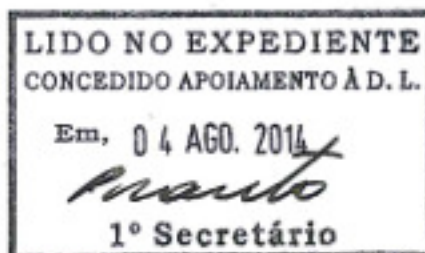
Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Ladislau de Oliveira Cordeiro, os Lotes nºs 23 e 49, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com áreas de 23,1745 ha e 12,9220 ha, respectivamente, localizados no Município de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 54, de 23 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 1º de julho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário





JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 54, de 23 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 1º de julho de 2014.



- ANEXO I -

MENSAGEM
Nº 054/2014.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 01 JUL 2014

1º Secretário

Curitiba, em 23 de junho de 2014.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 12/07/2014

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Ladislau de Oliveira Cordeiro, os Lotes 23 e 49, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com áreas de 23,1745 ha. e 12,9220 há., respectivamente, localizados no Município de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora as áreas do imóveis sejam inferiores a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nºs 2.261.859-8-SID e 2.261.911-0-SID, os quais foram objetos de pronunciamentos favoráveis do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e da Coordenadoria Técnico-Legislativa da Casa Civil, deles constando, inclusive, laudos técnicos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia dos processos protocolados acima mencionados.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 2.261.859-8



ESTADO DO PARANÁ

CARIMBO

2018

000001
III

S N I - PROTOCOLO INTEGRADO

JAP

NUM. 2.261.859-8

DATA 29 MAI 1995 HORA-

4 00

INTERESSADO

PROTETO AMBIENTAL DO PARANÁ

Escritório Local do Pitanga - 1.

Protocolo No. 48, 83

de 22/01/93

Ladislau de Oliveira Cordeiro

ASSUNTO

Requer a regularização do lote nº 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura:

ENCAMINHAMENTO

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
1 25/05/95	Direc		1	DS & GL	
2 29/05/95	Direc	iel	2 28/03/08	ITC G/DITER	2/04/08
3 05.06.95	ELPIT	P.	3 10/06/08	CC/D G	10
4 08/06/95	Direc		4 05/01/11	de Inquirir	6
5 20.07.95	DITUR		5 17/5/11	CTL	T
6 20.07.95	DR. P. R. m	Fei.	6 23/05/11	ITC / Diter	
7 03.07.96	Dr. Reguel	Prin.	7 27.05.11	Direc. R. F. Zeth	h
8 18.08.95	DR. P. R. m	Fei.	8 26/06/13	ITC/GP	h
9 28.08.96	ELPIT	Prin.	9 10 JUL 2013	PGE	gm
10 25/05/07	ITC/Diter		10	CJA	
11 25/05/07	SEMA/AG		11 21/08/13	CRO	low
12 24.01.08	ITC/GP	Prin.	12 21/08/13	SEMA	R
13 14/02/08	ITC/AJ		13 16/09/13	SEEG/CRO	ce

18/02/14 ITC G/gab pg
07.03.14 ITC/GP Prin

TI 4038 alienação Cod. 0060016



ESTADO DO PARANÁ

CARIMBO



INCORPORAÇÃO 00000

S E I - PROTOCOLO INTEGRADO

IA2

NUM. 2.261.859-8

DATA 29 MAI 1995 HORA-

4 00

INTERESSADO

Ladislau de Oliveira Cordeiro

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

Secretaria Local do Pitinga - 14

Protocolo N.º 48, 93

Em 22.01.93

ASSUNTO

Requer a regularização do lote nº 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura:

ENCAMINHAMENTO

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
1 25/05/95	Ditec		1		
2 29/5/95	Ditec	tel	2	DS & GL	
3 05.06.95	ELPIT		3 28/03/08	ITC 6/DITER	2 LOW
4 08/06/95	Ditec		4 10/06/08	CC/DG	10
5 20.07.95	DITER		5 05/01/11	de Arquivos	6
6 20.07.95	DR P. Rim	Fer	6 17/5/11	CTL	7
7 03.07.95	Dr. Rangel	P. Rim	7 23/05/11	ITC/Diter	
8 18.08.95	DR P. Rim	Fer	8 24.05.11	Dilona R.F. Beth	h
9 28.08.95	ELPIT	P. Rim	9 26/06/13	ITC/CP	h
10 25/05/07	ITC/Diter		10 1.0 JUL 2013	PGE	gm
11 25/05/07	SEMA/AF		11	CJA	
12 24.01.08	ITC/CP	P. Rim	12 21/08/13	CAO	low
13 14/02/08	ITC/AJ		13 21/08/13	SEMA	R
			16/09/13	SEEG/CAO	ce



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.



PROTOCOLO

2.261.859-8

Etiqueta de Cadastramento

	DATA	UNIDADE	RUBRICA		DATA	UNIDADE	RUBRICA
1	17/01/13	NJA		19			
2	14/02/14	CAO		20			
3	14/02/14	SEMA		21			
4	13/03/14	CAO		22			
5	14/03/14	NJA		23			
6	27/5/14	SEMA		24			
7	28/05/14	SEMA/DG		25			
8	03/06/14	SEEG/NJA		26			
9	06/06/14	CAO		27			
10	07/06/14	NJA		28			
11				29			
12				30			
13				31			
14				32			
15				33			
16				34			
17				35			
18				36			

ILUSTRÍSSIMO SENHOR CHEFE DO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ.
ESCRITÓRIO LOCAL DE PITANGA.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
Escritório Local de Pitanga - Pr.
Protocolo N.º 49/93
Em 22.01.93

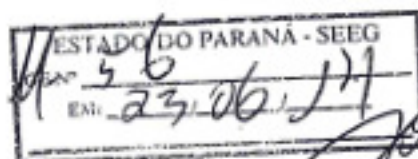


S P I - PROTOCOLO INTEGRAL
IAP N.º 2.261.359-
DATA-29 MAI 1995 HORA-

Ladislau de Oliveira Cordeiro, brasileiro, casado, agricultor, residente em Terra Santa, Boa Ventura, Pitanga-PR, portador do RG 3.081.041-4 PR, vem requerer a Vossa Senhoria a regularização do lote nº 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Pitanga-PR com área de 23,1745 ha, nos termos da Lei 7.055/78.

Nestes termos,
pede deferimento.
Pitanga, 20 de Janeiro de 1995.

Ladislau de Oliveira Cordeiro



1 Os Primeiros neste mencionado Vendeu ao Segundo um terreno com uma Área total de 23,1745 Ha, do lote nº 23 Cleba 16 Colonia Boa Ventura Pitanga Sendo que entra no Negocio totas as Benfeitorias existentes.

[illegible]

- 2ª - O comprador tomou posse do imóvel compromissado, podendo nele fazer toda e qualquer benfeitoria que julgar conveniente, conservando-o porém em nome dos vendedores até o pagamento final do débito que ora fica a dever.
- 3ª - Todos os impostos que sejam ou venham a ser lançados sobre o imóvel ora compromissado, a partir desta data, serão pagos exclusivamente pelo comprador dentro dos respectivos vencimentos, embora sejam lançados em nome dos vendedores ou de terceiros.
- 4ª - O presente contrato ficará rescindido imediatamente e de nenhum efeito, independente de qualquer aviso ou formalidade, se o comprador deixar de pagar os vendedores 3 (três) meses consecutivos, num prazo superior a 90 (noventa) dias, as prestações a que se refere a cláusula primeira deste contrato, e, nesse caso perder o comprador em benefício dos vendedores, o direito à devolução das importâncias pagas por conta do preço ajustado, bem como as importâncias dispendidas com impostos, benfeitorias, etc.
- 5ª - O presente contrato particular obriga em todas as cláusulas e condições, tanto as partes contratantes, como seus sucessores e herdeiros.
- 6ª - Os vendedores se obrigam e se comprometem, por si, seus herdeiros e sucessores a outorgar e assinar em favor do comprador, seus herdeiros e sucessores, ou ainda de pessoas pelo comprador indicadas, a respectiva escritura definitiva do imóvel ora compromissado, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, uma vez que hajam recebido do comprador, seus herdeiros ou sucessores, a importância total que ora fica a dever, bem como, no caso de recusa ou falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, serem obrigados a devolver ao comprador, em dobro, as importâncias totais que mesmo hajam recebido por conta do preço ajustado, bem como a indenização das importâncias pagas e dispendidas com benfeitorias e demais melhoramentos no imóvel compromissado, além dos prejuízos decorrentes e que serão apurados.
- 7ª - Correrão por conta do comprador todas as despesas deste contrato particular de compromisso de compra e venda, bem como todas as despesas com escritura definitiva, com exceção dos impostos que, por força da lei competirem seus pagamentos aos promitentes vendedores.

8ª - Obs: Sendo que o Sr. Vendedor entregara o Imóvel em 30-04-93.-

O presente contrato é passado em duas vias de igual teor e forma, estando a primeira devidamente selada de acordo com a lei.

o qual foi accito pelas partes contatantes que o assinam na presença de duas testemunhas das mesmas conhecidas

TESTEMUNHAS

Vendor:

20 de Janeiro de 1993



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

LAÍSILAU DE OLIVEIRA CORDEIRO

ESCRITÓRIO DO JUIZ DE DIREITO

DELMIRA POSUPOWICKSKI

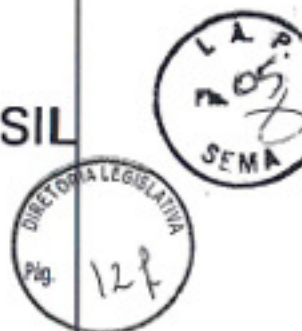
27/07/1945

04/08/1979

Assinatura

Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Estado do Paraná

Comarca de Pitanga

MUNICIPIO DE PITANGA - DISTRITO DE BOA VENTURA

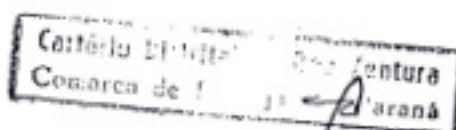
João Edson Camargo
Oficial

Eraldo Schreiner
Tabelião Designado

Livro N.º 02

Fls. 110

Valor Cr\$ 60.000.000,00



ESCRITURA DE CESSÃO DE DIREITOS

SAIBAM quantos este público instrumento de escritura bastaste virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e noventa e três (1.993) . - . ao 19 Dezenove (19) dia do mês de Abril (04) do dito ano, nesta cidade de Pitanga Comarca do mesmo nome, Estado do Paraná, em Cartório compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgante cedente: s BERNARDO GONÇALVES DA SILVA e S/ Mulher Dª MARIA CARDOSO DA SILVA=/ brasileiros, casados, sob o regime de Comunhão Geral de bens. Nº 683 fls. 186 do livro B/03 do CRC da cidade de Pirapó-PR. Inscritos// no CPF nº 283.360.629/04; residentes e domiciliados em Terra-Santa n/ Distrito de Boa Ventura./

77780 000/0001-28

CARTÓRIO DE BOA VENTURA

BOA VENTURA

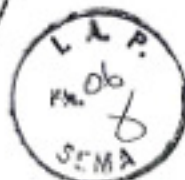
ESTADO DO PARANÁ - PR

e do outro lado, como outorgado cessionário /-APARECIDA DE JESUS CORDEIRO-/ brasileira, casada, natural deste Estado, inscrita no CPF nº 900.059.029/91; residente e domiciliada em Terra-Santa neste Distrito de Boa Ventura.

todos conhecidos Como próprios de Mim Tabelião designado;/. - .

e das testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, do que dou fé. E, perante essas mesmas testemunhas, pelo outorgante cedente foi dito que, pela presente escritura e na melhor forma de Direito, cede e transfere como cedido e transferido tem, ao referido outorgado, pelo preço

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraná
COMARCA DE Pitanga
MUNICÍPIO DE Pitanga
DISTRITO DE Bela Ventura

(=Vassilie Witchemichen=)

Oficial interino do Registro Civil



Certidão de Casamento

CERTIFICO que, sob o nº (Um), à fls. 125, do livro nº 125
de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 12 de novembro (11)
de 1.966, foi feito o casamento de (=LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO=)
e (=APARECIDA DE JESUS ALMEIDA=)

contraído perante o Juiz de Paz e Casamentos Sr. VICTOR KRUGER
e as testemunhas constantes no respectivo termo.

Ele, nascido em Reserva - Paraná
aos 27 de julho (07) de 1.945
profissão lavrador, domiciliado em
neste Distrito e residente em neste Distrito; filho de
EDUARDO DOS SANTOS CORDEIRO e dona BELMIRIA PORBURICHINSKI
CORDEIRO.

Ela, nascida em Pitanga - Paraná
aos 20 de janeiro (01) de 1.950
profissão domestica, domiciliada em
neste Distrito e residente em neste Distrito; filha de
PORFIRIO RODRIGUES DE ALMEIDA e dona FRANCISCA SILVERIO DE
ALMEIDA.

a qual passou assinar-se (=APARECIDA DE JESUS CORDEIRO=)
Foram apresentados documentos a que se refere o art. 180 N.ºs 1-2-3-4
do Código Civil Brasileiro. Observações: Casamento realizado sob o regime
de: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.

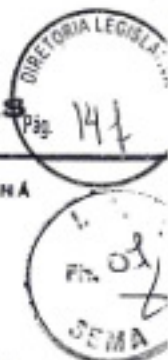
O referido é verdade e dou fé.
Bela Ventura, 03 de novembro (11) de 1972



Instituto de terras, cartografia e florestas

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO — GOVERNO DO PARANÁ

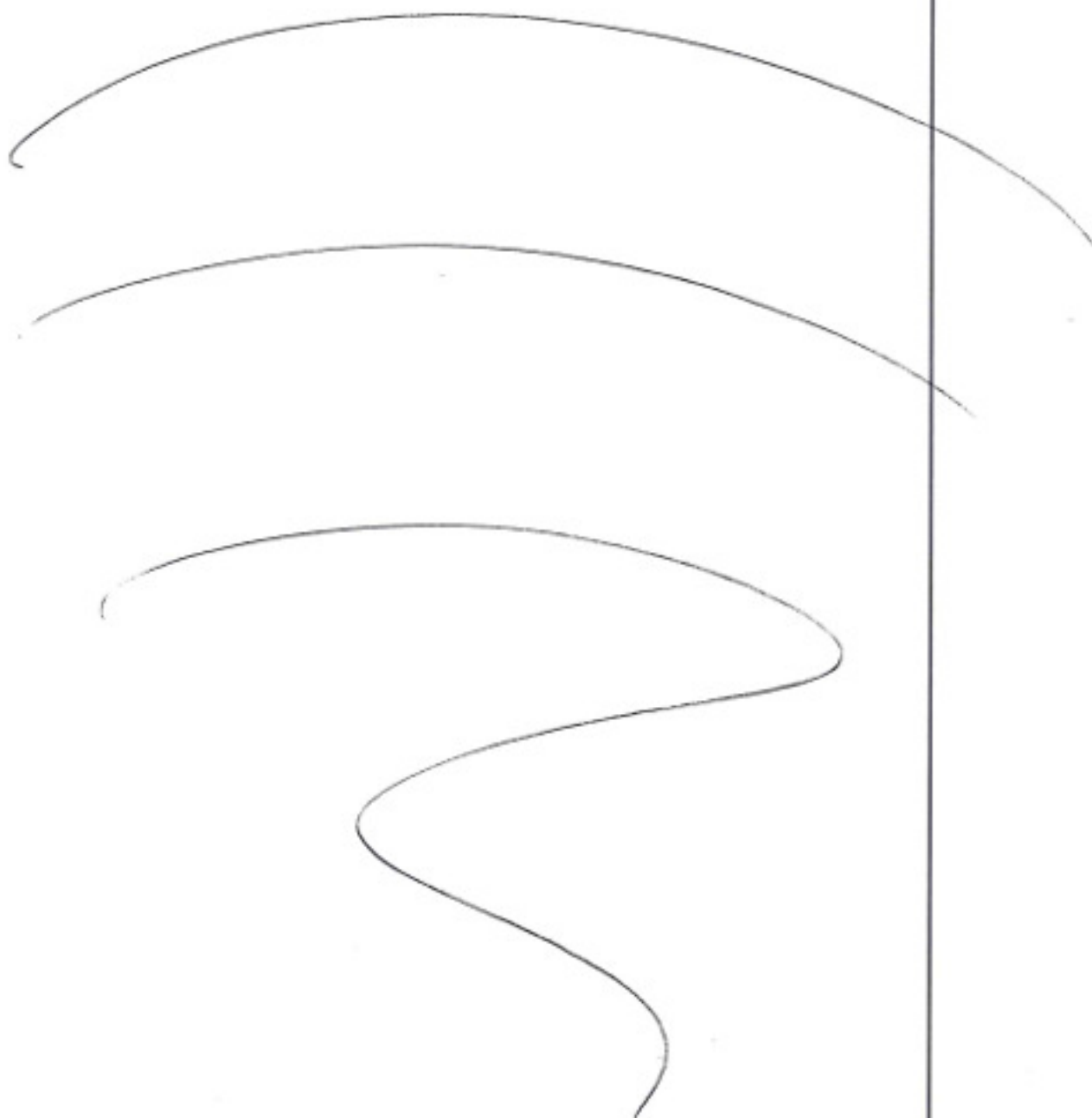
CURITIBA — RUA DESEMBARGADOR MOTTA, 3384 — FONE 234-1611 — PARANÁ



Anexamos em frente protocolo nº 483/90,
em nome de Bernardo Gonçalves da Silva, antigo ocupante
do lote 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura.

Pitanga, 07 de maio de 1993.


Maria Joana das Santos
CPF 026.155.089-91





ITCF

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS

VINCULADO À SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

ESCRITÓRIO DE Pitanga-PR



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: Ladislau de Oliveira Cordeiro
 Pai: Eduardo dos Santos Cordeiro
 Filiação: Mãe: Belmira Porburichinski Cordeiro
 Local de Nascimento: Reserva-PR Data do Nascimento: 27 / 07 / 45
 Estado Civil: casado Nº de Filhos: 05
 Profissão: lavrador Carteira Profissional Nº -
 Carteira de Identidade Nº 3.081.041-4 PR CGC/CPF 410.829.829-20
 Certidão de Casamento ☐ Local: - Nº - Livro: - Fls.: -
 Nascimento ☐
 Outro documento: -
 Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? -
 Onde? -
 Residência: Terra Santa, Boa Ventura, Pitanga-PR

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais) lote 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura
 Localidade: Terra Santa Distrito: Boa Ventura
 Município: Pitanga-PR Comarca: Pitanga-PR
 Área do Imóvel (em ha): 23,1745 Nº Cadastro no Incra: 720038093149-9
 Descrever localização e condições de acesso: Estrada Pitanga a Terra Santa via
Rio do Meio percorre aprox. 43 km.

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: 2 anos e 4 meses
 Como ocorreu a transmissão: compra
 Nome do transmitente: Bernardo Gonçalves da Silva
 Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no Imóvel: Sim ☐ Não ☒
 Nome do Preposto: -
 Nº de pessoas que residem no Imóvel: -
 A posse é mansa e pacífica: Sim ☒ Não ☐ Descrever: -

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL



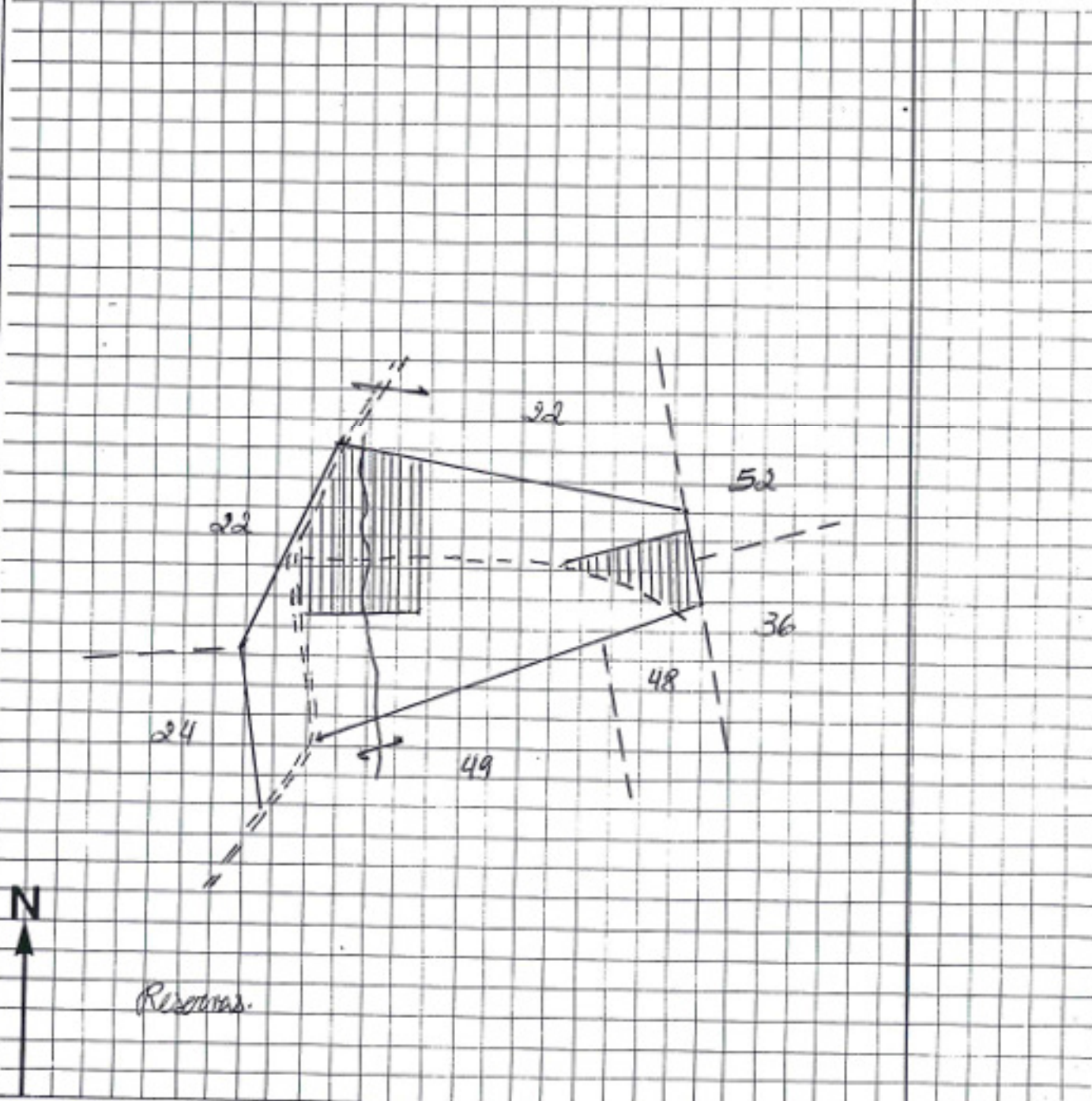
Preço médio da região NCzS. . . 206,00 . . . /ha.

Plano %	Levemente ondulado %
Topografia: Ondulado %	Acidentado 100 %
Alagadiço %	Pedreira %

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒ Apresenta pouco ☐ Acentuada ☐
 Conservação: Curva de nível ☐ Terraço ☐

09 - CROQUI



Escritório Local de Pitanga

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 49/93 ELR-2-Ladislav de Oliveira

Cordeiro

À DITEC:

Para prosseguimento da regularização.

Pitanga, 16 de maio de 1995.

Orlei Ziegemann
Orlei Ziegemann
Chefe do ELPIT

AO ELPIT

Remetemos o presente protocolo a esse -
Escritório Local para autenticação do laudo de vistoria e assinatura
ra do Chefe Regional no campo Nº 14 do respectivo laudo.

DITEC, 01/06/95

Albani Sebastião Paes
Albani Sebastião Paes
Gerente da Área Técnica de Terras
e Saneamento
SEMA / IAP

A DITEC:

Para prosseguimento.

Pitanga, 08 de maio de 1995.

Orlei Ziegemann
Orlei Ziegemann
Chefe do ELPIT

Instituto Ambiental do Paraná — I. A. P.

Vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente — SEMA — Governo do Paraná

SEMA/CTC

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 2.261.859-8

Verificando junto aos índices existentes nesta Coordenadoria, constatamos as seguintes anotações para o Sr. LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO.

Lote nº 49 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 12,9220 ha, incorporado ao patrimônio do IAP, conforme título de incorporação nº 2383 de 15/03/90. -

Lote nº 53 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 6,0888 ha, incorporado ao patrimônio do IAP, conforme título de incorporação nº 2385 de 15/03/90. -

Lote nº 54 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 7,0759 ha, expedido a licença de ocupação nº 1.737 na época a favor de Antonio Braz dos Santos.

Lote nº 23 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 25,1745 ha, expedido a licença de ocupação nº 1.733 na época a favor de Bernardo Gonçalves da Silva.

X Lote nº 12 da Gleba 12 - Colônia Boa Ventura com área de 68,9465 ha, incorporado ao patrimônio através do título de incorporação nº 2369 de 15/03/90, posteriormente alienado ao requerente através da escritura pública de compra e venda do livro nº 146 às fls. 160 de 17/10/90 no Município e Comarca de Pitanga.

X Lote nº 35 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 10,1540 ha, incorporado ao patrimônio através do título de incorporação nº 2377 de 15/03/90, posteriormente alienado ao requerente através da escritura pública de compra e venda do livro nº 146 às fls. 162 de 17/10/90 no Município e Comarca de Pitanga.

X Lote nº 55 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 0,5528 ha, incorporado ao patrimônio através do título de incorporação nº 2386 de 15/03/90, posteriormente alienado ao requerente através da escritura pública de compra e venda do livro nº 146 às fls. 159 de 17/10/90 no Município e Comarca de Pitanga.

X Lote nº 86 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 6,5033 ha, titulado ao requerente conforme título nº 109 do livro nº 14 de 15/03/90.

Total de áreas do requerente, escrituradas



SEMA/CTC

I. A. P.
DITEC
Fls. 120

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 2.261.859-8

A Gleba 16 - Colônia Boa Ventura, foi -
objeto do processado de medição nº 6832 com área total de 4.522,61
42 ha, integrante do plano de colonização autos nº 380 (protocolo-
nº 12.933/88), aprovado o seu laudo técnico pelo Sr. Presidente em
29/05/89, publicado no Diário Oficial nº 3.033 de 08/06/89.

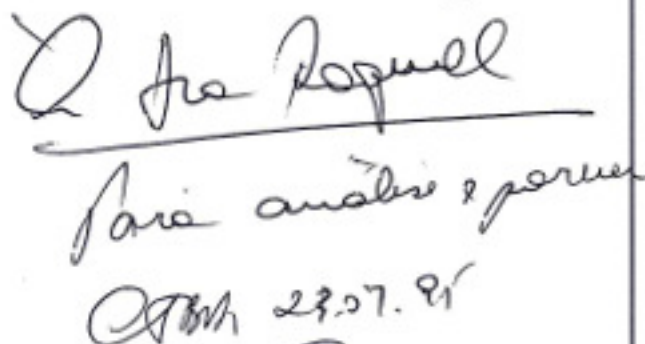
O lote nº 23 da Gleba 16 - Colônia Boa -
Ventura com área de 23,1745 ha, foi expedido a licença de ocupação
nº 1.733 a favor de Bernardo Gonçalves da Silva.

A DIJUR, para pronunciamento.

SEMA/CTC, 20/07/95


Diretor do Instituto do Meio Ambiente
e Defesa do Consumidor
Paraná, 1142

DIJUR
Recebido em
20/07/95
às horas
Assinatura


Para análise e parecer
23.07.95


Diretor do Instituto do Meio Ambiente
e Defesa do Consumidor
OAB/PR nº 9703

Instituto Ambiental do Paraná — I. A. P.

Vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente — SEMA — Governo do Paraná

M - 20

IAP/DIJUR

13

DIJUR

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº

2.261.859-8

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag 204

Em anexo ao protocolado em epígrafe, encontram-se os de nº:

- 2.261.860-1
- 2.261.910-1
- 2.261.911-0
- 2.261.912-8

Matias Rychel D. Kramer
OAB/PR - 9232

PARECER PROJU Nº 643/95

PROTOCOLIZADOS NºS 2.261.859-8 (1)

2.261.911-0 (2)

2.261.910-1 (3)

2.261.912-8 (4)

INTERESSADO: LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO

ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



SENHOR PROCURADOR JURÍDICO

Nos expedientes em epígrafe, Ladislau de Oliveira Cordeiro pleiteia a regularização fundiária dos lotes nºs 23, 53, 49 e 54, com áreas, respectivamente, de 23,1745 ha, 6,0888 ha, 12,9220 ha e 7,0759 ha, todos da gleba nº 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

O requerente adquiriu a posse dos lotes em questão dos seus antigos ocupantes, através de instrumentos legais de transferência de direitos possessórios, juntados aos respectivos autos, quitados à vista.

Todos os expedientes estão instruídos com os respectivos laudos de vistorias, realizados recentemente.

Também instrui cada um dos autos informação do setor competente deste IAP acerca da situação cadastral dos lotes pleiteados, todos eles incorporados ao patrimônio deste IAP para os fins do art. 33, III da Lei 7.055/78, constatando-se que o total da área, computadas as ora pretendidas, é de 135,4178 ha.

No mérito, observa-se que com a regularização ora pleiteada, o total de áreas patrimoniais deste Instituto transferidas ao requerente supera os 100 ha, razão pela qual se aplica ao caso, o contido no art. 54, inciso XXXI da Constituição do Estado do Paraná, que estabelece a competência privativa da Assembléia Legislativa Estadual para "aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares..."

Sob o aspecto material do exercício do direito, do que consta nos respectivos laudos de vistoria não se pode inferir o efetivo cumprimento da função social da propriedade, no caso considerado conforme o prevê o art. 186 da Constituição Federal, ora transcrito:

“ Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

Também impossível se inferir dos aludidos laudos se a área destinada à reserva corresponde aos 25% da extensão dos lotes, conforme exige o art. 24, inciso II, da Lei 7.055/78.

A se ponderar, ainda, para a boa instrução do processo, a necessidade de o escritório regional certificar nos autos se as cópias dos respectivos instrumentos de transferências de direitos possessórios correspondem aos seus respectivos originais, alertando-se, também, que, havendo outras regularizações em nome do requerente, devem elas acompanhar o presente feito, por uma questão de oportunidade.

Assim exposto, entende-se devem os expedientes considerados, retornar ao escritório de origem, para o esclarecimento das questões acima, após complementação das informações, para, então, encaminhá-los à consideração do Sr. Governador do Estado.

É o parecer.

Curitiba, 10 de agosto de 1995.

Maria Rachel Pioli Kremer
MARIA RACHEL PIOLI KREMER
OAB/PR 6.232

- Ciente
- Ao CAPIT para a
Tomada das providências que o caso requer de conformidade com o considerável controle no parecer supra
Atm, 24.08.95

Luiz Carlos Dupim
Diretor Jurídico IAP/SEMA
OAB/PR n.º 9733



Dijon, 12 de novembro de 1996

INFORMAÇÃO

PROT. Nº 2.361.858-B - LADISLAU OLIVEIRA CORDEIRO

À SEMA / CTC / DIVISÃO FUNDIÁRIA

Atreves da presente informamos que o Sr. Lázaro culpante dos seguintes atos, 23 GL, 18 IMÓVEL COL. BOA VENTURA, 53 GL, 16 IMÓVEL COL. BOA VENTURA, 49 GL, 18 IMÓVEL COL. BOA VENTURA, 54 GL, 16 IMÓVEL COL. BOA VENTURA e a soma da área ultrapassa o limite constitucional de 100,00 Ha., requeru ao Sr. Governador e ao Presidente do IAP, a regularização dos lotes 23 e 49, da Gleba 18 Imóvel Col. Boa Ventura sob Prot. 98/98 ERPIT., os quais seguem uma vistoria técnica e os lotes 53 e 54 da Gleba 16 do Imóvel Col. Boa Ventura, sugiro que o tramite normal porque na soma das áreas não ultrapassa o limite constitucional;

Recibido 12 de novembro de 1995

* SEPARAÇÃO FUNDIÁRIA

Can be devided fine.

Algarve, 12 de novembro de 1996

Orleiziegmann
ORLEIZIEGMANN

Chetiv Regional do IP - Piteira FR.

PROT. 2.261.859-8 - LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO



TERMO DE ANEXAÇÃO

Anexamos ao presente requerimento ao Sr. Governador e ao Sr. Presidente do Instituto Ambiental do Paraná referente a regularização do lote em causa.

Pitanga, 12 de novembro de 1986

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Orlei Ziegemann".

ORLEI ZIEGEMANN

Chefe Regional do IAP - Pitanga PR.



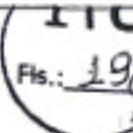
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de :

PITANGA



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO
Apelido: _____
Filiação: Pai: EDUARDO DOS SANTOS CORDEIRO
Mãe: BELMIRA DOBURICHINSKI CORDEIRO
Local de Nascimento: RESERVA/PR Data de Nasc.: 27/07/45
Estado Civil: CASADO Nº de Filhos: 04
Certidão Casamento: Local: _____ N.º _____ Livro: _____ Fls.: _____
Qual o Regime: _____ Profissão: AGRICULTOR
Carteira de Identidade N.º: 3.081.041-4/PR CNPJ/CIC: 410.829.829-20
Certidão Nasc.: Local: _____ N.º _____ Livro: _____ Fls.: _____
Exerce função pública: Não (x) Sim () Qual? _____
Onde: _____
Reside no lote: SIM () ou Não (x)
End.: TERRA SANTA
CEP: _____ Município: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE UF: PR
Tel.: _____ Celular: _____

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: _____
Filiação: Pai: _____
Mãe: _____
RG N.º: _____ CIC/CPE: _____
Certidão Nasc.: Local: _____ N.º _____ Livro: _____ Fls.: _____

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): LOTE 23 - GLEBA 16 - COLÔNIA BOA VENTURA
Localidade: TERRA SANTA Distrito: _____
Município: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE Comarca: PITANGA
Área do Imóvel (em ha): 23,1745 (em m²): _____ INCRA: _____
Descrever localização e coordenadas (UTM): ESTRADA PITANGA A TERRA SANTA VIA RIO DO MEIO PERCORRE APROX. 43 KM

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim () Não (x) Tempo de ocupação: 14 (anos) 04 (mese)
Como ocorreu a transmissão: COM PRE
Nome do Transmissor: BERNARDO GONÇALVES
Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ()
Nome do Presto: _____

10 - OBSERVAÇÕES



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 19 / 04 / 07

Assinatura: *Edilson de Oliveira Carneiro*

12 - TESTEMUNHAS

1º

Assinatura:

Nome:

2º

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: *BOM VENTURA DE SÃO ROQUE*

Data: 19 / 04 / 07

Assinatura: *Mauro Grüber*

Nome: *Mauro Grüber*
RG: 3286830-4

Corredor de Matéria

14 - De acordo em 19 / 04 / 2007

15 - Visto em / /

JOSE ELIEL DINIZ
ENG AGRÔNOMO CREA Nº 10.605/D

INFORMAÇÃO N.º 00442

PROTOCOLO N.º 2.261.859 - 8 - SID - LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO.

Verificando junto aos Registros Cadastrais deste ITC/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná - STT., constatamos que :

O lote n.º 23, da " COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 ", com área de 23, 1745 ha, encontra - se anotado para " BERNARDO GONÇALVES DA SILVA ", conforme Licença de Ocupação n.º 1733, expedido em 15.03.90.

A Regularização do lote em questão esta inserido no Plano de Colonização Autos n.º 380 (protocolo n.º 12933/ 88), da respectiva Gleba, o qual foi aprovado tecnicamente em 29.05.89 e publicado no Diário Oficial n.º 3033, de 08.06.89.

Em nome de " LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO ", consta a Titulação de 108, 2509 ha, expedido pelo Estado do Paraná.

À SEMA/AJ., para exame e parecer.

ITC/ DITER, em 25 de maio de 2007


Roberto Alfredo Gomes
Dep. de Regularização Fundiária - ITC



Curitiba, 30 de janeiro de 2008
Ofício nº 021/2008 – ITC/GP

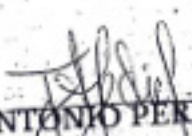


Prezado Assessor,

Solicitamos a fineza de nos encaminhar todos os processos de competência desta Autarquia que se encontrem nessa Assessoria, tendo em vista a designação da Dra. Edinéia para nos prestar assessoria jurídica.

Desde logo, agradecemos a valiosa colaboração que essa Assessoria tem prestado à nossa Instituição.

Cordialmente,


JOSE ANTONIO PERES GEDIEL
Diretor-Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências

Ao Senhor
Theo Botelho Marés de Souza
Assessor Jurídico da SEMA
Curitiba - PR

Protocolo nº 2.261.859-8.

Interessado: LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO.

SENHOR PRESIDENTE DO ITCG

Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, contida no Ofício nº 021/2008-ITC/GP, estamos encaminhando o processo supra epigrafado.

Curitiba, 31 de janeiro de 2008.


Luiz Carlos Papim.

OAB/PR.9733

Assessoria Jurídica da SEMA

- Ciente.
- Encaminha-se ao ITCG/Gabinete do Senhor Presidente.


Dr. Theo Botelho Marés de Souza.

OAB/PR. 35.464

Assessor Jurídico da SEMA

Parecer Jurídico nº 002 - ITCG/AJ
Protocolo/SID: nº 2.261.859-8
Interessado: **LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO**
Assunto: Requer Regularização Fundiária

ASSESSORIA JURÍDICA DO ITCG

Ladislau de Oliveira Cordeiro, brasileiro, casado, agricultor, portador da CLRG.Nº 3.081.041-4-PR, residente e domiciliado à Estrada Principal, s/nº em Terra Santa, Boaventura, município de Pitanga-PR, está requerendo junto ao ITCG, **“Regularização fundiária do lote nº 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Pitanga-PR, com área de 23,1745 ha, nos termos da Lei 7055/78.”**

O requerente adquiriu a posse do lote em questão dos seus antigos ocupantes, através de Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda, juntados aos autos

Instrui devidamente o processo, com a juntada das cópias dos seus documentos pessoais, demonstrando de forma cabal o seu interesse e legitimidade para o pleito em questão.

O Escritório Regional de Pitanga procedeu a vistoria no imóvel e tudo constando no Laudo, averiguada a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, nada impedindo que seja o lote alienado ao requerente.

Instado o DITER/ITCG, após verificado Registros Cadastrais bem como o Sistema de Terras Tituladas do estado do Paraná, exarou a seguinte informação: "O lote nº 23 da Colônia Boa Ventura - Gleba 16, com área de 23,1745 ha, encontra-se anotado para Bernardo Gonçalves da Silva, conforme Licença de Ocupação nº 1733, expedido em 15.03.90".

Em nome de **Ladislau de Oliveira Cordeiro**, consta a Titulação de **108,2509 ha**, expedido pelo Estado do Paraná.

Em conformidade de art. 28 da Lei 7055/78, ultrapassa em nome de Ladislau de Oliveira Cordeiro, legitimação acima de 100,00 ha, conforme determina o artigo 54, inciso XXX da Constituição do Estado do Paraná, é competência privativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovar previamente a alienação.

Deverá o presente ser encaminhado ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do Senhor Governador à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

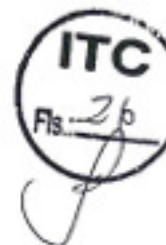
É o nosso parecer.

Curitiba, 27 de março de 2008.


Elias de Carvalho
OAB/PR.12402

- De acordo.
- Ao ITCG/DITER, para os devidos fins.


Dra. Ednéia Ribeiro Alkamin
OAB/PR. 12.346
ITCG/AJ



COORDENADORIA TÉCNICO LEGISLATIVA - CTL

INFORMAÇÃO Nº 003/2008 - CTL/CC

Senhor Diretor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, encaminha para apreciação do Senhor Governador, o requerimento do Senhor Ladislau de Oliveira Cordeiro, através dos Autos de Protocolo nº 2.261.859-8, acerca da regularização fundiária do lote nº 23, Gleba 16, Colônia Boa Ventura, no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, no Estado do Paraná, com área de 23,1745 ha, nos termos da Lei 7055/78.

Conforme preconiza a Constituição do Paraná, em seu artigo 54, inciso XXX, compete, privativamente, à Assembléia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no artigo 49, inciso XVII, da Constituição Federal. Então, o assunto em tela necessita ser apreciado pelos Deputados Estaduais, com o envio, à Casa de Leis, por parte do Senhor Governador, se assim entender o Chefe do Poder Executivo.

Em consonância com o Parecer nº 002 ITCG/AJ (fls.24/25), o requerente já possui titulação de 108,2509 há. Já a área que



ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL



o requerente pretende adquirir em seu nome, consta em nome de Bernardo Gonçalves da Silva – Licença de Ocupação nº 1738, expedida em 15/03/90.

Consta, ainda, do Parecer acima citado, que a vistoria no imóvel já se procedeu como função do Escritório Regional de Pitanga, constatando-se em laudo a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, podendo o referido bem imóvel ser alienado ao requerente, se os legisladores estaduais aprovarem o presente requerimento.

Desta forma, os Autos de Protocolo podem ser encaminhados para a apreciação e decisão final do Senhor Governador.

CTL/CC, em 18/06/2008.

Luiza M. Pacheco
Coordenadoria Técnico- Legislativa - CTL

Curitiba, 30 de maio de 2008
Ofício nº 184/2008 – ITC/GP

Elabore-se Mensagem à A.L.E
Em — / — / —

Excelentíssimo Senhor Governador,


Roberto Requião
Governador do Estado


Trata-se de processos de titulação de terras devolutas, em favor de ocupantes que, anteriormente, já receberam títulos de imóveis dessa mesma natureza. O somatório das áreas públicas a eles destinadas, ultrapassa os 100ha. Nesses casos, conforme o artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, exige-se autorização da Assembleia Legislativa do Estado, para a emissão dos títulos.

Por isso, encaminhamos os referidos processos, com Relatório Detalhado, por ocupante, para que Vossa Excelência os aprecie e, julgando conveniente e oportuno, os encaminhe à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.

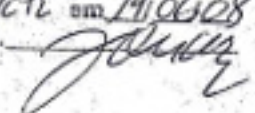
Sem mais para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente,


JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu, 3º andar
CURITIBA – PR

Confere com o original
CC/CL em 14/06/08
Ass. 



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências

Curitiba, 30 de maio de 2008
Ofício nº 184/2008 – ITC/GP



GOVERNO DO
PARANÁ



Elabore-se Mensagem à A.L.E.
Em / /

Excelentíssimo Senhor Governador,

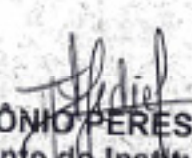
Roberto Requião
Governador do Estado

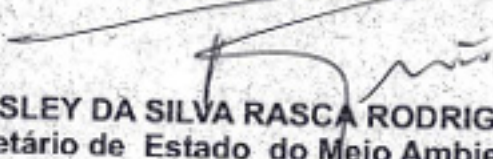
Trata-se de processos de titulação de terras devolutas, em favor de ocupantes que, anteriormente, já receberam títulos de imóveis dessa mesma natureza. O somatório das áreas públicas a eles destinadas, ultrapassa os 100ha. Nesses casos, conforme o artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, exige-se autorização da Assembleia Legislativa do Estado, para a emissão dos títulos.

Por isso, encaminhamos os referidos processos, com Relatório Detalhado, por ocupante, para que Vossa Excelência os aprecie e, julgando conveniente e oportuno, os encaminhe à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.

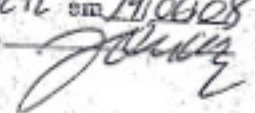
Sem mais para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente,


JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu, 3º andar
CURITIBA – PR

Confere com o original
CC/n em 19/06/08
Ass. 



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



GOVERNO DO
PARANÁ



cont. Ofício nº 184/2008 - ITC/GP

- Protocolo 5.604.675-5
Data: 11/12/2003
287,1786ha – anteriormente já tituladas
5,4183ha – a titular
292,5969ha - Total
Interessado: Nelson Piovesan
- Protocolo 5.726.679-1
Data: 12/11/2004
94,5062ha – anteriormente já tituladas
0,3238ha – a titular
94,8300ha - Total
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.674-0
Data: 12/11/2004
94,5062ha – anteriormente já tituladas
9,1249ha – a titular
103,6311ha - Total
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.672-4
Data: 12/11/2004
601,8074ha – anteriormente já tituladas
6,3000ha – a titular
608,1074ha - Total
Interessado: José Maria de Lima
- Protocolo 2.261.859-8
Data: 29/05/1995
94,5062ha – anteriormente já tituladas
9,1249ha – a titular
103,6311ha - Total
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 2.261.911-0
Data: 30/05/1995
108,2509ha – anteriormente já tituladas
12,9220ha – a titular
121,1729ha - Total
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 9.667.833-9
Protocolo 9.667.834-7
Data: 29/10/2007
246,5000ha - Total a titular
Interessado: Celia Regina Canhetti Postigo
- Protocolo 9.678.214-4
Protocolo 9.386.313-5
Protocolo 9.386.445-0
228,9000ha – a titular
80,7000ha – a titular
18,3200ha – a titular
327,9200ha – Total a Titular
Interessado: João Pires Branco

Confere com o original
CC/CH em 19/06/08
Ass.



GOVERNO DO
PARANÁ



CASA CIVIL

Coordenadoria Técnico-Legislativa – CTL, para CAO

Tendo em vista a conclusão do objeto que tratou aos referidos protocolos, archive-se.

Protocolo nº 8.747.379-1
Protocolo nº 9.667.833-9
Protocolo nº 9.678.214-4/ anexo 9.667.834-7
Protocolo nº 9.386.313-5/ anexo 9.386.445-0
Protocolo nº 5.726.674-0
Protocolo nº 2.216.911-0/ anexo 2.261.859/8
Protocolo nº 5.726.679-1
Protocolo nº 5.726.672-4
Protocolo nº 5.604.675-5
Protocolo nº 5.852.605-3/ anexo 7.076.833-0
Protocolo nº 7.658.091-0
Protocolo nº 7.590.529-7
Protocolo nº 7.541.710-1/ anexo 7.087.567-5 - 9.871.422-7
Protocolo nº 7.246.947-0
Protocolo nº 7.176.530-0
Protocolo nº 10.217.772-0

Em 02/12/2009


Luiza M. Pacheco
Coordenadora

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

À Diretoria de Terras – Diter

Protocolo nº 2.261.859-8

Conforme solicitado por esta diretoria encaminho o presente processo, que estava na Casa Civil, para providências.

ITCG, 23 de maio de 2011.

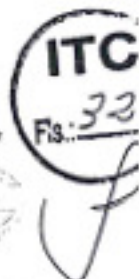


Amílcar Cavalcante Cabral,
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

*Do Exanderson
Centurione Solitudo
Em 24.05.11*



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



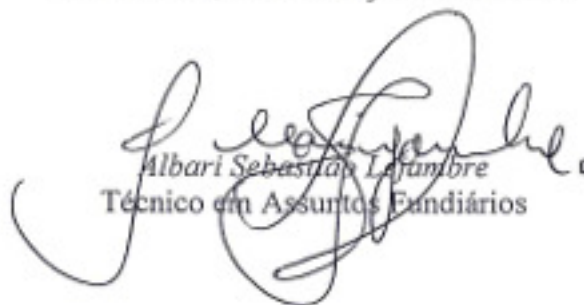
INFORMAÇÃO Nº 259

PROTOCOLO Nº. 2.261.859 – 8 – SID – LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO

Senhor Diretor.

- Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para nova análise ou a confirmação da Informação nº. 003/2008 – CTC (fls. 26 e 27), que não está assinada, para que a Unidade Rural aqui objetivada, venha obter Autorização Legislativa para a sua Alienação.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013



Albari Sebastião Leal
Técnico em Assuntos Fundiários

INF. Nº0287/2013

Prot.: Nº.02.261.859-8 _ SID_ LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO

Data: 29/05/1995.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.



Diretor de Terras em 25/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes



Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 2.261.859-8, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



PROTOCOLO: 2.261.859-8

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

ASSUNTO: Regularização Dominial.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2018/2013 – NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 Inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para regularização dominial do lote nº 23, Gleba 16, pertencente ao imóvel Colônia Boa Ventura, no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

Entretanto antes de se dar seguimento ao processo, é necessário o seu encaminhamento ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, para manifestação de sua Assessoria Jurídica.

Encaminhe-se.

Curitiba-PR, 20 de agosto de 2013.


Camila Oviedo Bittencourt
Assistente Técnica


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração SEEG



36

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

02.261.859-8

RECEBIDO em 21/08/13
às 16:26h. por Almir
Setor SEMNIDA

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolo nº. 2.261.859-8

A O

Núcleo Jurídico da Administração-SEEG

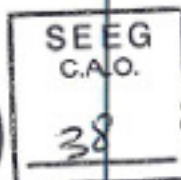
Reiteramos o contido da Assessoria Jurídica do ITCG nas fls 24 e 25, do referido

Protocolo.

Curitiba, 12 de setembro de 2013.



Antonio Alberto Scoparo
Chefe de Gabinete do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 2.261.859-8

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 16 de setembro de 2013

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 2.261.859-8

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 396/2014

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto as seguintes matérias:


- a) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e
- b) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

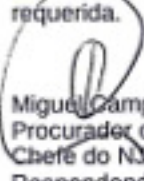
Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 07 de fevereiro de 2014.


Giovanni Gonçalves
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do NJA/SEEG
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

2.261-859-8

RECEBIDO em 18/02/14

às 09:52h. por Aline

Setor Semear/DA

Do ITGG para ciência

Rudiane/DA

7489

SID nº. 2.261.859-8

PARECER Nº 031/2014 – DIJUR - ITCG

INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

À PGE/NJA/SEEG:

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 396/2014, de fls. 39, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito das seguintes matérias:

i) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e;

ii) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

No que tange ao item "i", explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. (...)

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.

(...)

§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:

I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;

II - tenham na agricultura sua atividade principal;

III - residam no imóvel.

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITCG, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

- I — para fins de pesquisa ou fomento;
- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;
- III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto ao item "ii", que indaga a respeito da necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:
(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.

Luiz Carlos Pupim
OAB/PR. 9733
Diretoria Jurídica do ITCG

Protocolo nº 2.261.859-8

Interessados: PGE / NJA / SEEG

Ladislau de Oliveira Cordeiro

I. Aprovo o Parecer nº 031/2014 - DIJUR - ITCG,
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de
Governo-SEEG - Núcleo Jurídico da
Administração-NJA.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do ITCG



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 2.261.859-8

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 2.261.859-8

INTERESSADO1: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO2: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1762/2014 - NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Ladislau de Oliveira (fls. 02), para regularização fundiária da incorporação ao lote nº 23, parte integrante da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com aérea total de 23,1745 hectares, localizado no município de Pitanga - PR.

O protocolado em apreço, já fora analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 24/25), que constatou a titulação em nome do requerente de lote com área de 103,6311ha (Protocolo 2.261.911-0, fls. 29), isto posto, caracterizando-se a competência privativa da Assembleia Legislativa do Paraná, ante a legitimação reivindicada estar acima de 100,00ha.

Ab initio, por cautela, ante a existência de pedido análogo ao p. protocolado formalizado mediante Protocolo Geral do Estado - SID nº 2.261.911-0, que examina pleito do mesmo cidadão (Senhor Ladislau de Oliveira) porem do lote nº 49, com área de 12,9220ha, da mesma Gleba 16, Colônia Boa Ventura no município de Pitanga-PR, solicitamos o retorno do protocolado à origem a fim de se verificar da possibilidade de juntada dos cadernos administrativos.

Após, retorne o presente para o devido encaminhamento ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná.

Curitiba-PR, 26 de maio de 2014.


Raul Clei Coccaro Siqueira
Assessor - CTL/SEEG


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe da CTL/SEEG



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Ref. Prot. 2.261.859-8

Ao ITCG:

Para providências no que se refere ao Despacho Administrativo à folha 47.

Em, 29/maio/2014.


RORI MENDES CORRÊA
Diretor Geral SEMA

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolos nsº. 2.261.859-8 e 2.261.911-0


A O

Núcleo Jurídico da Administração-SEEG

Procedemos nesta data a juntada dos protocolados nºs 2.261.859-8 e 2.261.911-0, por se tratarem de pedidos análogos.

Reiteramos o objeto do protocolado nº. 2.261.859-8 sendo Lote nº 23, parte integrante da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 23,1745ha, município de Pitanga-PR; e protocolado nº 2.261.911-0 sendo Lote nº 49, parte integrante da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 12,9220ha, município de Pitanga-PR, ambos em nome de Ladislau de Oliveira Cordeiro.

Curitiba, 03 junho de 2014.



Antonio Alberto Scoparo
Chefe de Gabinete do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências



ESTADO DO PARANÁ

instituto de terras, cartografia e florestas



S P I - PROTOCOLO INTEGRADO

IAP

NUM. 2.261.911-0

30 MAI 1995

DATA-

HORA-

PROTOCOLO

Nº

REPARTIÇÃO DE ORIGEM:

Escritório Local de Pitanga
PROT. 909/90 ELPIT

INTERESSADO:

Ladislau de Oliveira Cordeiro

ASSUNTO:

Requer a regularização do lote nº 49, Gleba 16,
Colônia Boa Ventura, Pitanga-PR.

ENCAMINHAMENTO



DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
1 25/03/95	D.S.L.A	J	1 10 JUL 2013	PGE	gm
2 30/5/95	D.R.E	Se	2 20/08/13	CAO	bu
3 05.06.95	ELPIT	f	3 21/08/13	SEMA	8
4 08/06/95	Direc	f	4 16.09.13	SEEG/CAO	CG
5 05.07.95	ELPIT	f	5 17/08/13	NSA	A
6 18.01.95	Ditec	f	6 14/02/14	CAO	AD
7 20.07.95	DITUR	f	7 14/02/14	SEMA	A
8 20.07.95	DR Furim	Fe	8 18/02/14	ITCA/gpb	AD
9 23.07.95	Dra. Raquel	rum	9 07.08.2014	ITC/GP	Pupim
10 21.08.95	DR Furim	Fey	10 13/03/14	CAO	A
11 14.02.08	ITC/AJ	AD	11 14/03/14	NSA	A
12 04.04.08	ITC/DITER	AD	12 27.5.14	SEMA/DE	eq
13 10.06.08	CC/DG	AD	13 201		
14 23/05/11	ITC/Diter		14		
15 26/06/13	ITC/GP	AD	15		

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS
E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANÁ.



1ª C. ESCR. DE PIRACEMA
Protocolo n.º 908/80
Em 15/10/80

Ladislau de Oliveira Cordelino, brasileiro
casado, agricultor, residente em Terra Santa, Boa Ventura, Piraíngua
PR, portador do RG nº 3.071.041-4 PR, vem requerer a Vossa Senhoria
a regularização do lote nº 49, "Lote 16, Colônia Boa Ventura, Piraíngua-PR", com área de 22,9220 ha, nos termos da Lei 7.035/78.

Nestes termos,
pode deferimento.

Piraíngua, 15 de Outubro de 1990.

Ladislau de Oliveira Cordelino
Ladislau de Oliveira Cordelino

Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda

Outorgante Vendedor

PEDRO ANESKO

Qualificação

brasileiro, casado, agricultor

Endereço

Terra Santa

Cidade

Pitanga

Outorgado Comprador

CPF

LADISLAU DE OLIVEIRA CONDEIRO

410829820-20

Qualificação

brasileiro, casado, comerciante

Endereço

Terra Santa

Cidade

Pitanga

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s) do(s) Intermediário(s) do(s) Intermediário(s) do(s) Intermediário(s)

Rural

Terra Santa

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Pecore

115 litros

Qualificação do(s) Intermediário(s)

Se um lado com terras de Geraldo Gonçalves, de outro lado com Pedro de Souza, e de outro com José Ferreira de Lima, e de outro lado com o vendedor.

Foi presente instrumento particular o Sr. Pedro Anesko

atual qualificado, proprietário do imóvel descrito, doravante denominado simplesmente de outorgante vendedor e o Sr.

Ladislau de Oliveira Condeiro

também já qualificado

a seguir denominado simplesmente outorgado comprador tem justo e contratado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - O(s) outorgante(s) vendedor(es) vende(m) como efetivamente vendido tem ao(s) outorgado(s) comprador(es) que por si se obriga(m) a comprar a área 115 (cento e quinze) litros de terra.

constante do lote supra descrito.

SEGUNDA - O preço certo e ajustado da presente venda são de NCz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) -

Pagamento a vista.

Assinado em Pitanga

TERCEIRA - Entre ainda como objeto do negócio as seguintes benfeitorias.

Sem benfeitorias.

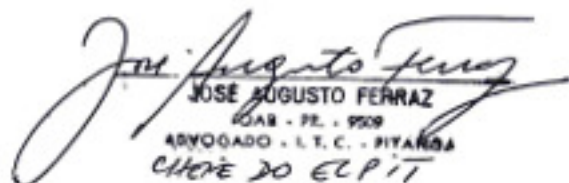
QUARTA - O comprador assume desde já as responsabilidades pelo pagamento das taxas, impostos e demais emolumentos devidos aos cofres públicos desta data em diante.

PROTOCOLO Nº 909/90 ELPIT - LADISLAV DE OLIVEIRA CORDEIRO

AO FUNCIONARIO MARCOS:

PARA VISTORIA A AREA.

PITANGA, 16 DE OUTUBRO DE 1990.


JOSE AUGUSTO FERRAZ
OAB - PE - 9509
ADVOGADO - L.T.C. - PITANGA
CHefe DO ELPIT





INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS

VINCULADO A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

ESCRITÓRIO DE Pitanga-PR



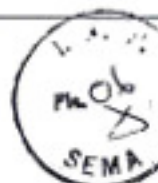
08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço médio da região NC2S. 206,00 /ha.

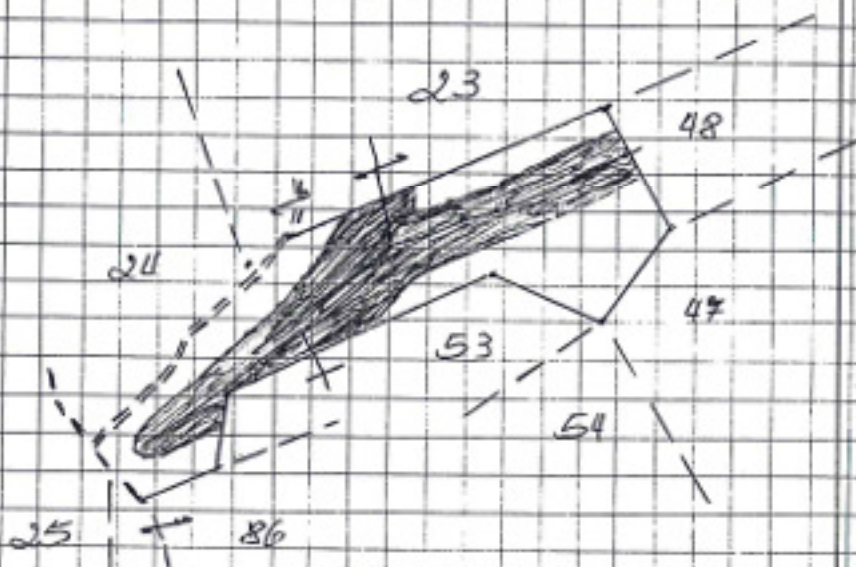
Plano	%	Levemente ondulado	%
Topografia: Ondulado	%	Acidentado	100 %
Alagadiço	%	Pedreira	%

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta	<input checked="" type="checkbox"/>	Apresenta pouco	<input type="checkbox"/>	Acentuada	<input type="checkbox"/>
Conservação: Curva de nível	<input type="checkbox"/>	Terraço	<input type="checkbox"/>		



09 - CROQUI



N
↑

Reserva

Escritório Local de Pitanga

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 909/80 ELPIT-Ladislau de O. Cordeiro

À DITEC:

Para prosseguimento da regularização.
Pitanga, 16 de maio de 1995.


Orlei Ziegemann
Chefe do ELPIT

AO ELPIT

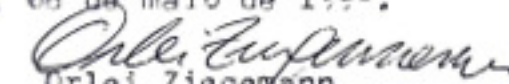
Encaminhamos o presente a esse Escritório -
Local para autenticação do laudo de vistoria e assinatura do Chefe-
Regional no campo nº 14 do respectivo laudo.

DITEC, 02/06/95


Alvaro Sebastião Lajambre
Chefe da Área Técnica de Terras

A DITEC:

Para prosseguimento.
Pitanga, 08 de maio de 1995.


Orlei Ziegemann
Chefe do ELPIT



DITEC
INFORMAÇÃO



I. A. P.
DITEC
FLS. 001

PROTOCOLO Nº 2.261.911-0

AO ELPIT

Encaminhamos o presente protocolo a esse Escritório Local, para que na medida do possível venha devolver a matrícula, carnê e planta do lote nº 49 da Gleba 16 Colônia Boa Ventura, o qual o referido lote foi incorporado ao Patrimônio do IAP, conforme título de incorporação nº 2.383 de 15/03/90.

DITEC, 05/07/95

Roberto Sebastião de Aguiar
Gerente da Área Técnica do Terras e Sítio Ecológico
SEMA/IAP

ELPIT
Recabi em 07/07/95
Bastin

À DITEC:

Anexamos em frente, matrícula, carnê e planta acima solicitados.
Pitanga, 18 de julho de 1995.

Oriel Ziegemann
Chefe do ELPIT

Nesta data procedemos a desanexação da matrícula, carnê e planta, para que este protocolado tenha o seu trâmite normal.

DITEC, 20/07/95

R. H. G.

SEMA/CTC

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 2.261.911-0

Verificando junto aos índices existentes nesta Coordenadoria, constatamos as seguintes anotações para o Sr. LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO.

Lote nº 49 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 12,9220 ha, incorporado ao patrimônio do IAP, conforme título de incorporação nº 2383 de 15/03/90.

Lote nº 53 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 6,0888 ha, incorporado ao patrimônio do IAP, conforme título de incorporação nº 2385 de 15/03/90.

Lote nº 54 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 7,0759 ha, expedido a licença de ocupação nº 1.737 na época a favor de Antonio Braz dos Santos.

Lote nº 23 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 23,1745 ha, expedido a licença de ocupação nº 1.733 na época a favor de Bernardo Gonçalves da Silva.

X Lote nº 12 da Gleba 12 - Colônia Boa Ventura com área de 68,9465 ha, incorporado ao patrimônio através do título de incorporação nº 2369 de 15/03/90, posteriormente alienado ao requerente através da escritura pública de compra e venda do livro nº 146 às fls. 160 de 17/10/90 no Município e Comarca de Pitanga.

Y Lote nº 35 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 10,1540 ha, incorporado ao patrimônio através do título de incorporação nº 2377 de 15/03/90, posteriormente alienado ao requerente através da escritura pública de compra e venda do livro nº 146 às fls. 162 de 17/10/90 no Município e Comarca de Pitanga.

X Lote nº 55 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 0,5528 ha, incorporado ao patrimônio através do título de incorporação nº 2386 de 15/03/90, posteriormente alienado ao requerente através da escritura pública de compra e venda do livro nº 146 às fls. 159 de 17/10/90 no Município e Comarca de Pitanga.

X Lote nº 86 da Gleba 16 - Colônia Boa Ventura com área de 6,5033 ha, titulado ao requerente conforme título nº 109 do livro nº 14 de 15/03/90.

Total da área do requerente, escriturado e L. O. 135,417804

SEMA/CTC

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 2.261.911-0

A Gleba 16 - Colônia Boa Ventura, foi -
objeto do processado de medição nº 6832 com área total de 4.522,61
42 ha, integrante do plano de colonização autos nº 380 (protocolo-
nº 12.933/88), aprovado o seu laudo técnico pelo Sr. Presidente em
29/05/89, publicado no Diário Oficial nº 3.033 de 08/06/89.

O lote nº 49 da Gleba 16 - Colônia Boa -
Ventura com área de 12,9220 ha, foi incorporado ao patrimônio do
IAP, conforme título de incorporação nº 2.383 de 15/03/90.

À DIJUR, para pronunciamento.

SEMA/CTC, 20/07/95

[Assinatura]
Albani Sebastião Lejandre
Gerente de Área Técnica de Terras
e Colonização

DIJUR
Recebido em
20/07/95
às horas
[Assinatura]
Assinatura

[Assinatura]
O Sr. Riquel

Para análise e parecer
CPM 23.07.95

[Assinatura]
Luiz Carlos Dupim
Diretor Jurídico IAP/SEMA
CAB/PR nº 8703

PARECER PROJU Nº 643/95
PROTOCOLIZADOS NºS 2.261.859-8 (1)
2.261.911-0 (2)
2.261.910-1 (3)
2.261.912-8 (4)



INTERESSADO: LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO
ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SENHOR PROCURADOR JURÍDICO

Nos expedientes em epígrafe, Ladislau de Oliveira Cordeiro pleiteia a regularização fundiária dos lotes nºs 23,53,49 e 54, com áreas, respectivamente, de 23,1745 ha 6,0888 ha 12,9220 ha e 7,0759 ha, todos da gleba nº 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

O requerente adquiriu a posse dos lotes em questão dos seus antigos ocupantes, através de instrumentos legais de transferência de direitos possessórios, juntados aos respectivos autos, quitados à vista.

Todos os expedientes estão instruídos com os respectivos laudos de vistorias, realizados recentemente.

Também instrui cada um dos autos informação do setor competente deste IAP acerca da situação cadastral dos lotes pleiteados, todos eles incorporados ao patrimônio deste IAP para os fins do art. 33, III da Lei 7.055/78, constatando-se que o total da área, computadas as ora pretendidas, é de 135,4178 ha.

No mérito, observa-se que com a regularização ora pleiteada, o total de áreas patrimoniais deste Instituto transferidas ao requerente supera os 100 ha, razão pela qual se aplica ao caso, o contido no art. 54, inciso XXXI da Constituição do Estado do Paraná, que estabelece a competência privativa da Assembléia Legislativa Estadual para "aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares..."

Sob o aspecto material do exercício do direito, do que consta nos respectivos laudos de vistoria não se pode inferir o efetivo cumprimento da função social da propriedade, no caso considerado, conforme o prevê o art. 186 da Constituição Federal, ora transcrito:

“ Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem - estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

Também impossível se inferir dos aludidos laudos se a área destinada à reserva corresponde aos 25% da extensão dos lotes, conforme exige o art. 24, inciso II, da Lei 7.055/78.

A se ponderar, ainda, para a boa instrução do processo, a necessidade de o escritório regional certificar nos autos se as cópias dos respectivos instrumentos de transferências de direitos possessórios correspondem aos seus respectivos originais, alertando-se, também, que, havendo outras regularizações em nome do requerente, devem elas acompanhar o presente feito, por uma questão de oportunidade.

Instituto Ambiental do Paraná — I. A. P.

Vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente — SEMA — Governo do Paraná

M - 20

127/130R

Nº 14

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº





ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : PITANGA



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: LADISLAU de OLIVEIRA CORDEIRO
Apelido: _____
Filiação: Pai: EDUARDO DOS SANTOS CORDEIRO
Mãe: BELMIRA PORBURICHINSKI CORDEIRO
Local de Nascimento: RESERVA/PR Data do Nasc.: 27/07/45
Estado Civil: CASADO N° de Filhos: 04
Certidão Casamento: Local: _____ N°: _____ Livro: _____ Fls.: _____
Qual o Regime: _____ Profissão: AGRICULTOR
Carteira de Identidade N°: 3.081.041.4/PR CNPJ/CIC: 410.829.829-20
Certidão Nasc.: Local: _____ N°: _____ Livro: _____ Fls.: _____
Exerce função pública: Não (X) Sim () Qual? _____
Onde: _____
Reside no lote: SIM () ou Não (X)
End: TERRA SANTA
CEP: _____ Município: BOA VENTURA DE SÃO TROQUE UF: PR
Tel.: _____ Celular: _____

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: _____
Filiação: Pai: _____
Mãe: _____
RG N°: _____ CIC/CPE: _____
Certidão Nasc.: Local: _____ N°: _____ Livro: _____ Fls.: _____

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): LOTE 49 - GUEBA 16 - COLÔNIA BOA VENTURA
Localidade: TERRA SANTA Distrito: _____
Município: BOA VENTURA DE SÃO TROQUE Comarca: PITANGA
Área do Imóvel (em ha): 12,9220 (em m²): _____ INCRA: _____
Descrever localização e coordenadas (UTM): PITANGA A TERRA SANTA VIA RIO DO MEIO PERDURE APROX 43 KM

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim () Não (X) Tempo de ocupação: 18 (anos) _____ (meses)
Como ocorreu a transmissão: Com boa
Nome do Transmissor: EDUARDO CORDEIRO

19 - OBSERVAÇÕES



11 - ASSINATURA
DO
OCUPANTE

Data : 18, 04, 07

Assinatura : Calisten de Oliveira Brito

12 - TESTEMUNHAS

1°
Assinatura:
Nome:

2°
Assinatura:
Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: BOA VENTURA de São Roque

Data: 19 / 04 / 07

Assinatura: Mauro Grüber

Nome: Mauro Grüber
RG: 1.286.830-4

Calheta de Medição

14 - De acordo em 18 / 04 / 2007

15 - Visto em / /



INFORMAÇÃO N.º 00443

PROTOCOLO N.º 2.261.911 - 0 - SID - LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO.

Verificando junto aos Registros Cadastrais deste ITC/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná - STT., constatamos que :

O lote n.º 49, da " COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 ", com área de 12,9220 ha, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do IAP para fins de venda (Art. 27 e 33, Inciso III, da Lei 7055/ 78), conforme Título de Incorporação n.º 2383, expedido em 15.03.90, devidamente matriculado junto ao Registro de Imóveis de Pitanga, sob n.º 15873, expedido em 23.04.90.

A Regularização do lote em questão esta inserido no Plano de Colonização Autos n.º 380 (protocolo n.º 12933/ 88), da respectiva Gleba, o qual foi aprovado tecnicamente em 29.05.89 e publicado no Diário Oficial n.º 3033, de 08.06.89.

Em nome de " LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO ", consta a Titulação de 108,2509 ha, expedido pelo Estado do Paraná.

A SEMA/ AJ., para exame e parecer.

ITC/ DITER., em 25 de maio de 2007


Roberto Alfredo Gomes

Dep. de Regularização Fundiária - ITC

Protocolo nº 2.261.911-0.

Interessado: LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO.

SENHOR PRESIDENTE DO ITCG


Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, contida no Ofício nº 021/2008-ITC/GP, estamos encaminhando o processo supra epigrafado.

Curitiba, 31 de janeiro de 2008.



Luiz Carlos Pupim
OAB/PR.9733
Assessoria Jurídica da SEMA

- Ciente.
- Encaminha-se ao ITCG/Gabinete do Senhor Presidente.



Dr. Theo Botelho Marés de Souza.
OAB/PR. 35.464
Assessor Jurídico da SEMA



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências

Curitiba, 30 de janeiro de 2008
Ofício nº 021/2008 – ITC/GP

GOVERNO DO
PARANÁ

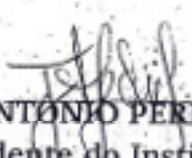


Prezado Assessor,

Solicitamos a fineza de nos encaminhar todos os processos de competência desta Autarquia que se encontrem nessa Assessoria, tendo em vista a designação da Dra. Edinéia para nos prestar assessoria jurídica.

Desde logo, agradecemos a valiosa colaboração que essa Assessoria tem prestado à nossa Instituição.

Cordialmente,


JOSÉ ANTONIO PERES GÉDIEL
Diretor-Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências

Ao Senhor
Theo Botelho Marés de Souza
Assessor Jurídico da SEMA
Curitiba - PR

Parecer Jurídico nº 005 - ITCG/AJ
Protocolo/SID: nº 2.261.911-0
Interessado: **LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO**
Assunto: Requer Regularização Fundiária

ASSESSORIA JURÍDICA DO ITCG

Ladislau de Oliveira Cordeiro, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI.RG. Nº 3.081.041-4-PR, residente e domiciliado à Estrada Principal, s/nº em Terra Santa, Boaventura, município de Pitanga-PR, está requerendo junto ao ITCG, **“Regularização fundiária do lote nº 49, Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Pitanga-PR, com área de 12,9220 ha, nos termos da Lei 7055/78.”**

O requerente adquiriu a posse do lote em questão dos seus antigos ocupantes, através de Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda, juntados aos autos.

Instrui devidamente o processo, com a juntada das cópias dos seus documentos pessoais, demonstrando de forma cabal o seu interesse e legitimidade para o pleito em questão.

O Escritório Regional de Pitanga procedeu a vistoria no imóvel e tudo constando no Laudo, cumprindo a área de reserva prevista em lei, art. 24, inciso II, da Lei 7.055/78, averiguada a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, nada impedindo que seja o lote alienado ao requerente.

Instado o DITER/ITCG, após verificado Registros Cadastrais bem como o Sistema de Terras Tituladas do estado do Paraná, exarou a seguinte informação: "O lote nº 49 da Colônia Boa Ventura - Gleba 16, com área de 12,9220 ha, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do IAP para fins de venda, conforme art. 27 e 33, inciso III, da Lei 7055/78". *

Em nome de **Ladislau de Oliveira Cordeiro**, consta a Titulação de **108,2509 ha**, expedido pelo Estado do Paraná.

PRELIMINARMENTE solicitamos ao DITER/ITCG a incorporação do Lote pleiteado ao Patrimônio deste Instituto de Terra, Cartografias e Geociências para os fins do art. 33, III da Lei 7055/78. -

No mérito, a regularização pleiteada, ultrapassa em nome de Ladislau de Oliveira Cordeiro, legitimação acima de 100,00 ha, razão pela qual determina o artigo 54, inciso XXX da Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo a competência privativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná "aprovar previamente a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares...".

Deverá o presente ser encaminhado ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do Senhor Governador à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.


É o nosso parecer.

Curitiba, 3 de abril de 2008.



Elias de Carvalho
OAB/PR.12402

- De acordo.
- Ao ITCG/DITER, para os devidos fins.



Dra. Ednéia Ribeiro Alkamin
OAB/PR. 12.346
ITCG/AJ



COORDENADORIA TÉCNICO LEGISLATIVA - CTL

INFORMAÇÃO Nº 002/2008 - CTL/CC

Senhor Diretor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, encaminha para apreciação do Senhor Governador, o requerimento do Senhor Ladislau de Oliveira Cordeiro, através dos Autos de Protocolo nº 2.261.911-0, acerca da regularização fundiária do lote nº 49, Gleba 16, Colônia Boa Ventura, no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, no Estado do Paraná, com área de 12,9220 ha, nos termos da Lei 7055/78.

Conforme preconiza a Constituição do Paraná, em seu artigo 54, inciso XXX, compete, privativamente, à Assembléia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no artigo 49, inciso XVII, da Constituição Federal. Então, o assunto em tela necessita ser apreciado pelos Deputados Estaduais, com o envio, à Casa de Leis, por parte do Senhor Governador, se assim entender o Chefe do Poder Executivo.

Em consonância com o Parecer nº 005 ITCG/AJ (fls.20/21), o requerente já possui titulação de 108,2509 há e a área pretendida encontra-se incorporada ao Patrimônio do IAP, para fins de



ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL



venda, sendo necessário incorporar o lote pleiteado ao Patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, para cumprir o disposto no artigo 33, III da Lei 7055/78.

Consta, ainda, do Parecer acima citado, que a vistoria no imóvel já se procedeu como função do Escritório Regional de Pitanga, constatando-se em laudo a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, podendo o referido bem imóvel ser alienado ao requerente, se os legisladores estaduais aprovarem o presente requerimento.

Desta forma, os Autos de Protocolo podem ser encaminhados para a apreciação e decisão final do Senhor Governador.

CTL/CC, em 18/06/2008.

Luiza M. Pacheco
Coordenadoria Técnico- Legislativa - CTL



Curitiba, 30 de maio de 2008
Ofício nº 184/2008 – ITC/GP

Excelentíssimo Senhor Governador,



GOVERNO DO
PARANÁ

Elabore-se Mensagem à A.L.E.
Em / /


Roberto Requião
Governador do Estado

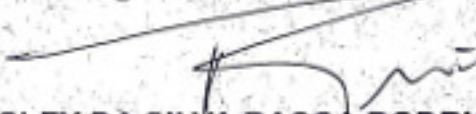
Trata-se de processos de titulação de terras devolutas, em favor de ocupantes que, anteriormente, já receberam títulos de imóveis dessa mesma natureza. O somatório das áreas públicas a eles destinadas, ultrapassa os 100ha. Nesses casos, conforme o artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, exige-se autorização da Assembleia Legislativa do Estado, para a emissão dos títulos.

Por isso, encaminhamos os referidos processos, com Relatório Detalhado, por ocupante, para que Vossa Excelência os aprecie e, julgando conveniente e oportuno, os encaminhe à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.

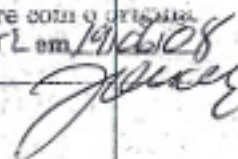
Sem mais para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente,


JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu, 3º andar
CURITIBA – PR

Conferir com o Oficial
CC/CTL em 19/06/08
Ass. 

cont. Ofício nº 184/2008 - ITC/GP

- Protocolo 5.604.675-5
Data: 11/12/2003
287,1786ha – anteriormente já tituladas
5,4183ha – a titular
292,5969ha - Total
Interessado: Nelson Piovesan
- Protocolo 5.726.679-1
Data: 12/11/2004
94,5062ha – anteriormente já tituladas
0,3238ha – a titular
94,8300ha - Total
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.674-0
Data: 12/11/2004
94,5062ha – anteriormente já tituladas
9,1249ha – a titular
103,6311ha - Total
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.672-4
Data: 12/11/2004
601,8074ha – anteriormente já tituladas
6,3000ha – a titular
608,1074ha - Total
Interessado: José Maria de Lima
- Protocolo 2.261.859-8
Data: 29/05/1995
94,5062ha – anteriormente já tituladas
9,1249ha – a titular
103,6311ha - Total
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 2.261.911-0
Data: 30/05/1995
108,2509ha – anteriormente já tituladas
12,9220ha – a titular
121,1729ha - Total
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 9.667.833-9
Protocolo 9.667.834-7
Data: 29/10/2007
246,5000ha - Total a titular
Interessado: Celia Regina Canhetti Postigo
- Protocolo 9.678.214-4
Protocolo 9.386.313-5
Protocolo 9.386.445-0
228,9000ha – a titular
80,7000ha – a titular
18,3200ha – a titular
327,9200ha – Total a Titular
Interessado: João Pires Branco

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

À Diretoria de Terras - Diter

Protocolo nº 2.261.911-0

Conforme solicitado por esta diretoria encaminho o presente processo, que estava na Casa Civil, para providências. -

ITCG, 23 de maio de 2011.

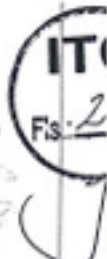


Amílcar Cavalcante Cabral,
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Do Secretário
Gentilino Sobrinho
Em 24.05.11



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



INFORMAÇÃO Nº 260

PROTOCOLO Nº. 2.261.911 – 0 – SID – LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO

Senhor Diretor,

- *Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para nova análise ou a confirmação da Informação nº. 002/2008 – CTC (fls. 22 e 23), que não está assinada, para que a Unidade Rural aqui objetivada, venha obter Autorização Legislativa para a sua Alienação.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Albari Sebastião de Jambre
Técnico em Assuntos Fundiários

INF. Nº0285/2013

Prot.: Nº.02.261.911-0 _SID_ LADISLAU DE OLIVEIRA CORDEIRO

Data: 30/05/1995.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.


Diretor de Terras em 25/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 2.261.911-0, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



PROTOCOLO: 2.261.911-0

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

ASSUNTO: Regularização Dominial.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2014/2013 – NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para regularização dominial do lote nº 49, gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 12,9220 ha, pertencente ao imóvel denominado Colônia Boa Ventura, Município Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

Entretanto antes de se dar seguimento ao processo, é necessário o seu encaminhamento ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, para manifestação de sua Assessoria Jurídica.

Encaminhe-se.

Curitiba-PR, 20 de agosto de 2013.

Camila Bittencourt

Camila Oviedo Bittencourt
Assistente Técnica

Miguel Campos

Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração SEEG



31

DG

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

02-261-911-0

RECEBIDO em 21/08/13

às 16:26h. por AlineSator Sem/OG

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolo nº. 2.261.911-0

A O

Núcleo Jurídico da Administração-SEEG

Reiteramos o contido da Assessoria Jurídica do ITCG nas fls 20 e 21, do referido
Protocolo.

Curitiba, 12 de setembro de 2013.



Antonio Alberto Seoparo
Chefe de Gabinete do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 2.261.911-0

Conforme as informações prestadas pela ITCG,
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da
Administração – Secretaria de Estado de
Governo.

Em 16 de setembro de 2013

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 2.261.911-0

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 394/2014

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto as seguintes matérias:


- a) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e
- b) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 07 de fevereiro de 2014.


Giovanni Gonçalves
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do NJA/SEEG
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

2.261.911-0

RECEBIDO em 18/02/14

às 09:50h. por Aline

Setor Sema/D6

Do ITCG para
ciência

Rudiano 

SID nº. 2.261.911-0

PARECER Nº 032/2014 – DIJUR - ITCG

INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

À PGE/NJA/SEEG:

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 394/2014, de fls. 34, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito das seguintes matérias:

i) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e;

ii) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

No que tange ao item "i", explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tomando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.

(...)

§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:

I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;

II - tenham na agricultura sua atividade principal;

III - residam no imóvel.

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

- I — para fins de pesquisa ou fomento;*
- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;*
- III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.*

Quanto ao item "ii", que indaga a respeito da necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:
(...)*

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.

Luiz Carlos Pupim
OAB/PR.9733
Diretoria Jurídica do ITCG

Protocolo nº 2.261.911-0

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

Ladislau de Oliveira Cordeiro

I. Aprovo o Parecer nº 032/2014 - DIJUR - ITCG,
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da
Administração-NJA.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do ITCG



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 2.261.911-0

Conforme as informações prestadas pela ITCG,
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da
Administração – Secretaria de Estado de
Governo.

Em 14 de março de 2014

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 2.261.911-0

INTERESSADO1: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO2: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1760/2014 - NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Ladislau de Oliveira (fls. 01), para regularização fundiária do lote nº 49, parte integrante da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com aérea total de 12,9220 hectares, localizado no município de Pitanga - PR.

O protocolado em apreço, já fora analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 2021), que constatou a titulação em nome do requerente de lote com área de 108,2509ha (Protocolo 2.261.911-0, fls. 25), isto posto, caracterizando a competência privativa da Assembleia Legislativa do Paraná, ante a legitimação reivindicada estar acima de 100,00ha.

Ab initio, por cautela, ante a existência de pedido análogo ao p. protocolado formalizado mediante Protocolo Geral do Estado - SID nº 2.261.859-8, que examina pleito do mesmo cidadão (Senhor Ladislau de Oliveira) porem do lote nº 23, com área de 23,1745ha, da mesma Gleba 16, Colônia Boa Ventura no município de Pitanga-PR, solicitamos o retorno do protocolado à origem a fim de se verificar da possibilidade de juntada dos cadernos administrativos.

Após, retorne o presente para o devido encaminhamento ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná.

Curitiba-PR, 26 de maio de 2014.


Raul Elói Coccaro Siqueira
Assessor - CTL/SEEG


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe da CTL/SEEG



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Ref. Prot. 2.261.911-0

Ao ITCG:

Para providências no tocante ao Despacho Administrativo à folha 42.

Em, 29/maio/2014.



RORI MENDES CORREA
Diretor Geral SEMA



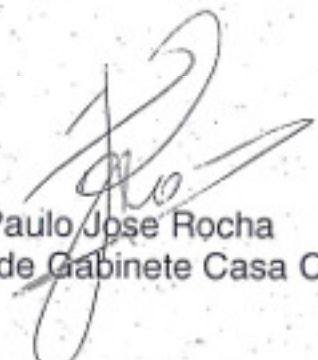
ESTADO DO PARANÁ



Protocolos n.º 8.944.856-5; 8.174.136-0; 5.516.199-2; 3.714.921-7;
4.893.430-7; 2.261.859-8; 2.261.911-0; 5.724.799-1; 5.465.978-4;
5.415.405-4; 5.749.249-0; 5.731.960-7; 5.853.860-4; 5.496.343-2;
5.620.032-0; 5.209.338-4; 8.347.413-0; 5.376.399-5; 2.514.752-9;
5.683.094-4; 5.702.362-7; 5.569.140-1; 5.619.782-6; 4.320.971-0;
5.625.891-4; 8.453.148-0; 5.966.293-7; 5.702.338-4; 8.348.664-3;
5.209.790-8; 8.877.249-0; 5.497.157-5; 8.276.125-0; 5.414.917-4;
5.576.287-2; 5.256.488-3; 5.793.351-8; 8.811.769-7; 8.371.260-0;
5.726.130-7; 5.375.680-8; 8.634.330-4; 5.627.476-6; 5.141.904-9;
4.448.021-2; 5.724.034-2; 5.935.671-2; 5.853.849-3; 8.174.435-1;
5.529.098-9; 5.842.585-0; 4.641.862-0; 5.019.880-4

De ordem, archive-se.

Curitiba, 30 de dezembro 2010.


Paulo Jose Rocha
Chefe de Gabinete Casa Civil

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolos nºs. 2.261.859-8 e 2.261.911-0

A O

Núcleo Jurídico da Administração-SEEG

Procedemos nesta data a juntada dos protocolados nºs 2.261.859-8 e 2.261.911-0, por se tratarem de pedidos análogos.

Reiteramos o objeto do protocolado nº. 2.261.859-8 sendo Lote nº 23, parte integrante da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 23,1745ha, município de Pitanga-PR; e protocolado nº 2.261.911-0 sendo Lote nº 49, parte integrante da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 12,9220ha, município de Pitanga-PR, ambos em nome de Ladislau de Oliveira Cordeiro.

Curitiba, 03 junho de 2014.



Antonio Alberto Scoparo
Chefe de Gabinete do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



INFORMAÇÃO

Protocolo N°

PROTOCOLO N° 2.261.859-8

Encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da
Administração – Casa Civil.

Em 09 de junho de 2014

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Casa Civil



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

Coordenadoria Técnico-Legislativa

CASA CIVIL
N.J.A.
FLS. 47
RUB. 107

PROTOCOLO: 2.261.859-8

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.



DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2018/2014 - CTL/CC

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Ladislau de Oliveira (fls. 02), para regularização fundiária dos lotes nº 23 e 49, partes integrantes da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, no município de Pitanga.

O protocolado em apreço, já fora analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG, conforme verificado às fls. 20/21, que constatou a titulação em nome do requerente de lote com área de 108,2509 ha (Protocolo nº 2.261.859-8, fl. 25), isto posto, caracterizando a competência privativa da Assembleia Legislativa do Paraná, ante a legitimação reivindicada estar acima de 100,00ha, entendeu conveniente e oportuno o encaminhamento ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

Ademais, após o regular trâmite processual, a Diretoria Jurídica do Instituto instruiu o feito com o Parecer nº 032/2014 - DIJUR-ITCG, de fls. 36/39, aclarando o pedido tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 10 de junho de 2014.


Giovanni Gonçalves
Assistente Técnico


Miguel R. Campos,
Chefe/CTL



MENSAGEM: 54/2014

INTERESSADO: PODER EXECUTIVO

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA

Consulta

Trata-se de Mensagem nº 54/2014, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar a Ladislau de Oliveira Cordeiro os Lotes 23 e 49, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com áreas de 23,1745 ha e 12,9220 ha, respectivamente, localizados no Município de Pitanga.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Ademais, embora conste na mensagem que, em oportunidade anterior, o Sr. Ladislau de Oliveira Cordeiro adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo, não trouxe qualquer comprovação do fato.

Por fim, emite-se a presente consulta à Procuradoria desta Casa para que analise a questão, inclusive, sob a luz da Lei Eleitoral, para aferir a possibilidade de alienação do imóvel.

Diretoria Legislativa, 2 de julho de 2014.

Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 5360/2014

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem 54/2014

Informação 288/2014

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação acerca da Mensagem n.º 54/2014 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária em favor de Ladislau de Oliveira Cordeiro, relativamente aos Lotes 23 e 49, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com áreas de 23,1745 ha e 12,9220 ha, respectivamente, localizados nos Município de Pitanga.

É o que passo a analisar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A

ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS



Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:
[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (5,4183 ha), o possuidor já obteve a titularização de lote com área de 181,9877ha devendo sua situação ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MEDIANTE LEGITIMAÇÃO DE POSSE – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: **"Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais."**
"Art. 122. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR², e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976³.

Desta forma, é necessário se proceder à incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR⁴. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁵) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

- I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;
- II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

² **Art. 22.** As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse. [...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

³ **Art. 29.** O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

⁴ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁵ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III – o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;

IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.



Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;

II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 54/2014, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁶, à exceção do inciso IV, pois, como os beneficiários da alienação atendem os requisitos legais, não há motivo para se estabelecer um certame, pois detêm preferência na aquisição, sendo inexigível licitação por inviabilidade de competição (art. 33, Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR, e art. 25, Lei Federal n.º 8666/1993).

⁶ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Conforme mencionado anteriormente, na mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, os lotes do imóvel tem áreas de 23,1745 ha e 12,9220 ha e o possuidor já obteve anteriormente a titularização de área de 108,2509 ha (fls. 31), sendo que as três áreas somadas ultrapassam o limite estabelecido no dispositivo constitucional.

Contudo, de acordo com o art. 54, XXX, da Constituição Estadual, compete a Assembleia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação e concessão de terras públicas com área superior a cem hectares desde que haja venda a título oneroso.

É a informação que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 18 de julho de 2014.


THEMIS PETTERLE
Consultor Jurídico



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 5360/2014.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Regularização Fundiária.



- I. De acordo com a Informação n.º 288/2014;
- II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 22 de julho de 2014.


Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2014 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e do Deputado Plauto Miró que *"Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis"*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

1 - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 54/2014, oriunda do Poder Executivo que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 11/2014, de autoria dos Deputados Estaduais Valdir Rossoni e Plauto Miró.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar os imóveis descritos em seu artigo 1º, os quais perfazem área total de 36,0965 ha, localizados no Município de Pitanga, no Estado do Paraná.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: *"A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a*

Página 1



matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social”

E ainda, continua:

“[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.”

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.

II – ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

“Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.”

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

“Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições posteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:
(...)*

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.


É O VOTO.




III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2014, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, nos termos da Mensagem de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 12 de AGOSTO de 2014


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente



Deputado PEDRO LUPION
Relator


Starnes


Pastor Edson


Gláucio


Ademar


Alexandre

APROVADO

12/8/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/14

RELATÓRIO

A Mensagem nº 54/14, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 11/14, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, alienar a Ladislau de Oliveira Cordeiro, os Lotes nºs 23 e 49, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com áreas de 23,1745 ha e 12,9220 ha, respectivamente, localizados no Município de Pitanga, Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o parecer favorável, que foi devidamente aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, e no art. 156, ambos da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



protocolados nºs 2.261.859-8-SID e 2.261.911-0-SID, que obtiveram os pronunciamentos favoráveis do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO




Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 11/14.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/08/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR

  
Dep. Roberto Dep. Elcio Dep. Ernio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2014

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

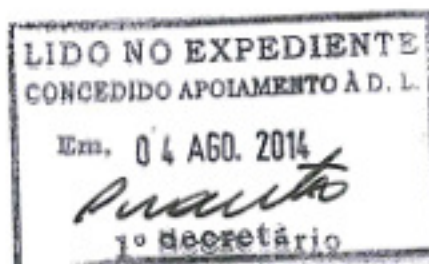
Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Eugenio Rodrigues Carneiro, o Lote nº 13, Gleba Lavras, com área de 4,0000 ha, localizado no Município de Tibagi, nos termos da Mensagem nº 42, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 15 de julho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário





JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 42, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 15 de julho de 2014.

- ANEXO I -

MENSAGEM
Nº 42 /2014

Curitiba, em 4 de junho de 2014.



- I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em 07/06/2014

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 JUL. 2014

1º Secretário

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Eugenio Rodrigues Carneiro, o Lote 13, Gleba Lavras, com área de 4,0000 ha., localizado no Município de Tibagi.


Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 7.877.906-3-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 7.877.906-3

INCORPORAÇÃO

067



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000001

LANÇADO

PROT. 07.877.906-3

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPGO NUM. 07.877.906-3

DATA- 03 JUN. 2011 HORA-

PROT. 07.877.906-3 ORGAO: IAP/ERPGO 03/06/2011 14:07
 INTER1: EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO
 INTER2:
 ASS.: COMUNICADO/DOCUMENTACAO
 P.CHAV: INFORMACAO CIDADE.: PONTA GROSSA-PR
 DOCT.: 000002006 - 2011 ORIG.: PES.FISICA
 ASS./ : REF: REGULARIZACAO DO LOTE Nº 13 DA GLEBA LAURAS -
 CONFL.: MUNICIPIO DE TIBAGI

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
03.06.11	ITCG	7	07.03.2014	ITC/GP	Purim
09/06/11	ITC/GP	E	13/03/14	CAO	7
13/06/11	ITC/DITER	C	14/03/14	N-34	7
14.06.11	Direc. R.F. Bet	7			
05.10.2011	ITC/DIREC/GEODESIA	7			
03/11/2011	REG. FUN	RG			
02.11.2011	REG. FUN	RG			
12/12/2011	ITC/IAJ	SC			
22.03.12	ITC/DITER	7			
22.03.12	DIREC R.F. Bet	7			
28/05/12	ITC/AJ	7			
09/08/12	ITC/DITER	7			
26/06/13	ITC/CP	7			
10 JUL 2013	PGE	7			
01/08/13	N-34	7			
14/02/14	CAO	7			
14/02/14	SEM-4	7			
18/02/14	ITCG/gch	7			

REQUERIMENT

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPGO NUM. 07.877.906-3

DATA 03 JUN. 2011 HORA-

Ao
Senhor Diretor Presidente do
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC
Curitiba - PR

Eu, EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO

, Estado Civil CASADO, portador(a) do
RG nº 301 134 - PR e CPF nº 004.194.949-87, residente na Rua
Manoel Bento dos Santos bairro Centro CEP

Município de Tibagi Telefone (42) 3275 1220

Venho mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer:
a compra ou legitimação do lote nº 13
com a área de 4,00 ha localizado na gleba
Loanos, Município e Comarca de Tibagi

Nestes Termos pede deferimento:

29 de OUTUBRO de 2008

x [Assinatura]

Assinatura

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

0910400-3

12 102 192

DRF PONTA GROSSA

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

ANTERIORES POR INSCRIÇÃO NOMINATIVA DO IM

Ag. ADM. M. J. S. de Freitas

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

CIC

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

004 194 949 / 87

NOME COMPLETO

EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO

ASSINATURA

NASCIMENTO

21.10.40

TERA VALIDEZ EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

20/01/1992

EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO

Eugenio Rodrigues Carneiro

Brasileiro

Tibagi - PR

21/01/1940

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura



CEDELA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Cartório de Casamentos
CENTRO cívico



Primeira Zona de Curitiba
EDIFÍCIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

ESTADO DO PARANÁ — Caixa Postal, 907 — Fone: 4-8153

OSVALDO HOFFMANN

Escrivão e Oficial de Registro Civil Obrigatório de Casamentos

CASAMENTO N.º -115-

CERTIFICO, que às fls. -341* livro N.º 108- de Registro de Casamentos
foi lavrado em 5 de fevereiro/1.966 o assento do matrimônio de "EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO
com ELIETE MARIA GHIGNONE DA COSTA"- . -
José Said Zanlute- contraído perante o Juiz Dr.
e as testemunhas do termo de Casamento-
- . -
; O contraente Solteiro- natural
do Paraná-
; nascido em Tibagi- no dia 21 - de
Outubro- de 1940-, com - . - anos de idade; domiciliado e residente
Nesta Cidade- com profissão Médico- filho legítimo- de
EUGENIO BATISTA CARNEIRO e de dona BRASILIA RODRIGUES CARNEIRO"- . -

Sendo a contraente Solteira- ural do Paraná nascida em Curitiba-
- . - no dia 22- Novembro- de 1941-, com
- . - anos de idade; domiciliada e rente Nesta Capital-
 com profissão rendas do Lar- f legítima de ELOI DA CUNHA COSTA e
e de dona WILENA MARIA GHIGNONE DCOSTA"- . -

A nubente em virtude de seu casamento, passará a ar-se, "ELIETE MARIA DA COSTA CARNEIRO".

Foram apresentados em cartório os documentos a que se refere o art. 180, de n.ºs 1, 2 e 4-

do Código vil.

Observações: TÉRMO LAVRADO EM DATA DOINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE MIL NOVE-
CENTOS E SESSENTA E SEIS- COM REGE DE COMUNHÃO DE BENS-

OSWALD, RICHARD
ST. LOUIS, MO. 63108
3 E. 10th St.
ST. LOUIS, MO. 63108

REFERENDO É VERDADE E DOU FÉ

UNIT 14 - EST. PARAM

Artilha. 3 de agosto - de 1966

094511



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

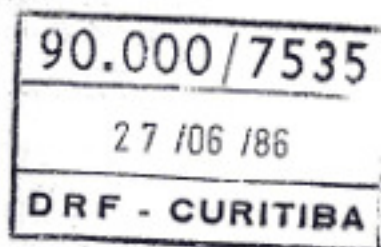
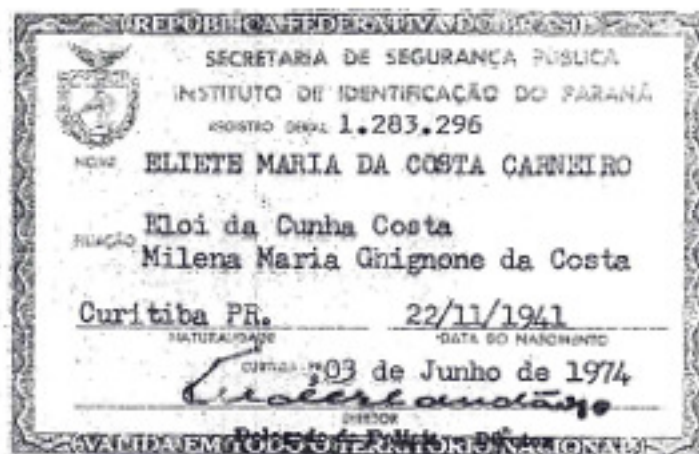
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

672232069 34

ELIETE MARIA DA COSTA CARNEIRO

22.11.41

Eliete M. B. Carneiro



Em 27 de 06 de 1986

MARCELO GIGNONE DA LUZ
Matrícula n.º 3.007.874-1
Técnico do Tesouro Nacional



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : Ponta Grossa



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: Eugenio Rodrigues Carneiro
Apelido:
Filiação: Pai: Eugenio Batista Carneiro
Mãe: Brasília Rodrigues Carneiro
Local de Nascimento: Silvagi Data do Nasc.: 21 / 10 / 1940
Estado Civil: Casado Nº de Filhos: 05
Certidão Casamento: Local: Curitiba / PR Nº: 115 Livro: 108 Fls.: 341
Qual o Regime: Comunhão de bens Profissão: Médico
Carteira de Identidade N.º: 301.134-PR CNPJ/CIC: 004-194.949-87
Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls.:
Exerce função pública: Não () Sim () Qual?
Onde:
Reside no lote: SIM () ou Não (x)
End.: Rua Manoel Bento dos Santos n.º 196 - centro
CEP: 84300-000 Município: Silvagi UF: PR
Tel.: (42) 3275-1220 Celular: (42) 8813-2089

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome:
Filiação: Pai:
Mãe:
RG N.º: CIC/CPF:
Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls.:

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): lote 13 - gl'ba bonras
Localidade: bonras Distrito:
Município: Silvagi Comarca: Silvagi
Área do Imóvel (em ha): 4.000 ha (em m²): INCRA:
Descrever localização e coordenadas (UTM):

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim () Não () Tempo de ocupação: 28 (anos) (meses)
Como ocorreu a transmissão: Compra
Nome do Transmittente: Pedro Baune
Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ()
Nome do Preposto:
N.º da matrícula que registra o imóvel:

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região RS / ha

Plano: 80 %

Levemente Ondulado: 20 %

Topografia: Ondulado: %

Acidentado: %

Alagadiço: %

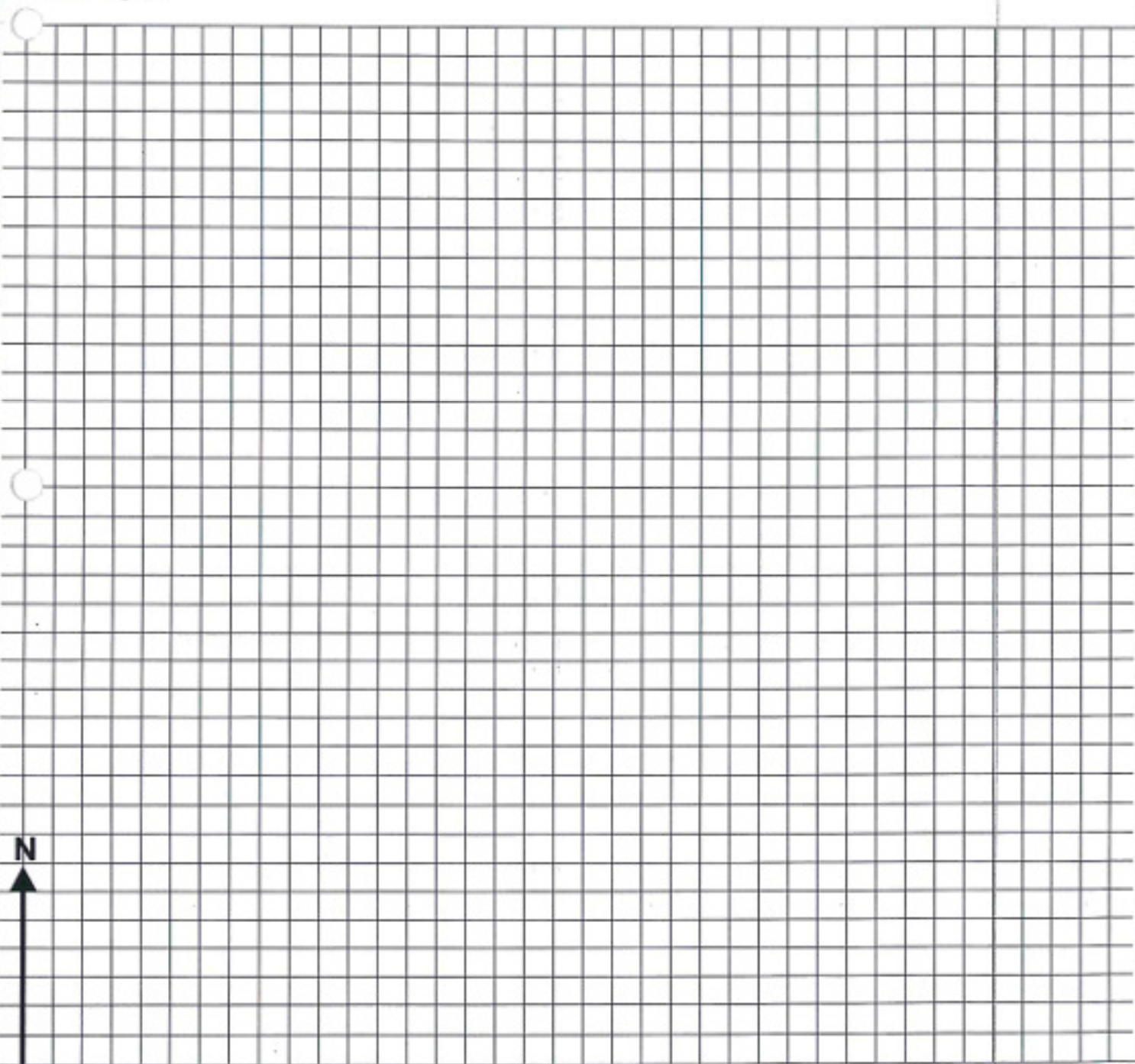
Pedreira: %

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta () Apresenta pouco () Acentuada ()

Conservação: Curva de Nível () Terraço ()

09 - CROQUI



10 - OBSERVAÇÕES

Nota de caso de Incorporação.



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 26 / 05 / 2011

Assinatura: X

12 - TESTEMUNHAS

1ª
Assinatura:
Nome:

2ª
Assinatura:
Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: Bongi / Barras

Data: 26 / 05 / 2011

Assinatura:

Nome: Silvana Katerenhuk
Técnico de Assuntos Fundiários - ITG

14 - De acordo em 26 / 05 / 2011

15 - Visto em / /

José Augusto S. Romão
Técnico de Assuntos Fundiários
ITG / ERGO

INFORMAÇÃO

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

À Diretoria de Terras – Diter

Protocolo nº 07.877.906-3

Para conhecimento e manifestação desta Diretoria.

ITCG, 13 de junho de 2011.



Amílcar Cavalcante Cabral,
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

INF. Nº01219/2011



Prot: Nº07.877.906-3 _ SID_EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO
Data :03/06/2011.

Ao I.T.C. / DIGEO / GEODÉSIA, para anexar ao presente,
Planta e Memorial Descritivo, para futura titulação, após retornar para
andamento do presente.



Dep. Reg. Fund. em 05/10/2011
Sirlete S.M. Saade – Técnica Administrativa



Curitiba, 31 de Outubro de 2011

Protocolo nº 07.877.906 - 3

Interessado : Eugenio Rodrigues Carneiro.

A DIGEO/CHEFIA

Estamos encaminhando planta e memorial descritivo do lote 13, do Imóvel Gleba Lavras, Situado no Município de Tibagi. Conforme solicitação.

Atenciosamente,

SONIA MARIA GRUBER
Departamento de Geodésia e Estruturas Territoriais

AO DITEP (ROBERTO)
Encaminhando material completo
descriptivo 2/10/2011
[Handwritten signature]

Carlos Roberto de Moraes Pinto
Dep. de Geodésia e
Reordenamento Territorial - ITC

INFORMAÇÃO Nº 1516




Protocolo nº 07.877.906-3 _SID_ Eugenio Rodrigues Carneiro

Verificando junto aos índices existentes deste ITC/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná – SST, constatamos que:

O Lote nº 13 da Gleba Lavras, no Município de Tibagi PR, com área de **4,0000** há, não foi titulado até a presente data.

A Gleba Lavras, objeto do Plano de Colonização de Autos nº 238, e protocolo nº 002834/83, o qual foi aprovado pelo Laudo Técnico em 31/01/83 e Certificado através do despacho Publicado no Diário Oficial nº 1470, de 04/02/83 em 07/02/83.

Portanto, encaminhamos este à Assessoria Jurídica para pronunciamento e parecer, para a regularização fundiária do mesmo.



Dep. Reg. Fund., em 12/12/2011
Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários

Informação nº 003-E/2012 - ITC/DJ

Protocolo 07.877.906-3

Interessado: **EUGÊNIO RODRIGUES CARNEIRO**

Assunto: Regularização Fundiária do Lote nº 13 da Gleba Lavras

AO DITER/ITC


Para complementação de documento de compra e comprovação do tempo de ocupação em nome do requerente.

Curitiba, 22 de Março de 2012


Elias de Carvalho
OAB/PR.12.402

*La Fundação Inc
Lavouras de Sabotador
de I.T.*

Em 22.03.12


José Carlos de Araújo Vieira
Diretor de Terras - ITCG

* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA
* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
* - RELATORIO DE LIMITES

* DATA 24/04/2012
* PAG. 2
* PROG. STTPP671

*** TITULADO ***

NOME = EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO
NUMERO TITULADO = 115538
REGISTRO GERAL = 301.134/PR
CGC/CPF =
IDENTIFICACAO = CIC 004.149.949
NOME MAE =
DATA NASCIMENTO =

*** IMOVEL ***

CODIGO = 0267001
TIPO IMOVEL = GL GLEBA
NOME = LAVRAS
DESCRICAO =
MUNICIPIO = TIBAGI

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 009036
DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 15
NUMERO LIVRO = 191
DATA EMISSAO = 28/08/1989

NUMERO MATRICULA = R.1-2.962
NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 8,4000
NUMERO FOLHAS = 137V

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 009064
DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 16
NUMERO LIVRO = 191
DATA EMISSAO = 28/08/1989

NUMERO MATRICULA = R-1-2.963
NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 4,1000
NUMERO FOLHAS = 138V

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 009065
DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 17B
NUMERO LIVRO = 191
DATA EMISSAO = 28/08/1989

NUMERO MATRICULA = R-1-2.975
NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 7,2600
NUMERO FOLHAS = 139V

* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA
* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
* - RELATORIO DE LIMITES

* DATA 24/04/2012
* PAG. 1
* PROG. STTPP671

*** TITULADO ***

NOME = EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO
NUMERO TITULADO = 99103
REGISTRO GERAL =
CGC/CPF =
IDENTIFICACAO =
NOME MAE =
DATA NASCIMENTO =

*** IMOVEL ***

CODIGO = 7252001
TIPO IMOVEL = IM IMOVEL
NOME = LAVRAS
DESCRICAO =
MUNICIPIO = TIBAGI

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO	= 115009	NUMERO TITULO	= 77
NUMERO LIVRO	= 1	NUMERO LOTE	= TI1
DATA EMISSAO	= 03/01/1974	AREA LOTE	= 162,2277
ESPECIE TITULO	= 8 DEVOLUTO		
OBSERVACOES	= PARTE DA AREA INCIDE SOBRE O LOTE N. 116, DA GLEBA LAVRAS		
PROCESSO 5982 - AREA DE 112,2000 HA. GL 267001 -			



N: _____ Cr\$ 18.000,00
Recebi(emos) do(s) Senr(s). Dr. Eugenio Rodrigues
Carneiro _____, a importância supra de

(dezoito mil cruzeiros)

Valor referente a cessão do lote nº 13 (térz.)
da gleba lavras, com 4,0 ha. prot. 412/72.

Para os efeitos legais, firmo(amos) o presente.

Tibagi, 03 de Maio de 1977.
Castorina ~~Gonçalves~~ Pedro Manoel Buesen

Informação 178


Protocolo nº 07.877.906-3 _SID_ Eugenio Rodrigues Carneiro

Ao ITC/AJ

Como solicitação feita pela Diretoria Jurídica, a qual solicita complementação de documento que comprove a compra e o tempo de ocupação do mesmo, o qual após visita técnica in loco, foi recolhido e anexada no presente processo a cópia do **Recibo de Compra e Venda**.

Sem mais informação, encaminhamos este à Assessoria Jurídica para pronunciamento e parecer para a regularização fundiária do mesmo.

Curitiba, 28 de maio de 2012.



Dep. Reg. Fund., em 28/05/2012
Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários

Parecer Jurídico nº 132/2.012 - ITC/DJ

Protocolo 07.877.906-3

Interessado: **EUGÊNIO RODRIGUES CARNEIRO**

Assunto: Regularização Fundiária do Lote nº 13 da Gleba Lavras



SENHOR DIRETOR DO DITER/ITC

Eugênio Rodrigues Carneiro, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 301.134/SSP/PR e inscrição no CPF/MF nº 194.949/87, residente e domiciliado na Rua Manoel Bento dos Santos, nº 196, bairro Centro, Município de Tibagi, está requerendo junto a esta Entidade Estatal, o ITC, “**A Regularização Fundiária do Lote nº 13 da Gleba Lavras no Município de Tibagi com área de 4,0000 há.**”

Instrui o presente processo, com a juntada do Requerimento, cópia da Cédula de Identidade e CPF, sua e de s/m, cópia da Certidão de Casamento, cópia do Recibo de Compra, cujo vendedor é o Sr. Pedro Manoel Bueno e s/m, fica demonstrado assim, de forma cabal a sua legitimidade e interesse para o pleito.

Foi elaborado Laudo de Vistoria do lote na data de 26/05/2011, em que relata não ser o ocupante há mais de vinte e oito (28) anos, que não reside no imóvel e que possui nove (09) outros imóveis rurais. O Laudo informa que a requerente adquiriu o imóvel através de Recibo de Compra, cujo transmitente vendedor é o Sr. Pedro Manoel Bueno e s/m. Não declara benfeitorias na área, utiliza ainda o imóvel com culturas de milho, soja e feijão, declara ainda que a posse é mansa e pacífica.

Instada, a DITER/ITC, informou, que:

“Verificando junto aos índices existentes deste ITC/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná – STT, constatamos que:

O Lote nº 13 da Gleba Lavras, no Município de Tibagi PR, com área de 4,0000 há não foi titulado até a presente data. -

A Gleba Lavras, objeto do Plano de Colonização de Autos nº 238, e protocolo nº 002834/83, o qual foi aprovado pelo Laudo Técnico em 31/01/83 e Certificado através do despacho Publicado no Diário Oficial nº 1470, de 04/02/83 em 07/02/83”.

Contudo, deve ser observado que o beneficiário do Título a ser expedido pelo Estado do Paraná, segundo informações do Relatório de Limites do STT - Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná, fls. 14/15, em nome do requerente, perfazem 181,9877 hectares.✓

A Constituição do Estado do Paraná, dispõe no Artigo 54 que cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado...

Artigo 54 – ... dispor sobre todas as matérias de competência do estado, dentre as quais...

(XXX)

Inciso XXXI – ... a de aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terra públicas, com áreas superior a 100,00 hectares.

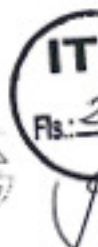
Deverá o presente processo ser encaminhado ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do senhor Governado à Assembléia Legislativa do estado do Paraná para que seja feita a Regularização Fundiária requerida. ✓

É o nosso parecer.

Curitiba, 9 de Agosto de 2012.


Elias de Carvalho
OAB/PR nº 12.402

De acordo com o parecer nº 132/2012 - AJ/ITC
Ao DITER/ITC, para os devidos fins.



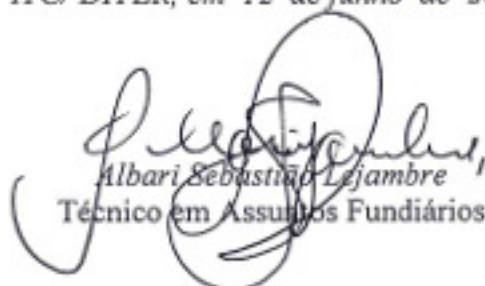
INFORMAÇÃO Nº 247

Protocolo nº. 07.877.906 – 3 – SID – EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO

Senhor Diretor,

- Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado ao Senhor Governador do Estado, através de Ofício do Senhor Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para apreciação e se assim entender, elaborar mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter autorização para Alienação da Unidade Rural aqui objetivada.*
- OBS: Vale lembrar que o lote em questão, nº.13, da "GLEBA LAVRAS", com área de 4.0000,00 ha, localizado no Município de Tibagi, até a presente data, ainda não sendo objeto de Titulação, ou seja, não está Incorporado ao Patrimônio do ITC, PARA FINS DE VENDA (ART. 23 e 33, inciso III, Lei 7.055/78.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Albari Sebastião Lejambre
Técnico em Assuntos Fundiários



INF. Nº0298/2013

Prot.: Nº.07.877.906-3 _ SID_ EUGENIO RODRIGUES CARNEIRO
Data: 03/06/2011.

Ao Senhor Diretor Presidente, conforme o contido no parecer nº.132/2012 – I.T.C. / A.J., sugerimos que o presente venha a ser encaminhado através de ofício ao Senhor Governador, para que se assim entender, enviar mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter autorização para alienação ao requerente, nos termos da Legislação vigente.


Diretor de Terras em 26/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes



Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 7.877.906-3, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

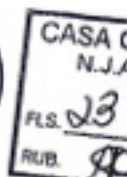
Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



877.906-3
PROTOCOLO: 7.261.859-8

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 398/2014

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de terras, consoante o art.54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para a regulamentação domínial do lote nº. 13 da Gleba Lavras no Município de Tibagi.

Entretanto antes de se dar seguimento ao processo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto as seguintes matérias:

- a) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e
- b) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.


Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 07 de fevereiro de 2014.


Giovanni Gonçalves
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do NJA/SEEG
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

07.877.906-3

RECEBIDO em 18/02/14

às 9:57h. por Aline

Setor Gema/DG

As ITC @ para
ciência.

}
Richard / DG

SID nº. 7.877.906-3

PARECER Nº 033/2014 – DIJUR - ITCG

INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

À PGE/NJA/SEEG:

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 398/2014, de fls. 23, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito das seguintes matérias:

i) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e;

ii) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

No que tange ao item "i", explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. (...)

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.

(...)

§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:

I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;

II - tenham na agricultura sua atividade principal;

III - residam no imóvel.

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITCG, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

- I — para fins de pesquisa ou fomento;*
- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;*
- III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.*

Quanto ao item "ii", que indaga a respeito da necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:
(...)*

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.

Luiz Carlos Pupim
OAB/PR.9733
Diretoria Jurídica do ITCG

Protocolo nº 7.877.906-3

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

Eugenio Rodrigues Carneiro

I. Aprovo o Parecer nº 033/2014 - DIJUR - ITCG,
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



Amílcar Cavaleante Cabral
Diretor-Presidente do ITCG



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 7.877.906-3

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

LUCIANNA CRUZ BOVE
Centro de Apoio Operacional
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 7.877.906-3

INTERESSADO1: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

INTERESSADO2: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização Fundiária – Imóvel Devoluto.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1772/2014 – NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Eugenio Rodrigues Carneiro (fls. 02), para regularização fundiária do lote nº 13, parte integrante da Gleba Lavras, com aérea de 4,0000 ha, localizado no município de Tibagi – PR.

O protocolado em apreço, já fora analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG mediante Parecer Jurídico nº 132/2012 (fls. 18/19), que além de constatar anterior titulação em nome do requerente de lote com área de 181,9877ha (fls. 19), isto posto, caracterizando a competência privativa da Assembleia Legislativa do Paraná, ante a legitimação reivindicada estar acima de 100,00ha, entendeu conveniente e oportuno o encaminhamento ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

Ademais, após o regular trâmite processual, a Diretoria Jurídica do Instituto instruiu o feito com o Parecer nº 033/2014 – DIJUR-ITCG, de fls. 25/29, aclarando o pedido tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 21 de maio de 2014.


Raül Clei Coccaro Siqueira
Assessor - CTL/SEEG


Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe da CTL/SEEG



AREA REFERENTE A LEI ESTADUAL N° 7.055 DE 04/12/1978 = 1,0000 ha.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

GLEBA LAVRAS - LOTE 13

ÁREA (ha)
4,0000

PERÍMETRO (m)

DATA
10/2011

DATUM

MUNICÍPIO - UF
TIBAGI PR

Paraná

ÁREA RESERVA LEGAL (ha)
1,0000

MERIDIANO CENTRAL

RESP. TÉCNICO

ARQUIVO

DESENHO

ESCALA
1:10.000

Carlos Roberto F. Pinto
Eng.º CREA 13.757-D/PR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

MEMORIAL DESCRITIVO

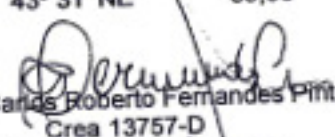
IMÓVEL:
 ÁREA(HA):
 MUNICÍPIO:

GLEBA LAVRAS - LOTE 13
 4,0000
 TIBAGI

U.F.: PARANÁ

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

PONTO	RUMO	DISTÂNCIA	DESCRIÇÃO
369 – 370	60° 09' SE	101,20	Inicia na divisa com o lote 05, do Imóvel Gleba Lavras. Segue por um caminho, confrontando com o lote 05.A, do mesmo imóvel.
370 – 371	57° 20' SE	99,10	Segue por um caminho, confrontando com o lote 05.A, do mesmo imóvel.
371 – 356	17° 32' SO	37,10	Segue por um caminho, confrontando com o lote 05.A, do mesmo imóvel.
356 – 357	75° 20' SE	60,20	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 17, do mesmo imóvel.
357 – 358	74° 47' SE	39,10	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 17, do mesmo imóvel. Até a margem de uma sanga.
358 – 362	DIVERSOS	390,00	Segue margeando a sanga, à jusante, confrontando com os lotes 17 e 18, do mesmo imóvel.
362 – 363	28° 08' NE	123,40	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
363 – 364	28° 11' NE	17,50	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
364 – 365	31° 27' NE	31,80	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
365 – 366	13° 05' NE	18,10	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
366 – 367	00° 08' NE	47,00	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
367 – 368	43° 00' NE	59,80	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
368 – 369	43° 31' NE	39,00	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel. Até o ponto de partida.


 Engº Carlos Roberto Fernandes Pinto
 Crea 13757-D
 RESPONSÁVEL TÉCNICO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS



MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL:
MUNICÍPIO:

GLEBA LAVRAS - LOTE 13
TIBAGI


U.F.: PARANÁ

ÁREA DA RESERVA

ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 1,0000Ha.

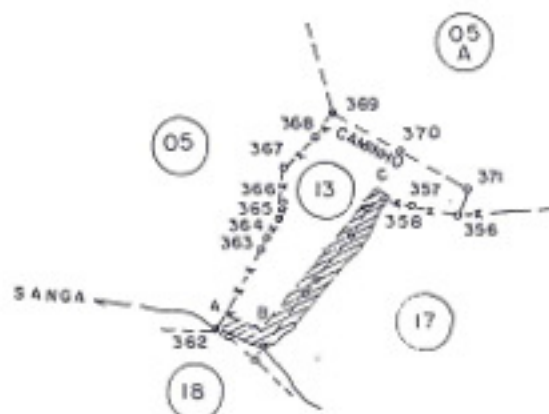
LIMITES E CONFRONTAÇÕES

PONTO	RUMO	DISTÂNCIA	DESCRIÇÃO
362 – A	28° 08' NE	35,00	Inicia na margem de uma sanga, na divisa com o lote 18, do Imóvel Gleba Lavras. Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
A – B	65° 00' SE	50,00	Segue por linha seca internamente ao lote 13, confrontando com o mesmo.
B – C	39° 00' NE	235,00	Segue por linha seca internamente ao lote 13, confrontando com o mesmo.
C – 358	53° 30' SE	18,00	Segue por linha seca internamente ao lote 13, confrontando com o mesmo. Até a margem de uma sanga.
358 – 362	DIVERSOS	390,00	Segue margeando a sanga, à jusante, confrontando com os lotes 17 e 18, do mesmo imóvel. Até o ponto de partida.


Carlos Roberto Fernandes Pinto
Dep. de Geodésia e
Reordenamento Territorial - ITC



DIRETORIA LEGISLA
Pg 428



ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL N° 7.055 DE 04/12/1978 = 1,0000 ha.



Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

GLEBA LAVRAS - LOTE 13

ÁREA (ha)
4,0000

PERÍMETRO (m)

DATA
10/2011

DATUM

MUNICÍPIO - UF
TIBAGI

Paraná

ÁREA RESERVA LEGAL (ha)
1,0000

MERIDIANO CENTRAL

RESP. TÉCNICO

ARQUIVO

DESENHO

ESCALA
1:10.000

Carlos Roberto F. Pinto
Eng. Civil CREA 13.757-0/PR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS



MEMORIAL DESCRITIVO


IMÓVEL:
 ÁREA(HA):
 MUNICÍPIO:

GLEBA LAVRAS - LOTE 13
 4,0000
 TIBAGI

U.F: PARANÁ

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

PONTO	RUMO	DISTÂNCIA	DESCRIÇÃO
369 – 370	60° 09' SE	101,20	Inicia na divisa com o lote 05, do imóvel Gleba Lavras. Segue por um caminho, confrontando com o lote 05.A, do mesmo imóvel.
370 – 371	57° 20' SE	99,10	Segue por um caminho, confrontando com o lote 05.A, do mesmo imóvel.
371 – 356	17° 32' SO	37,10	Segue por um caminho, confrontando com o lote 05.A, do mesmo imóvel.
356 – 357	75° 20' SE	60,20	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 17, do mesmo imóvel.
357 – 358	74° 47' SE	39,10	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 17, do mesmo imóvel. Até a margem de uma sanga.
358 – 362	DIVERSOS	390,00	Segue margeando a sanga, à jusante, confrontando com os lotes 17 e 18, do mesmo imóvel.
362 – 363	28° 08' NE	123,40	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
363 – 364	28° 11' NE	17,50	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
364 – 365	31° 27' NE	31,80	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
365 – 366	13° 05' NE	18,10	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
366 – 367	00° 08' NE	47,00	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
367 – 368	43° 00' NE	59,80	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
368 – 369	43° 31' NE	39,00	Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel. Até o ponto de partida.


 Engº Carlos Roberto Fernandes Pinto
 Crea 13757-D
 RESPONSÁVEL TÉCNICO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS



MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL:
MUNICÍPIO:

GLEBA LAVRAS - LOTE 13
TIBAGI


U.F.: PARANÁ

ÁREA DA RESERVA

ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 1,0000Ha.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

PONTO	RUMO	DISTÂNCIA	DESCRIÇÃO
362 – A	28° 08' NE	35,00	Inicia na margem de uma sanga, na divisa com o lote 18, do Imóvel Gleba Lavras. Segue por uma cerca, confrontando com o lote 05, do mesmo imóvel.
A – B	65° 00' SE	50,00	Segue por linha seca internamente ao lote 13, confrontando com o mesmo.
B – C	39° 00' NE	235,00	Segue por linha seca internamente ao lote 13, confrontando com o mesmo.
C – 358	53° 30' SE	18,00	Segue por linha seca internamente ao lote 13, confrontando com o mesmo. Até a margem de uma sanga.
358 – 362	DIVERSOS	390,00	Segue margeando a sanga, à jusante, confrontando com os lotes 17 e 18, do mesmo imóvel. Até o ponto de partida.


Carlos Roberto Fernandes Pinto
Dep. de Geodésia e
Reordenamento Territorial - ITC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



MENSAGEM: 42/2014

INTERESSADO: PODER EXECUTIVO

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA

Consulta



Trata-se de Mensagem nº 42/2014, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar a Eugenio Rodrigues Carneiro o Lote 13, Gleba Lavras, com área de 4,0000 ha, localizado no Município de Tibagi.

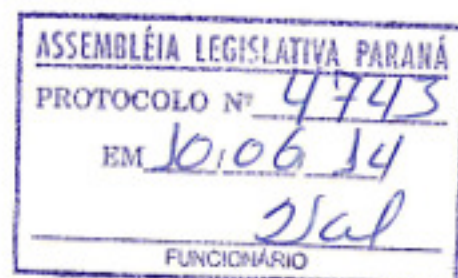
Ademais, deve ser analisada a viabilidade de alienação através de decreto legislativo, tendo em vista que a previsão do inciso XXX, do artigo 54 da Constituição Estadual traz a necessidade de aprovação prévia da Assembleia para alienação com área superior a cem hectares.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Ademais, embora conste na mensagem que, em oportunidade anterior, o Sr. Eugenio Rodrigues Carneiro adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo, não trouxe qualquer comprovação do fato.

Diretoria Legislativa, 10 de junho de 2014.

Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 4743/2014

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem 42/2014

Informação 282/2014

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação acerca da Mensagem n.º 42/2014 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária em favor de Eugenio Rodrigues Carneiro, relativamente ao Lote 13, Gleba Lavras, com área de 4,0000 há, localizado no Município de Tibagi.

É o que passo a analisar.

II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: **Art. 121.** A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (5,4183 ha), o possuidor já obteve a titularização de lote com área de 181,9877ha devendo sua situação ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MEDIANTE LEGITIMAÇÃO DE POSSE – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR², e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976³:

"Art.122. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo."

² **Art. 22.** As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse.

[...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.



Desta forma, é necessário se proceder à incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR⁴. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁵) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

- I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;
- II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;
- III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;
- IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

³ **Art. 29.** O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

⁴ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁵ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III — o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;

II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 43/2014, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁶, à exceção do inciso IV, pois, como os beneficiários da alienação atendem os requisitos legais, não há motivo para se estabelecer um certame, pois detêm preferência na aquisição, sendo inexigível licitação por inviabilidade de competição (art. 33, Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR, e art. 25, Lei Federal n.º 8666/1993).

Conforme mencionado anteriormente, na mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares, o possuidor já obteve a

⁶ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

PROCURADORIA GERAL
FLS. 48

anteriormente a titularização de área de 181,9877ha (fls. 36), sendo que as duas áreas somadas ultrapassam o limite estabelecido no dispositivo constitucional.

PROCURADORIA LEGAL
Pág. 514

Contudo, de acordo com o art. 54, XXX, da Constituição Estadual, compete a Assembleia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação e concessão de terras públicas com área superior a cem hectares desde que haja venda a título oneroso.

É a informação que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 14 de julho de 2014.


THEMIS PETTERLE
Consultor Jurídico



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

Protocolo n.º 4743/2014.

Interessado: Diretoria Legislativa.

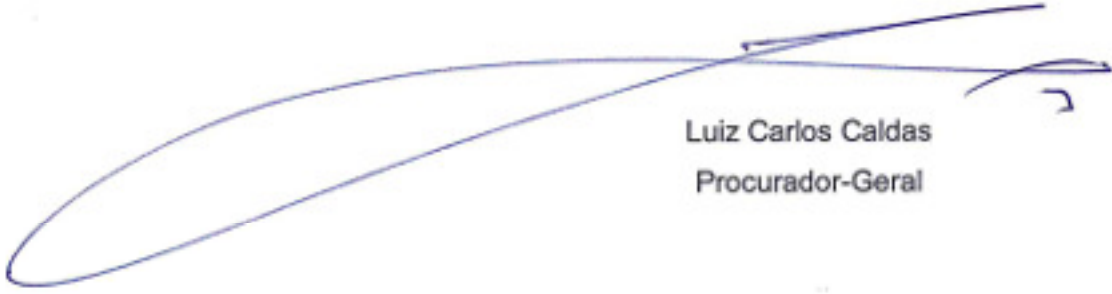
Assunto: Consulta sobre formulação de proposição para aprovação de Decreto Legislativo – Mensagem nº 42/2014 do Poder Executivo.



I. De acordo com a Informação nº 282/2014;

II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 14 de julho de 2014.



Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2014 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e do Deputado Plauto Miró que *"Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis"*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 42/2014, oriunda do Poder Executivo que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 12/2014, de autoria dos Deputados Estaduais Valdir Rossoni e Plauto Miró.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel descrito em seu artigo 1º, o qual perfaz área total de 4,0000 ha, localizado no Município de Tibagi, no Estado do Paraná.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: *"A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a*

Página 11



matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social”

E ainda, continua:

“[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.”

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.

II –ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

"Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos."

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

"Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.



III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2014, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, nos termos da Mensagem de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 12 de AGOSTO de 2014

Artículos
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

scannavaca
abimian
Sercklio
Plauto Edson
alexandre
APROVADO

12/8/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/14

RELATÓRIO

A Mensagem nº 42/14, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 12/14, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, alienar a Eugenio Rodrigues Carneiro, o Lote nº13, Gleba Lavras, com área de 4,0000 ha, localizado no Município de Tibagi, Comarca de Tibagi, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o parecer favorável, que foi devidamente aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, e no art. 156, ambos da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 7.877.906-3-SID, e que obteve o pronunciamento favorável



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 12/14.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/08/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


Dep. Wilson


Dep. Elie


Dep. Buhner


Dep. Ennio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 05 AGO. 2014

Plauto

1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Gilson de Jesus Conrado, o Lote nº 29, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 31,8369 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, nos termos da Mensagem nº 204, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2014.

Valdir Rossoni
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 204, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013.

- ANEXO I -

MENSAGEM
Nº 204/2013.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2013.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 16/12/2013

Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Gilson de Jesus Conrado, o Lote 29, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 31,8369 ha., localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.726.328-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:32 16/12/2013 01:08:06 NºP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



PROTOCOLO: 10.886/2013-DAP

INTERESSADO: DIRETORIA LEGISLATIVA

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA



Consulta

Trata-se de Mensagem nº 204/2013, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar o Lote 29, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 31,8369 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Ademais, deve ser analisada a viabilidade de alienação através de decreto legislativo, tendo em vista que a previsão do inciso XXX, do artigo 54 da Constituição Estadual traz a necessidade de aprovação prévia da Assembleia para alienação com área superior a cem hectares.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que, segundo a mensagem, o imóvel será alienado a Gilson de Jesus Conrado, bem assim que já tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 517/2013, com o mesmo objetivo.

Diretoria Legislativa, 16 de dezembro de 2013.

Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

Protocolo n.º 14813/2013.


Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta.



Distribuo ao Advogado Guilherme Brenner Lucchesi para análise e manifestação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.



Pedro de Noronha da Costa Bispo
Procurador do Estado / ALEP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14.813/2013 (Protocolo n.º 10.886/2013-DAP)

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem n.º 204/2013



Parecer n.º 416 /2013

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Possibilidade de autorização de alienação de imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares apenas por meio de Decreto Legislativo. Protocolo que não descreve adequadamente a totalidade das áreas. Devolução ao Governo do Estado para regularização da mensagem.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação preliminar acerca da Mensagem n.º 204/2013 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária.

É o que passo a analisar.

II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: **“Art. 121.** A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.” **Art. 122.** A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que o lote tem área inferior a 100 hectares (31,8369 ha). Todavia, indica o teor da mensagem que a área total já titularizada ao Sr. GILSON DE JESUS CONRADO seria superior a 100 hectares.

Analisando o presente protocolo, verificou-se que o procedimento não se encontra devidamente instruído, ao contrário do que ocorre com as demais mensagens analisadas a pedido da Diretoria de Legislativa, faltando, especialmente, Parecer da Coordenadoria Técnico-Jurídica da Casa Civil do Estado do Paraná. Em verdade, as cópias submetidas a análise estão incompletas, estando ausentes diversas folhas, o que prejudicam a análise acerca da possibilidade de autorização da alienação por meio de Decreto Legislativo.

Desta forma, opina-se pela devolução do feito ao Governo do Estado do Paraná, a fim de que instrua com a documentação completa, de modo a possibilitar a análise por esta Casa de Leis.

É o parecer que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI
OAB/PR 50.580



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14813/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta – Regularização Fundiária – Mensagem nº 204/2013.



I. Aprovo o Parecer nº 416/2013;

II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.


Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



PROTOCOLO Nº 14.813/2013

INTERESSADO: PODER EXECUTIVO – MENS. 204/2013



Diante do parecer da Douta Procuradoria, lançado às fls. 05/07, encaminhe-se à Secretaria Geral da Presidência para as providências necessárias.

Diretoria Legislativa, 17 de dezembro de 2013.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

060016



ESTADO DO PARANÁ

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ELPIT

NUM. 5.726.328-8

DATA-

HORA-

29 JUL 2004

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 011
RUB. 10

CARIMBO

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
Escritório Regional de Piraquã PR

Protocolo N.º 392 / 04

Em 29 / 07 / 04



INTERESSADO

GILSON DE JESUS CONTRADO

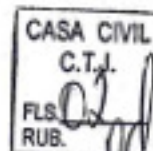
ASSUNTO

REQUER A REGULARIZAÇÃO DO LOTE 23- GLEBA 16-
IMÓVEL COLÔNIA BOA VENTURA. MUNICÍPIO DE BOA
VENTURA DE SÃO ROQUE.

ENCAMINHAMENTO

	DATA	UNIDADE	RUBRICA		DATA	UNIDADE	RUBRICA
1				1	07/12/05	CIT	X
2	12-08-04	SEMA/PAF	DE	2	09/12	CC/IDG	DE
3	31.08.04	AR/Thes	Puain	3	25/07	ITC	DE
4	31.8.04	CGOT/DT	PL	4	27/07/07	ITC/IDT	DE
5	01-09-04	C.GEOT/Cartografia	DE	5	26/09/07	ITC/IDP	DE
6	28-10-05	SEMA/GS	DE	6	02/10/07	ITC/CC	
7	18/11/05	CC/CAO	DE	7	09-10-07	Casa Civil	DE
8	22/11/05	CT3	DE	8	10-10-07	CC/CAO	DE
9	25/11	CC/IDG	DE	9	10/10/07	SEMA	DE
10	28/11/05	SEMA	DE	10	26-10-07	CT3	DE
11	29/11/05	Reg-Fun	DE	11	14/12	DG/ICC	DE
12	30/11/05	SEMA/GS	DE	12	26/06/13	ITC/GP	DE
13	6/12/05	CC/PAF	DE	13	10 JUL 2013	PGE	ym

4459

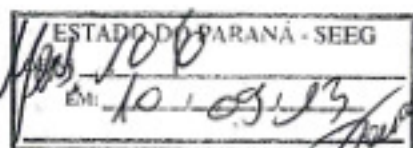


ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO AMBIENTAL DO
PARANÁ.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ELPIT

NUM. 5.726.328-8



DATA-

29 JUL 2004

HORA-



Gilson de Jesus Conrado, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG. 7.868.401-1 Pr., e CPF. 021.546.049-94, residente na localidade de Terra Santa - Município de Boa Ventura de São Roque Pr., vem requerer a Vossa Senhoria a regularização do Lote 29 Gleba 16 do Imóvel Colônia Boa Ventura, com área de 31.8369ha - Município de Boa Ventura de São Roque Pr., nos termos da Lei Estadual 7.055/78.

Nestes termos
Pede deferimento
Pitanga, 5 de agosto de 1999.

Gilson de Jesus Conrado
GILSON DE JESUS CONRADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE PITANGA

1.º Ofício de Notas

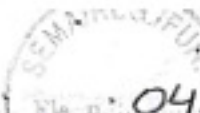
Rua Dep. Francisco Costa, 892 - Cx. Postal 49 - Fone/Fax (042) 746-1182 - Pitanga - PR

Bel. Jurandir Avare Messias Junior

Tel. (042) 746-1182 - CPF 051.481.975-92

LEONIDES R. MENDES
Escritor

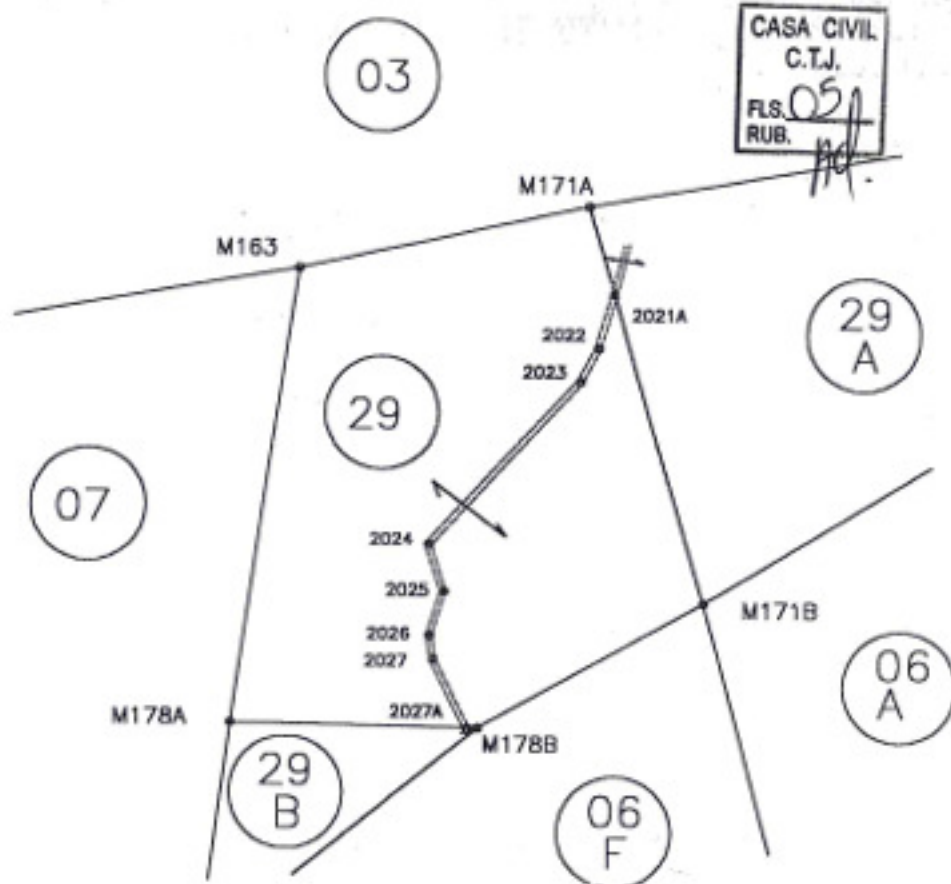
HEDY LAMAR COSTA MESSIAS
Escritor




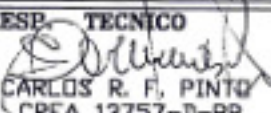
LIVRO N. 180 FLS N. 196

ESCRITURA PUBLICA DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS POSSESSÓRIOS: NA FORMA ABAIXO: VALOR R\$ 5.000,00

S A I B A M quantos esta pública escritura de CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS POSSESSÓRIOS virem ou dela conhecimento tiverem que aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e nove (30.04.1999), nesta cidade e comarca de Pitanga, Estado do Paraná, neste Ofício de Notas, perante mim, Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber: de um lado como OUTORGANTES CEDENTES: **SEBASTIÃO CONRADO** - CI RG n. 3248954-0 PR e CPF n. 396571329-91, e sua esposa **MARIA LIDIA MOREIRA CONRADO** - CI RG n. 5013160-2 PR e CPF n. 754574589-20, brasileiros, casados entre si, sob regime de Com. Parcial de Bens, na vigência da Lei n. 6515/77, agricultores, portadores da cert. de casamento n. 2383 fls. 237 do livro B7 do CRC de Pitanga Pr, residentes e domiciliados no lugar denominado Colônia Boa Ventura, município de Boa Ventura de São Roque, nesta comarca; e de outro lado como OUTORGADO CESSIONÁRIO: **GILSON DE JESUS CONRADO** - CI RG n. 7868401-1 pr E cpf N. 021546049-94, brasileiro, agricultor, solteiro, maior, residente e domiciliado em Terra Santa, município de Boa Ventura de São Roque, nesta comarca; capazes, reconhecidos como os próprios, através dos documentos pessoais de identificação pelos mesmos ora me exibidos e por mim conferidos do que dou fé. E, pelos outorgantes cedentes, me foi dito que são possuidores de Direitos Possessórios sobre uma área de terrenos medindo: **33.3386 ha (TRINTA E TRES HECTARES, TRINTA E TRES ARES E OITENTA E SEIS CENTIARES)**, constituída pelo **LOTE N. 29-A (vinte e nove-A)**, da **GLEBA N. 16** do imóvel **COLÔNIA BOA VENTURA**, município de Boa Ventura de São Roque, nesta comarca, cuja área encontra-se em fase de regularização através do IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, e cujos limites e confrontações, bem como os mapas de localização, serão oportunamente fornecidos pelo mesma às partes interessadas; Que possuindo o imóvel supra descrito e confrontado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, ações reais ou pessoais reipersecutórias, pela presente escritura e na melhor forma de direito e pela quantia certa e previamente ajustado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), importância essa que confessam já haverem recebido do outorgado cessionário, em moeda corrente nacional, da qual dão ao mesmo, plena, geral e irrevogável quitação. **CEDIAM E TRANSFERIAM, COMO DE FATO ORA CEDIDO E TRANSFERIDO TEM ao mesmo cessionário Sr. GILSON DE JESUS CONRADO, já qualificado, TODOS OS SEUS DIREITOS POSSESSÓRIOS sobre a área de terrenos acima descrita, e deste já transferem ao comprador toda a posse, jus, domínio, direitos e ações que possuíam e exerciam sobre o referido imóvel para que dele o mesmo, desta data em diante dele use, goze e livremente disponha, obrigando-se eles vendedores por si e seus herdeiros e sucessores a fazer a presente sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito na forma da lei, se chamados forem à autona., podendo dito cessionário(a), com a presente requerer a regularização imóvel através do IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, - que eles cedentes e seus antecessores exercem posse efetiva sobre o referido imóvel há mais de vinte anos, e cujos direitos houverem por sucessão hereditária por ocasião do falecimento de Jerônimo Conrado; Que eles outorgantes cedentes, embora proprietários rurais, não possuem empregados, não industrializam, nem comercializam seus produtos no exterior, nem diretamente no varejo ao consumidor, não se enquadrando assim dentre as pessoas sujeitas a apresentação da CQ/CND do INSS/MTPS conforme OS-INSS/DAF N. 52 de 22/10/1992, e em conformidade com o DECRETO LEI N. 1958 DE 04.04.1982; Pelo outorgado cessionário me foi dito que aceitava a presente escritura em**



DEDUZIDOS 0,5130ha REFERENTE À ÁREA DA ESTRADA.

 GOVERNO DO PARANÁ		GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ CGET - COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL	
		IMÓVEL COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29	ÁREA (ha) 31,8369
CÓDIGO DO IMÓVEL		PERÍMETRO (m)	
DATA 08/03	MUNICÍPIO - UF BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR	ESCALA 1/10000	
FONTE	RESP. TÉCNICO  CARLOS R. F. PINTO CREA 13757-D-PR	CONFERE	VISTO

PROTOCOLO

GILSON DE JESUS CONRADO



Ao funcionário Mauro Gruber
Para vistoria



Pitanga , 27 de julho 2004


JOSÉ TADEU BINI
CHEFE REGIONAL / ERPIT



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

ESCRITÓRIO DE

PITANGA

LAUDO DE VISTORIA

CASA CIVIL

Rua 04

Quil. 361/99

IN/CE/AM
SEMANTEGUEIRA

Fls. n.º 07

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: GILSON DE JESUS CONRADO

Filiação: PAI: VALTER ANTONIO CONRADO

Mãe: CASIMIRA DOS SANTOS CONRADO

Local de Nascimento: PITANGA/PR Data do Nascimento: 14, 01, 1978

Estado Civil: SOLTEIRO Nº de Filhos: -

Profissão: AGRICULTOR Carteira Profissional Nº -

Carteira de Identidade Nº 7.868.401.1/PR CGC/CPF 021.546.049.34

Casamento ☒ Local: - Nº - Livro: - Fís: -

Casamento ☐ Nascimento ☐ Local: - Nº - Livro: - Fís: -

Outro Documento: -

Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? -

Onde? -

Residência: TERÇA SANTA

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais) LOTE 29 GLEBA 16

Localidade: TERÇA SANTA Distrito: -

Município: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE Comarca: PITANGA

Área do imóvel (em ha): 3,8369 Nº Cadastro no Incra: -

Descrever localização e condições de acesso: VELA RODMIA PITANGA À GUARAFUVA

AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 08
RUB. 11



Medio da região R\$ _____ /ha

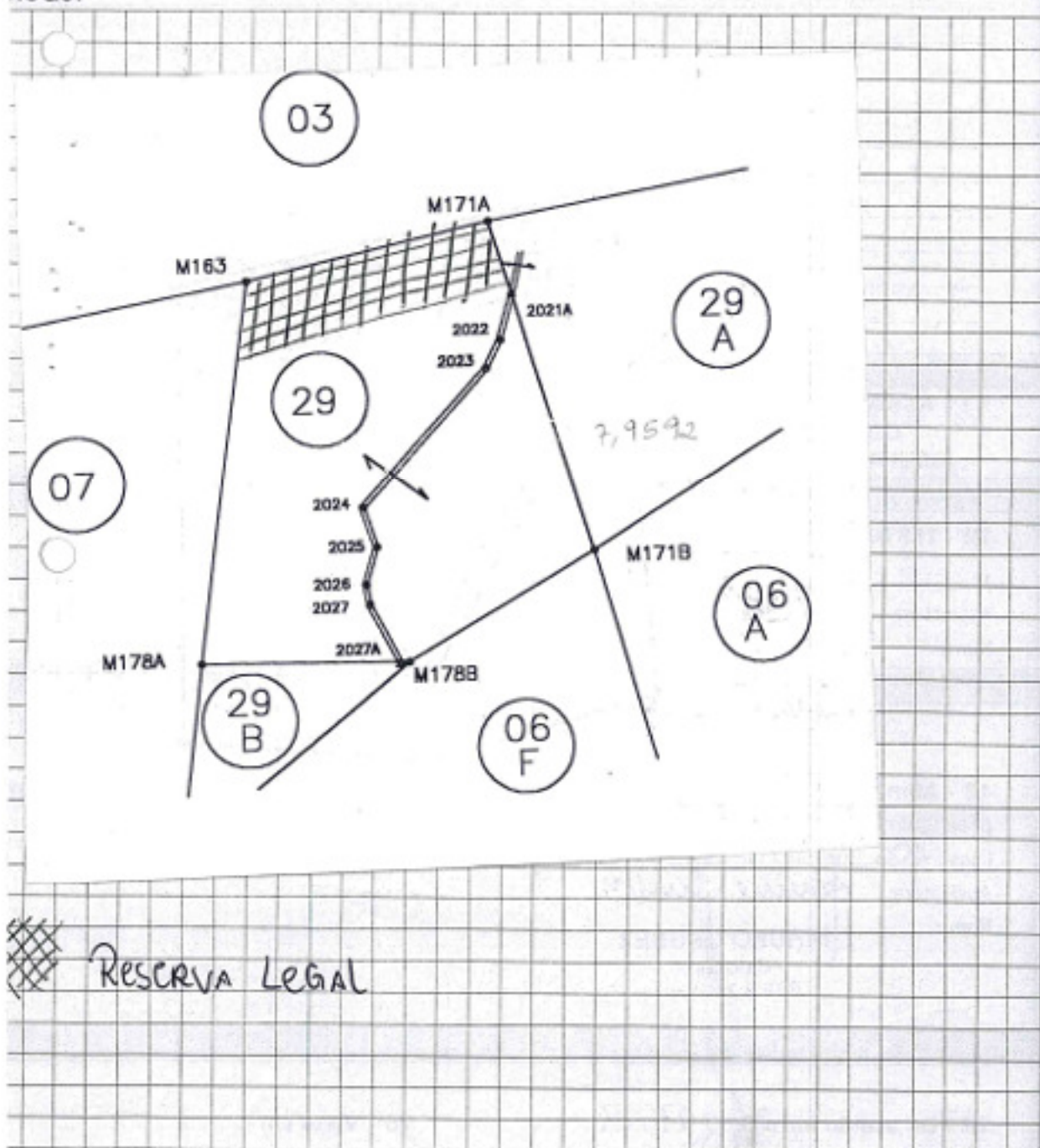
Plano _____ %	Levemente ondulado _____ %
Ondulado _____ %	Acidentado _____ %
Alagadiço _____ %	Pedreira _____ %

AVIAÇÃO DO SOLO

Não apresenta ☐ Apresenta pouco ☐ Acentuada ☐

ação: Curva de nível ☐ Terraço ☐

ROQUI





11 - ASSINATURA
DO
OCUPANTE

Gilson de Jesus Conrado.

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas por
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: BOM VENTURA DE SÃO ROQUE

Data: 01 / 07 / 2001

Assinatura: Mauro Gruber

Nome:

MAURO GRUBER

Calculista

P.G. 3 286.830-4

14 - De acordo em

28 / 07 / 04

JOSÉ TADEU BANI
CHEFE REGIONAL DO IAPI/ERPIT
CPF: 215.315.609-20
RG: 977.726-PR

15 - Visto em ____ / ____ / ____

Coordenador de



PROTOCOLO

GILSON DE JESUS CONRADO



À SEMA/CGET/DT
Para os devidos fins

Pitanga , 27 de julho de 2004


JOSÉ TADEU BINI
CHEFE REGIONAL /IAP/ERPIT



instituto de terras e cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE TERRAS

060016

Requerente :

ANGELO NELVIR GADENS E SEBASTIÃO CONRADO

P.C. AUTOS Nº 390

Protocolo N.º

Data do despacho

/

Nos termos

LEI 7055/78 - INCORPORAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.635.739-1 SPI.-

Imóvel LOTE Nº 29 - GLEBA Nº 16 - COLONIA BOA VENTURA.-

Área 66,6772 Has Sentença / / Município Pitanga.-

Preço por Ha R\$ 96,15 conforme Resolução nº 12/SEMA/IAP. de 22.11.1994.-

Valor das terras . . . = VENDA DE TERRAS = . . . R\$ 6.412,00 (07) Prestação R\$ 916,00

Valor da Taxa de Valonização Agrária Cr\$ Prestação Cr\$

Valor da Medição Cr\$ Prestação Cr\$

Valor dos Serviços Gerais Cr\$ Prestação Cr\$

Encaminhado p/ título em / / Título n.º 2.375 Livro n.º .-.-.- Exp. em 15 / março / 1999

Despacho publicado em / / 19 D.O. n.º .-.-.- Carnê exp. em 01 / 09 / 1997

OBSERVAÇÕES Pela Resolução nº 036/94 publicada
Diário Oficial do Estado nº 4.448 de 13. fevereiro. 1995,
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, AUTORIZOU o
der Executivo através deste Instituto, a alienar o imóv
aqui tratado aos requerentes.-

COO. 03.00.27 - 5.000 Fichas - 10/02 - THL



STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
< ALTTITULOS > - ALTERACAO DE TITULOS



OPCAO:



NUMERO REGISTRO.: 7694
TIPO REGISTRO...: IC
NUMERO IMOVEL...: 60016
NUMERO PROTOCOLO:
DATA PROTOCOLO...:
NUMERO TITULO...: 2375
NUMERO LIVRO...:
DATA EMISSAO...: 15 3 1990
NUMERO LOTE...: 29
AREA LOTE...: 31 , 8369 ESPECIE...: 6
OBSERVACAO...: ESTE LOTE E RESULTADO AD SUBDIVISAO DO LOTE N. 29 CUJA AREA
TOTAL ERA DE 66,6772, CONFORME DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DO
IAP DATADO DE 21/01/2004, PROTOCOLO N. 5.728.514-1, OFICIO
N. 267/03 ELPIT.

COMANDO:

UDA - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
ALTTITUL - PF5<A> ALTIMOVE - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
< ALTTITULOS > - ALTERACAO DE TITULOS

09/08/04
STTXP09C
CELEPAR --

LIGACAO TITULO - TITULADO (INCLUSAO)

IMOVEL = BOA VENTURA
GLEBA 16
LOTE = 29
MUNICIPIO= 1580 PITANGA

FORNECER O NOME DO TITULADO =
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

COMANDO:

AJUDA - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
ALTTITUL - PF5<A> ALTIMOVE - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA
* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
* - RELATORIO DE LIMITES

* D. 09/08/2004
* P. 1
* P. 1
* P. 1

*** TITULADO ***

NOME = GILSON DE JESUS CONRADO
NUMERO TITULADO = 115642
REGISTRO GERAL =
CGC/CPF =
IDENTIFICACAO = CERT. NAS. 4164 FLS. A-05 DER PITANGA
NOME MAE =
DATA NASCIMENTO =



*** IMOVEL ***

CODIGO = 0060016
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = BOA VENTURA
DESCRIÇÃO = GLEBA 16
MUNICIPIO = PITANGA

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 009151
DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 3
NUMERO LIVRO = 5
DATA EMISSAO = 17/04/1991

NUMERO MATRICULA = 15863
NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 111,8985
NUMERO FOLHAS = 193



INFORMAÇÃO N.º 823

PROTOCOLO N.º 5.726.328 - 8 - SID - GILSON DE JESUS CONRADO



O lote n.º 29, da "COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16", com área de 31, 8369 ha, foi objeto de subdivisão do lote n.º 29 cuja a área total era de 66, 6772 ha, conforme Despacho do Senhor Presidente do IAP, em 21.01.04, através do Protocolo n.º 5.728.514 - 1, Ofício n.º 267/ 03 - ERPIT.

O lote n.º 29, da respectiva Gleba, com área total de 66.6772 ha, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do IAP, para fins de venda (art. 27 e 33, inciso III) da Lei 7055/ 78, conforme Título n.º 2.375, expedido em 15.03.90, devidamente matriculado junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga sob n.º 15.869.

OBS: Quando da elaboração do Plano de Colonização, Autos n.º 380, o lote em questão era ocupado pelo Sr. " ANGELO NELVIR GADENS e SEBASTIÃO CONRADO ", o qual em 01.09.97 foi expedido o competente Carnê para pagamento, ou seja, 7 (sete) parcelas de RS 916, 00 (novecentos e dezesseis reais), que o mesmo estava sujeito para aquisição da referida Unidade Rural, sendo que conforme podemos constatar através cópia xerox da respectiva ficha de conta corrente, nenhuma parcela foi recolhida.

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras Titulados do Estado do Paraná - STT., constatamos que em nome do Sr. " GILSON DE JESUS CONRADO ", consta alienação de parte do lote n.º 03, da " Gleba 16 - Colônia Boa Ventura ", com área de 111, 8985 ha

A SEMA/ AJ., para pronunciamento.

SEMA/ CGET/ DT., em 12 de agosto de 2004


Albari Sebastião Lejambre
Técnico de Assuntos Fundiários

Parecer nº 395/2004.

Protocolo nº 5.726.328-8.

Interessado: **GILSON DE JESUS CONRADO.**

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural.

SENHOR ASSESSOR JURÍDICO DA SEMA.

Gilson de Jesus Conrado, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da CLRG.Nº 7.868.401-1/Pr. e do CPF nº 021.546.049/94, residente e domiciliado na localidade denominada Terra Santa, Município de Boa Ventura de São Roque-Pr., através do processo supra epigraçado, está requerendo, junto a esta Entidade Estatal, a **regularização dominial**, em seu próprio nome, do **Lote nº 29, Gleba 16, com 31,8369 há., do Imóvel denominado "COLÔNIA BOA VENTURA"**, situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga-Pr.

O processo vem instruído, com a cópia da Carteira de Identidade com o CPF do Requerente, Cópia da Escritura Pública de Cessão e Transferência de Direitos Possessórios, onde o requerente figura como detentor dos Direitos Possessórios do lote objeto do presente requerimento, demonstrando assim, que o requerente é o Legítimo detentor dos Direitos Possessórios sobre a área objeto do presente requerimento e Laudo de Vistoria, elaborado pelo Escritório Regional do IAP de Pitanga, certificando que o requerente é o atual ocupante da área em apreço.

Instada, a CGET/DT/SEMA, às fls. 13, informou que o lote 29, da Gleba 16, com 31,8369 há., do Imóvel denominado COLÔNIA BOA VENTURA, encontra-se incorporado ao Patrimônio do IAP, conforme Matrícula nº 15.869, do Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga-Pr., para fins de venda nos termos dos Artigos 27 e 33, inciso III, da Lei de nº 7055/78, Lei de Terras do

Estado do Paraná e não foi titulado até o momento, informando ainda que verificando o Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná-STT, constatou que em nome da GILSON DE JESUS CONRADO, consta a alienação de parte do lote nº 03, da Gleba 16 – Colônia Boa Ventura, com área de 111,8985 há.

Diante do acima exposto e de tudo o mais que do presente processo consta, somos pelo **DEFERIMENTO**, da pretensão da parte interessada, no sentido de ser regularizada dominialmente a área objeto do presente requerimento, em seu próprio nome, devendo a CGET/DT/SEMA, **providenciar a atualização dos valores** que constarão do “novo” carnê de pagamentos que será emitido contra o atual requerente.

Entretanto, tendo em vista que a área objeto presente requerimento e a área já adquirida junto ao Estado pelo requerente, ultrapassar a soma de cem hectares há., o presente processo deverá ser encaminhado à **Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, para a devida autorização, nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual.

É o nosso parecer.

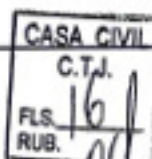
Curitiba, 30 de Agosto de 2004.

Luiz Carlos Pupim
OAB/PR. 9733
Assessoria Jurídica da SEMA

- De acordo.
- À CGET/DT/SEMA, para as providências cabíveis.

Theo Botelho Marés de Souza
Theo Botelho Marés de Souza
OAB/PR.35.464
Assessor Jurídico da SEMA

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS - SEMA



Protocolo nº

5.726.328-8 - Gilson de Jesus Contado

INFORMAÇÃO

A SEMA/C.G.E.T./Cartografia, para anexar planta e memorial descritivo.

SEMA/C.G.E.T./D.T., 01/09/04

Albani Sebastião Leal
Albani Sebastião Leal
Chefe da Divisão de Regularização Fundiária

RECEBIDO em 04/11/05

às _____ h, por D.N.H.

Setor _____ 04

RECEBIDO em 29/11/05

às _____ h, por D.N.H.

Setor _____ 25

RECEBIDO em 01/12/05

às _____ h, por D.N.H.

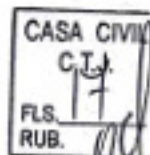
Setor _____ 28

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

COORDENADORIA DE TERRAS E CARTOGRAFIA

DIVISÃO DE CARTOGRAFIA, GEODÉSIA E CADASTRO



PROTOCOLO Nº: 5.726.329 - 6

INTERESSADO : GILSON DE JESUS CONRADO

À SEMA / CGET / ALBARI

ESTAMOS ENCAMINHANDO PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO, DO LOTE 29, DO IMÓVEL COLÔNIA BOA VENTURA – GLEBA 16. SITUADO NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E COMARCA DE PITANGA, CONFORME SOLICITADO.

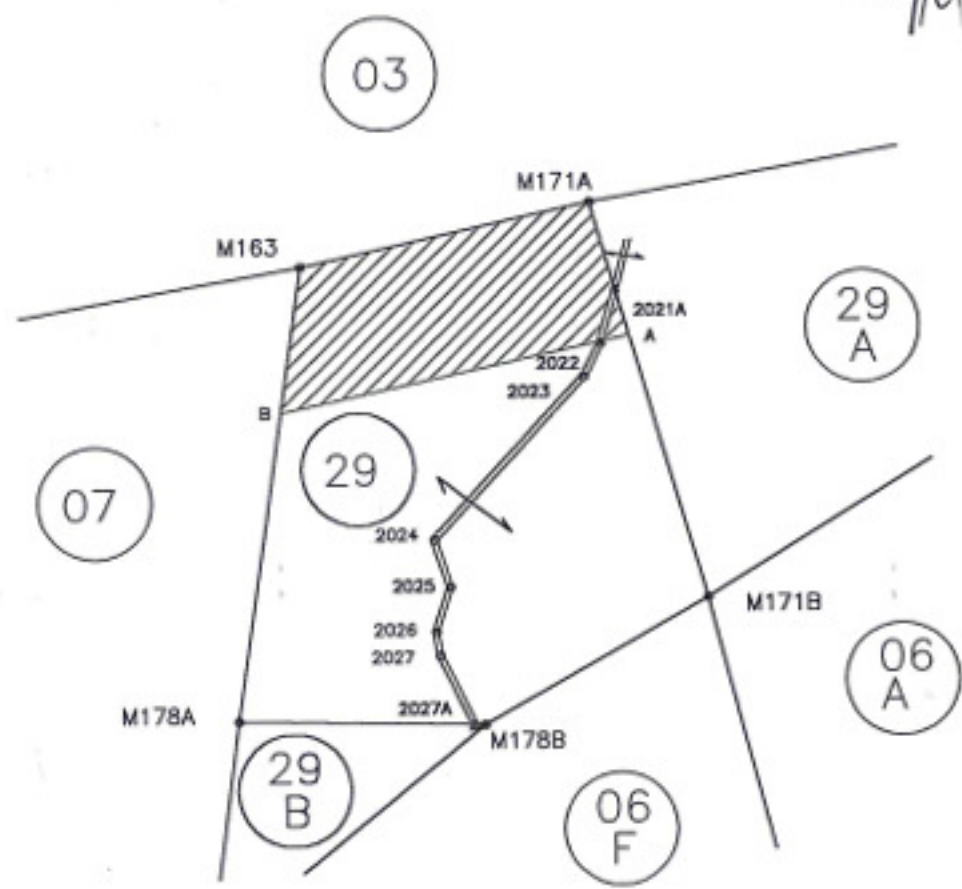
CURITIBA , 14 DE OUTUBRO DE 2004

SETOR DE DESENHO

CASA CIVIL
C.T.I.
FLS. 18
RUB. 10



DIRETORIA LEGISLA
Pág. 341
PROCURADORIA GERAL
FLS. 32



/// ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL N° 7.055 DE 04/12/1978 = 7,9592 ha.
DEDUZIDOS 0,5130ha REFERENTE À ÁREA DA ESTRADA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
CGET - COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL

CÓDIGO DO IMÓVEL

IMÓVEL

COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29

ÁREA (ha)

31,8369

PERÍMETRO (m)

DATA

08/03

MUNICÍPIO - UF

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR

ESCALA

1/10000

FONTE

RESP. TÉCNICO

CARLOS R. F. PINTO
CREA 13757-D-PR

CONFERE

VISTO

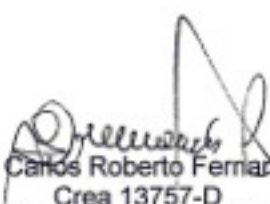


MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29 ÁREA(HA):
7.9592
PERÍMETRO(m): 1244.53 m
MUNICÍPIO: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE U.F: PARANÁ
DISTRITO:

Inicia-se a descrição deste perímetro no M163, de coordenadas geográficas, latitude 24°43'00.00000" S e longitude 51°29'26.68138" W na confrontação com o lote 03; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 03 com o azimute de 77°34'44" e a distância de 390.46 m até o M171A; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 29.A com o azimute de 163°40'57" e a distância de 184.99 m até o A; Deste segue por linha seca internamente ao lote 29, confrontando com o mesmo com o azimute de 257°34'44" e a distância de 472.04 m até o B; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 07 com o azimute de 8°04'44" e a distância de 197.04 m até o M163; ponto inicial da descrição do perímetro.

Curitiba, 28 de Setembro de 2004.


Eng° Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto
Crea 13757-D
RESPONSÁVEL TÉCNICO

MEMORIAL DESCRITIVO


IMÓVEL: COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29
MUNICÍPIO: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE U.F.: PARANÁ

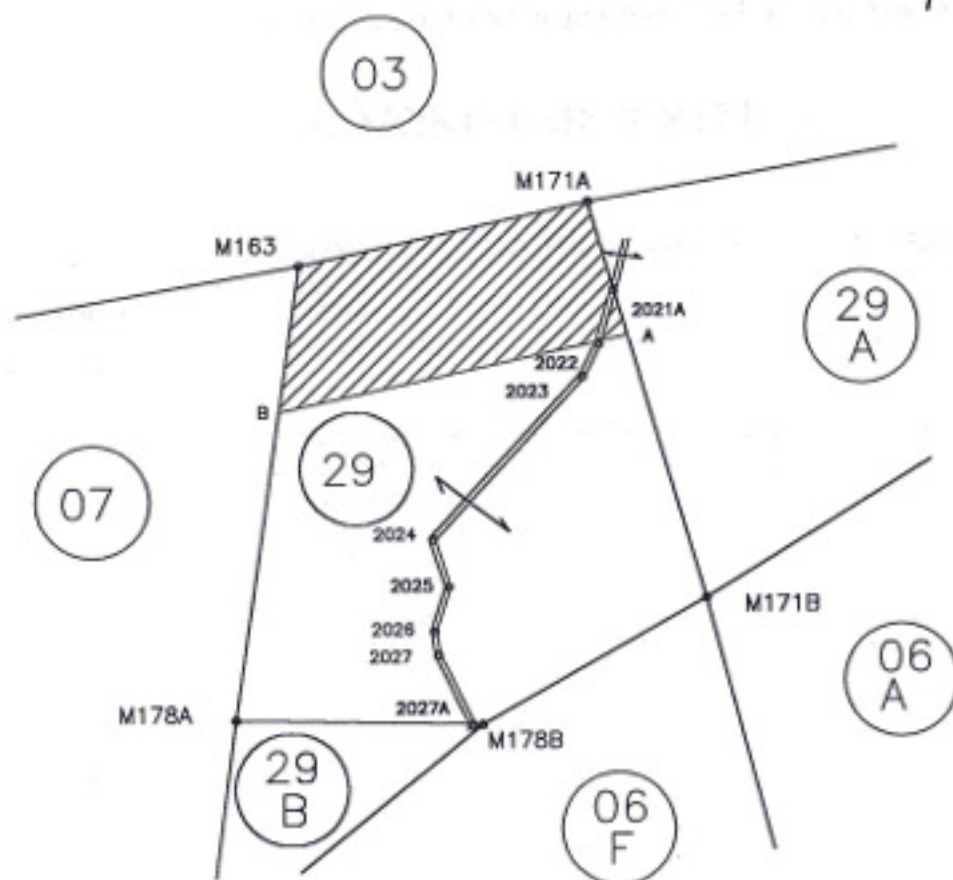
ÁREA DE RESERVA

ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 7,9592 ha.

Inicia-se a descrição deste perímetro no M163, de coordenadas geográficas, latitude 24°43'00.00000" S e longitude 51°29'26.68138" W na confrontação com o lote 03; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 03 com o azimute de 77°34'44" e a distância de 390.46 m até o M171A; Deste segue confrontando com o lote 29.A com o azimute de 163°40'57" e a distância de 184.99 m até o A; Deste segue por linha seca internamente ao lote 29, confrontando com o mesmo com o azimute de 257°34'44" e a distância de 472.04 m até o B; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 07 com o azimute de 8°04'44" e a distância de 197.04 m até o M163; ponto inicial da descrição do perímetro.

Curitiba, 06 de Outubro de 2004.


Engº Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto
Crea 13757-D
RESPONSÁVEL TÉCNICO



/// ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 7,9592 ha.

DEDUZIDOS 0,5130ha REFERENTE À ÁREA DA ESTRADA.



CÓDIGO DO IMÓVEL

DATA
08/03

FONTE

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
CGET - COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL

IMÓVEL

COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29

MUNICÍPIO - UF

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR

RESP. TÉCNICO

CARLOS R. F. PINTO
CREA 13757-D-PR

CONFERE

ÁREA (ha)
31,8369

PERÍMETRO (m)

ESCALA
1/10000

VISTO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
CGET – COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL




MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29 ÁREA(HA):
7.9592
PERÍMETRO(m): 1244.53 m
MUNICÍPIO: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE U.F: PARANÁ
DISTRITO:

Inicia-se a descrição deste perímetro no M163, de coordenadas geográficas, latitude 24°43'00.00000" S e longitude 51°29'26.68138" W na confrontação com o lote 03; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 03 com o azimute de 77°34'44" e a distância de 390.46 m até o M171A; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 29.A com o azimute de 163°40'57" e a distância de 184.99 m até o A; Deste segue por linha seca internamente ao lote 29, confrontando com o mesmo com o azimute de 257°34'44" e a distância de 472.04 m até o B; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 07 com o azimute de 8°04'44" e a distância de 197.04 m até o M163; ponto inicial da descrição do perímetro.

Curitiba, 28 de Setembro de 2004.


Engº Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto
Crea 13757-D
RESPONSÁVEL TÉCNICO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
CGET – COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL



MEMORIAL DESCRITIVO


IMÓVEL: COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16 - LOTE 29
MUNICÍPIO: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE U.F.: PARANÁ

ÁREA DE RESERVA

ÁREA REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 7.055 DE 04/12/1978 = 7,9592 ha.

Inicia-se a descrição deste perímetro no M163, de coordenadas geográficas, latitude 24°43'00.00000" S e longitude 51°29'26.68138" W na confrontação com o lote 03; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 03 com o azimuth de 77°34'44" e a distância de 390.46 m até o M171A; Deste segue confrontando com o lote 29.A com o azimuth de 163°40'57" e a distância de 184.99 m até o A; Deste segue por linha seca internamente ao lote 29, confrontando com o mesmo com o azimuth de 257°34'44" e a distância de 472.04 m até o B; Deste segue por linha seca, confrontando com o lote 07 com o azimuth de 8°04'44" e a distância de 197.04 m até o M163; ponto inicial da descrição do perímetro.

Curitiba, 06 de Outubro de 2004.


Engº Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto
Crea 13757-D
RESPONSÁVEL TÉCNICO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL - CGET
DIVISÃO DE TERRAS

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 24
RUB



INFORMAÇÃO N.º 1033

PROTOCOLO N.º 5.726.328 – 8 – SID – GILSON DE JESUS CONRADO.

À SEMA/ GS.

Face o contido no Parecer n.º 395/ 04 da SEMA/ AJ., sugerimos que o presente venha ser encaminhado através Ofício ao Senhor Governador, para que se assim entender, enviar mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter autorização para alienação ao requerente, nos termos da Legislação vigente.

SEMA/CGET/DT., em 31 de outubro de 2005

Albani Sebastião Lejambre
Técnico de Assuntos Fundiários



Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês
80430-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 304 7781 / Fax: 41 304 7804
e-mail: sema@pr.gov.br

Curitiba, 04 de novembro de 2005
Ofício nº 629/2005-SEMA/GS



Ref.: Protocolado nº 5.726.328-8

Senhor Governador:

Encaminhamos a Vossa Excelência o protocolo supra mencionado, em nome de Gilson de Jesus Conrado, que trata da regularização do lote nº 29, Gleba 16, com 31,8369 há, do imóvel denominado "Colônia Boa Ventura", situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, para envio de mensagem a Assembléia Legislativa, conforme Artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO CHEIDA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
CURITIBA-PR

(gs-vrf)

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 26
RUB.



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO nº 5.726.328-8

Encaminhe-se o presente a Coordenadoria
Técnico Jurídica – CTJ/CC.

Em, 21 de novembro de 2005

ROGERIO HELIAS CARBONI
Diretor Geral da Casa Civil

Distribuído em, 22/11/05

Para Dr.(a):

Tatiany

Malbini

MARCO BERBERI

Coordenador Jurídico da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL
Coordenadoria Técnico Jurídica



PROTOCOLO Nº: 5.726.328-8

ASSUNTO : Regularização de área

INTERESSADA : Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA/ Gilson de Jesus Conrado.

INFORMAÇÃO Nº: 3210/2005 – C T J -

Mediante ofício, o Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos encaminha pedido formulado pelo Senhor Gilson Conrado, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 7.868.401-1 Pr e do CPF nº 021.546.049-94, através do qual solicita a **regularização do lote nº 29, Gleba 16, com 31,8369 ha, do imóvel denominado "Colônia Boa Ventura", situado no Município de Boa Ventura.**

Destaca-se todavia, manifestação Jurídica da SEMA de fls.14/15 que estabelece: " **tendo em vista que a área objeto do presente requerimento e a área já adquirida** junto ao Estado pelo requerente, ultrapassar a soma de cem hectares há., o presente processo deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a devida autorização, nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual".

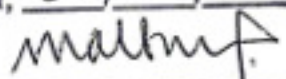
Sendo assim, retorne-se à origem, para que seja explicado qual é, efetivamente, a área a ser regularizada, ou seja, se é 31,8369 ha, como vem solicitado no Ofício Secretarial, ou se é a soma de 31,8369 ha, mais 111,8985, conforme Parecer nº 395/2004..

CTJ, em 23 de novembro de 2005.


Tatiany Almeida
Assessora Jurídica da Casa Civil
OAB-36.280/PR

1. De acordo;
2. Encaminhe-se à DG/CC.

Em, 25 / 11 / 05.


MARCO BERBERI
COORDENADOR JURÍDICO DA CASA CIVIL.

1. De acordo;
2. Encaminhe-se a:

Em,

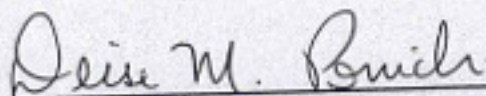

ROGÉRIO HELIAS CARBONI
Diretor Geral da Casa Civil

PROTOCOLO Nº 5.726.328-8

Tendo em vista a **Informação nº 3210/2005-CC/CTJ** exarada às fls. 27 do presente protocolado.

ENCAMINHE - SE a CGET/REG FUN, para conhecimento e providências cabíveis.

Em 29.11.05



Deise Malaguido Ponich
Diretora Geral / SEMA

por LUIZ EDUARDO CHEIDA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INFORMAÇÃO N.º 1133

PROTOCOLON N.º 5.726.128 - 8 - SID - GILSON DE JESUS CONRADO.

À SEMA/ GS.

A área a ser Regularizada é de 31, 8369 ha, referente ao lote n.º 29, da " COLONIA BOA VENTURA - GLEBA 16 ", localizado no Município de Boa Ventura de São Roque.

Quanto aos 111, 8985 ha, já foram estremados do Domínio Público através Título (Escritura) ao requerente em conjunto (Condomínio) com a Sra. " ROSELI APARECIDA CONRADO E JERONIMO CONRADO NETO).

SEMA/CGET/DT, em 01 de dezembro de 2005

[Handwritten signature]
Albani Sebastião Lejambre
Técnico de Assuntos Fundiários



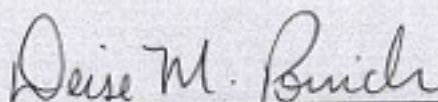
PROTOCOLO Nº 5.726.328-8

À Assessoria Jurídica da Casa Civil

Atendida a solicitação constante da Informação nº 3210/2005 – CTJ, às fls. 29 do presente protocolado

Retornamos o protocolado supra mencionado para as providências necessárias.

Em 02.12.05



LUIZ EDUARDO CHEIDA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO nº 5.726.328-8

Conforme as informações prestadas pela
SEMA, encaminhe-se o presente à
Coordenadoria Técnico Jurídico – CTJ.

Em 07 de dezembro de 2005

ROGÉRIO HELIAS CARBONI
Diretor Geral da Casa Civil

Distribuído em, 09/12/05

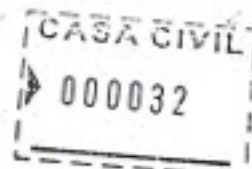
Para Dr.(a):

Jatony
Matuf

MARCO BERBERI
Coordenador Jurídico da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL
Coordenadoria Técnico Jurídica



PROTOCOLO Nº: 5.726.328-8

ASSUNTO : Regularização de área

INTERESSADA : Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA/ Gilson de Jesus Conrado.

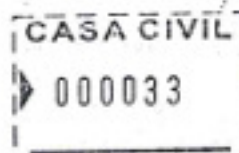
INFORMAÇÃO N.º: 3441/2005 – C T J -

Mediante ofício, o Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos encaminha pedido formulado pelo Senhor Gilson de Jesus Conrado, solteiro, agricultor, portador do RG nº 7.868.401-1 Pr e CPF nº 021.546.049-94, através do qual solicita a regularização dominial, em seu próprio nome, do Lote nº 29, com 31,8369 ha, da Gleba 16, do Imóvel denominado **“Colônia Boa Ventura”**, situado no município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

Constam do processo fls. 03 e s.s, documentação referente a área em questão (escritura pública de cessão e transferência de direitos possessórios).

Consultada a respeito a SEMA, (inf. Nº 823), vem a dizer:

O lote nº 29 da Colônia Boa Ventura – Gleba 16, com área de 31,8369 ha, foi objeto de subdivisão do Lote nº 29, cuja área total era de 66,6772 ha, conforme Despacho do Sr. Presidente do IAP, datado em 21.01.04, através do Protocolo nº 5.728.514-1 – Ofício nº 267/03 – ERPIT.



O Lote nº 29, da respectiva Gleba, com área total de 66.6772 ha, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do IAP, para fins de venda (art. 27 e 33, inciso III) da Lei 7055/78, conforme Título nº 2.375, expedido em 15/13/90, devidamente matriculado junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga sob nº 15.869

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras Titulados do Estado do Paraná – STT, constatamos que em nome do Sr. “GILSON DE JESUS CONRADO”, consta a alienação de parte do Lote nº 03, da “Gleba 16 – Colônia Boa Ventura”, com área de 111,8985.

Observe-se que a Lei Estadual nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.249, de 13 de janeiro de 1986, a qual dispõe sobre terras devolutas do Estado, em seus artigos 27 e 33, III dispõe:

“Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas poderão ser destinadas a Plano Especial para fins de concessão de uso, ou incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná”.

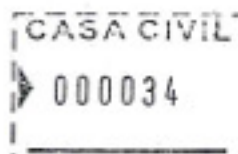
Por sua vez, o artigo 33, inciso III, determinou:

“Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

.....



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL
Coordenadoria Técnico Jurídica



3



III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril”.

Por sua vez, a Constituição Estadual, em seu artigo 54, inciso XXX, assim dispõe:

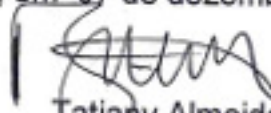
“Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

.....
XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal”.

Manifestou-se a assessoria jurídica da SEMA, entendendo que o presente processo deve ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a devida autorização, nos termos do Art.54, inciso XXX, da Constituição Federal.

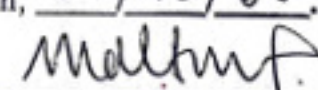
Isto posto, opinamos pelo encaminhamento do processo à consideração do Senhor Governador do Estado, que no uso de suas atribuições, se assim entender, poderá submeter o presente pedido à Assembléia Legislativa, a quem compete aprovar previamente, ante o preceituado no artigo 54, inciso XXX da Carta Magna Estadual.

CTJ, em 07 de dezembro de 2005.


Tatiany Almeida
Assessora Jurídica da Casa Civil
OAB-36.280/PR

1. De acordo;
2. Encaminhe-se à DG/CC.

Em, 09/12/05.



MARCO BERBERI



GOVERNO DO
PARANÁ

INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

PROTOCOLO Nº 5.726.328-8

Encaminhe-se ao Instituto de Terras,
Cartografia e Geociências - ITC, tendo em vista
a solicitação do Ofício nº 150/2007, cópia em
anexo.

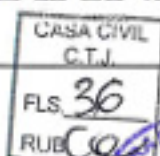
Em 24 de julho de 2007

PAULO JOSÉ ROCHA

Diretor Geral da Casa Civil
Em exercício



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS - SEMA



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

5.726.328-8- SID Gilson de Jesus Conrado

Folha Nº

laudo de vistoria. AO ERPIT, para atualização do

Dep. Reg. Fund., 30-07-07

1160.9

Roberto Alfredo Gomes
Dep. de Regularização
Fundária - ITC

AO
Superintendente de Regularização Fundiária
ITC/DFR

Anexo ao presente laudo
de vistoria atualizado conforme
solicitado.

em 17/08/07

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de :



LAUDO DE VISTORIA

DESCRIÇÃO DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: SON DE JESUS CORRADO

Vizinho: ANTONIO CORRADO

Endereço: CASTELINA DOS SANTOS CORRADO

Município: Pitanga - PR

Solteiro

Data do Nascimento: 14/01/1928

Nº de Filhos: 1

Local:

Nº Livro: Fls. :

Identidade N.º: 7888.401-1 PR

Profissão: AGRICULTOR

CNPJ/CIC: 021.546.049-94

Local: N.º Livro: Fls. :

Propriedade pública: Não (X) Sim () Qual?

Sim () ou Não (X)

A Santa

Município: 3437-36462908-08

UF:

Celular:

DADOS DO CÔNJUGE:

Nome:
Data do Nascimento:
Nº de Filhos:
Profissão:
CNPJ/CIC:
Local: N.º Livro: Fls. :

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): Lote 29 Glusa 16

Endereço: ERRA SANTA DA VENTURA

Distrito:

Comarca: Pitanga

Área (em ha): 31.8369 (em m²):

INCRA:

Utilização e coordenadas (UTM):

OCUPAÇÃO

Permitivo? Sim () Não (X) Tempo de ocupação: 08 (anos) (meses)

Forma de transmissão: compra

Transmitente: SON DE JESUS CORRADO

Adquirente o imóvel: Sim (X) Não ()

Outros:

Outros dados do Imóvel:

PROCURADORIA GERAL
FLS. 52

37 -
verso

544

il? Não () Sim () Quantos?

.....	ha	Tab.01	()
.....	ha	Tab.01	()
.....	ha	Tab.01	()
.....	ha	Tab.01	()

desenvolvidas anteriormente:

MPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

IMÓVEL	Especificação	Hectares	%
	Canavieira Branca	23.8776	75
		7.9593	25

ÓVEL

..... / ha

Levemente Ondulado: %

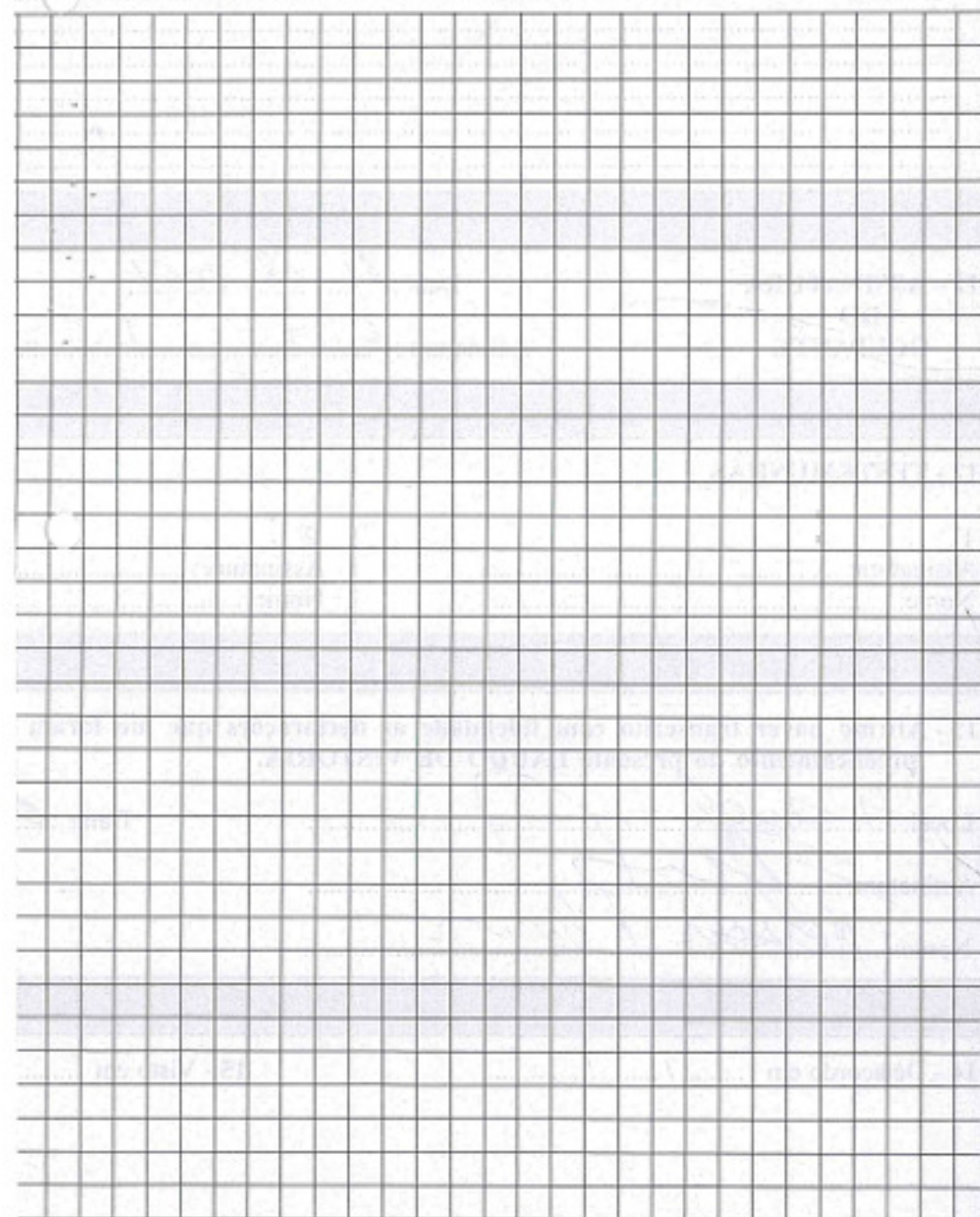
..... % Acidentado: %

..... % Pedreira: %

O:

Apresenta pouco () Acentuada ()

vel () Terraço ()



10 - OBSERVAÇÕES

O presente Laudo foi assinado por
 Sra. Maria Suedo que os dados constam
 de documento de identificação constante
 nos fls. 07 e 08 do presente processo.

[Handwritten signature]

[The remaining lines of the observation section are crossed out with a large diagonal line.]

11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data : 01/08/2007

Assinatura : *Nasturina dos Santos Cardoso*

12 - TESTEMUNHAS

1ª
 Assinatura :
 Nome :

2ª
 Assinatura :
 Nome :



38
 verso



PROTOCOLO Nº 5.726.328 - 8 - GILSON DE JESUS CONRADO



Sr. Diretor,

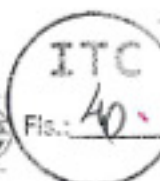
Atualizado o Laudo de Vistoria aqui tratado, sugerimos que o presente venha ser devolvido a Assessoria Jurídica da Casa Civil, para trâmite nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual.

DITER/REG. FUN., em, 25 de setembro de 2007


Roberto Alfredo Gomes
Setor de Regularização Fundiária



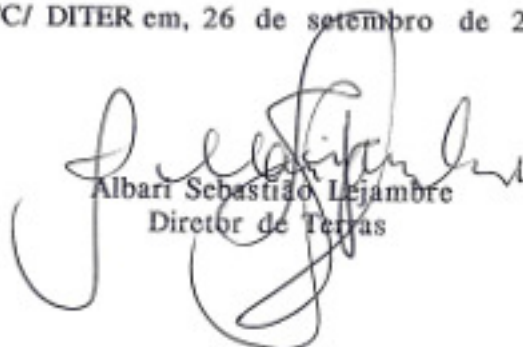
PROTOCOLO Nº 5.726.328 - 8 - GILSON DE JESUS CONRADO



Senhor Diretor Presidente.

Face as informações contidas no presente estamos encaminhando para conhecimento e remessa à Casa Civil, para os devidos fins.

ITC/ DITER em, 26 de setembro de 2007


Albari Sebastião Lejambre
Diretor de Terras

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS - SEMA



GOVERNO DO
PARANÁ



Folha Nº



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

Recibido em 26.09.07
Karine (pág 84/9P)



RECEBIDO em 05 10 07

RO-05-76.169



GOVERNO DO
PARANÁ



Curitiba, 02 de outubro de 2007
Ofício nº 235/2007 – ITC/GP

Elabore-se Mensagem à A.L.E.
Em / /

CASA CIVIL
9^o
FLS. 43
RUB. 06

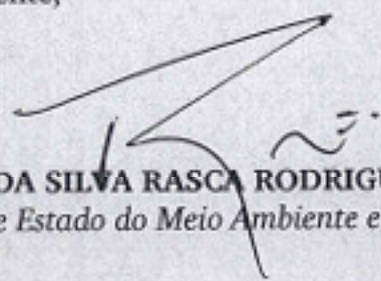
Roberto Requião
Governador do Estado

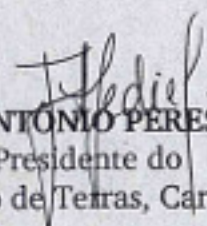
Sr. Secretário

Encaminhamos o protocolo 5.726.328-8 à Vossa Excelência, em virtude do Parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria ter recomendado: "O presente processo deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a devida autorização, nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual".

Na oportunidade, reiteramos nossas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos


JOSÉ ANTONIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

Ao Senhor
RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil
Curitiba - PR

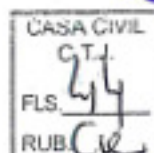


GOVERNO DO
PARANÁ



INFORMAÇÃO

Protocolo Nº



PROTOCOLO nº 5.726.328-8

Encaminhe-se o presente à Coordenadoria
Técnico Jurídica – CTJ/CC.

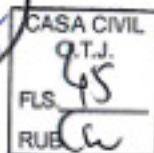
Em, 26 de outubro de 2007

JUSSARA BORBA GUSO
Diretora Geral da Casa Civil

Distribuído em: ____/____/____

Para Dr.(ª): _____

Andréa Pires da Costa
Coordenadora Jurídica Casa Civil



PROTOCOLO N.º: 5.726.328-8

INTERESSADAS:

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA;
2. Gilson de Jesus Conrado.

PARECER N.º: 4459/2007 – C T J – C C

EMENTA: AUTORIZAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DOMINIAL, EM NOME DE GILSON DE JESUS CONRADO, DO LOTE Nº 29, DA GLEBA 16, COM 31,8369 HA, PERTENCENTE AO IMÓVEL DENOMINADO COLÔNIA BOA VENTURA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, COMARCA DE PITANGA – PR. POSSIBILIDADE. ART. 54, INCISO XXX DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

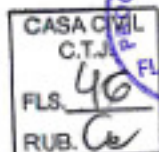
O Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do Chefe da Casa Civil, encaminha à consideração do Senhor Governador do Estado, para posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa, o presente protocolado, o qual trata de pedido formulado pelo Senhor Gilson de Jesus Conrado referente à regularização dominial, em seu favor, do Lote nº 29, da Gleba 16, com 31,8369 ha, pertencente ao Imóvel denominado Colônia Boa Ventura, situado no município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

Ressalta-se que o requerente já obteve a titularização do Lote nº 03, da Gleba 16, com área correspondente a 111,8985 ha, conforme consta no Relatório de Limite Constitucional às fls. 11/12, sendo assim, nos termos do Parecer nº 395/2004 da Assessoria Jurídica da SEMA, apesar do imóvel, objeto da presente, possuir uma área pequena, constata-se que a área anteriormente regularizada (111,8985 hectares) em favor do requerente é superior ao que estabelece o art. 54, inc. XXX da Constituição do Estado, fazendo-se necessário, então, o encaminhamento deste pedido à aprovação da Assembléia Legislativa.

Destaca-se o disposto pelo artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, nos seguintes termos:

*Art. 54. Compete, privativamente à Assembléia Legislativa:

Due

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**Casa Civil
Coordenadoria Técnico-Jurídica

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal”.

Ressalta-se que, conforme o disposto no Parecer da Assessoria Jurídica da SEMA, fica o requerente sujeito ao pagamento dos valores atualizados referentes à aquisição do imóvel em questão.

Constata-se, às fls. 37/38, Laudo de Vistoria que trata da possibilidade do pedido de regularização dominial.

Diante do exposto, esta Coordenadoria posiciona-se pelo encaminhamento do presente protocolado ao Exmo. Governador do Estado, nos termos do art. 87, inciso IV, da Constituição Estadual, que poderá determinar o envio de Mensagem Governamental à Assembléia Legislativa, na forma solicitada, após redação a ser dada pela CTL/CC.

CTJ, 14 de dezembro de 2007

Tatiany Almeida
Assessora Jurídica da Casa Civil
OAB/PR 36.280

REVISADO EM: 14/12/2007

Elói Mezzadri
Assessor Jurídico

Felipe Woiciechowski Faria
Acadêmico de Direito.

1. De acordo;
 2. Encaminhe-se à DG/CC.
- Em, 14/12/2007.

Andréa Pires da Costa
Coordenadora Jurídica da Casa Civil



INFORMAÇÃO Nº 253

PROTOCOLO Nº. 5.726.328 – 8 – SID – GILSON DE JESUS CONRADO

Senhor Diretor,

- Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para os devidos fins, ou seja, elaboração de nova Mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter Autorização para Alienação do lote aqui objetivado.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Albari Sebastião Lelombre
Técnico em Assuntos Fundiários



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos



INF. Nº0292/2013

Prot.: Nº.05.726.328-8 _ SID_ GILSON DE JESUS CONRADO

Data: 29/07/2004.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembleia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.


Diretor de Terras em 26/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes

Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

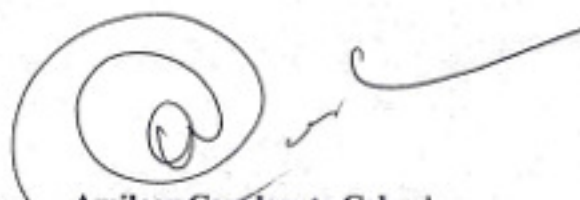
Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 5.726.328-8, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Amilcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



PROTOCOLO: 5.726.328-8

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

ASSUNTO: Regularização Dominial.

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1996/2013 – NJA/SEEG

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para regularização dominial do lote nº 29, da Gleba 16, com 31,8369 ha, pertencente ao imóvel denominado Colônia Boa Ventura, situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica da Sema (fls. 14/15), que posiciona-se pelo deferimento do pedido, ressaltando apenas que, "tendo em vista que a área objeto presente requerimento e a área já adquirida junto ao Estado pelo requerente, ultrapassar a soma de cem hectares ha., o presente processo deverá ser encaminhado à Assembleia legislativa do Estado do Paraná, para a devida autorização, nos termos do Art.54, inciso XXX, da Constituição Estadual."

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 21 de agosto de 2013.

Camila Oviedo Bittencourt
Assistente Técnica

Miguel Campos
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração SEEG

Curitiba, 10 de

SEEG
CTL
SI
Fls. 51
de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Gilson de Jesus Conrado, o Lote 29, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 31,8369 ha., localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no art. 54, XXX, da Carta Estadual, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.726.328-8/SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.726.328-8

Curitiba, em 11 de dezembro de 2013.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa aprove Decreto Legislativo que, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Gilson de Jesus Conrado, o Lote 29, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 31,8369 ha., localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no art. 54, XXX, da Carta Estadual, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.726.328-8/SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.726.328-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14.813/2013 (Protocolo n.º 10.886/2013-DAP)

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem n.º 204/2013

Parecer n.º 421/2013

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação preliminar acerca da Mensagem n.º 204/2013 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária. Em manifestação anterior constatou-se que o feito não estava instruído com a informação necessária para formação de juízo acerca do cabimento de Decreto Legislativo. Todavia, após contato da Casa Civil do Estado do Paraná, foi enviada cópia integral do Protocolo SIP n.º 5.726.328-8.

É o que passo a analisar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A

ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Conforme aduzido no Parecer n.º 416/2013-PG-ALEP, é da competência da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo se as áreas forem superiores a 100 hectares.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (31,8369 ha), o possuidor já obteve a titularização de área correspondente a 111,8985 ha, devendo sua situação dominial ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR¹, e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976²:

¹ **Art. 22.** As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse.

[...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

² **Art. 29.** O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos



Desta forma, é necessário se proceder à incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR³. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁴) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

- I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;
- II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;
- III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;
- IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

de moradia permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

³ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁴ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III — o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;

II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo o Sr. GILSON DE JESUS CONRADO os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 204/2013, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁵. A forma de cumprimento das normas licitatórias deverá ser devidamente analisada pelo Poder Executivo, tendo em vista ser atribuição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná apenas autorizar a alienação do imóvel.

É o parecer que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

OAB/PR 50.580

⁵ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

Protocolo n.º 14813/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta – Regularização Fundiária – Mensagem nº 204/2013.



I. Aprovo o Parecer nº 421/2013;

II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2014 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e do Deputado Plauto Miró que *"Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis"*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 204/2013, oriunda do Poder Executivo que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 13/2014, de autoria dos Deputados Estaduais Valdir Rossoni e Plauto Miró.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel descrito em seu artigo 1º, o qual perfaz área total de 31,8369 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, no Estado do Paraná.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: *"A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a*



matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social”

E ainda, continua:

“[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.”

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.

II –ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

“Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.”

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

“Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são eivadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

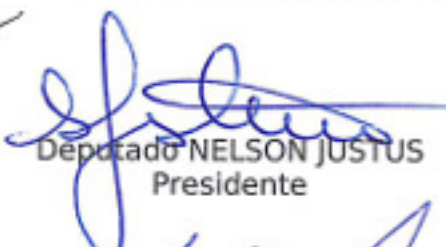
É O VOTO.




III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2014, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, nos termos da Mensagem de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 12 de AGOSTO de 2014


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Pastor Edson


Valdir Rossoni


Plauto Miró


Glécio


Alexandre

APROVADO

12/8/04



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/14

RELATÓRIO

A Mensagem nº 204/13, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 13/14, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Gilson de Jesus Conrado, o Lote nº 29, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 31,8369 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o parecer favorável, devidamente aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, e no art. 156, ambos da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



protocolado nº 5.894.656-7-SID, e que obteve o pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO


Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13/14.


É o parecer.

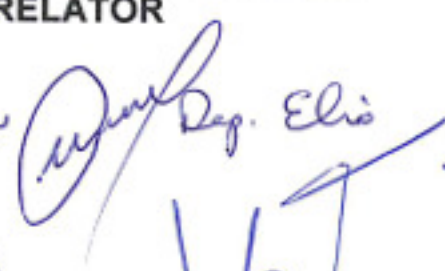
Sala das Comissões,

26/08/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


Dep. Wilson


Dep. Elói


Dep. Behren


Dep. Ernio

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 12 AGO. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 11 / 08 / 2014

Presidente

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 237014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 753/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer que os servidores de carreira do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná e do Instituto Médico-Legal do Estado do Paraná, ativos e inativos, terão direito ao porte de arma de fogo, de propriedade particular ou do Estado, mesmo fora de serviço, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do § 2º do art. 1º.

O não acolhimento ao referido dispositivo decorre do fato da norma nele contida já estar prevista na parte final do *caput* do mencionado artigo, o que criaria, caso sancionado, duplicidade de norma.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.896.064-5

Publicada no Diário Oficial
Nº 9263 de 06/08/14
Republicada no Diário Oficial
Nº _____ de _____



Projeto de Lei nº 753/2011
(Autoria do Deputado Ney Leprevost)

Dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Estabelece que os servidores de carreira do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná e do Instituto Médico-Legal do Estado do Paraná, ativos e inativos, terão direito ao porte de arma de fogo, de propriedade particular ou do Estado, mesmo fora de serviço.

§ 1º A autorização para o porte de que trata esta Lei deverá constar na carteira funcional do servidor a ser expedida pela autoridade competente.

§ 2º Os servidores previstos no *caput* deste artigo poderão portar a arma de fogo quando fora de serviço.

§ 3º As armas que forem adquiridas pelo Estado deverão ser oficialmente identificadas antes de fornecidas em carga aos servidores.

Art. 2º A autorização prevista no art. 1º desta Lei será condicionada à comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo, atestadas por profissional devidamente habilitado, na forma da lei, com validade máxima de três anos.

Art. 3º A comprovação da capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo a que se refere o art. 2º desta Lei, bem como a autorização para o porte de arma, deverão ser aferidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Parágrafo único. A autorização de que trata o *caput* deste artigo deverá ser regulamentada, observados os requisitos exigidos para o porte da Polícia Militar do Estado do Paraná e da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 4º O Poder Executivo terá o prazo de noventa dias para regulamentar a presente Lei.

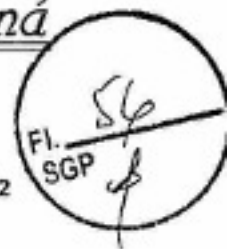


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Projeto de Lei nº 753/2011.

fls.2



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de julho de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Lei nº. 18 179



Data 06 de agosto de 2014

Súmula Dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Estabelece que os servidores de carreira do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná e do Instituto Médico-Legal do Estado do Paraná, ativos e inativos, terão direito ao porte de arma de fogo, de propriedade particular ou do Estado, mesmo fora de serviço.

§ 1º A autorização para o porte de que trata esta Lei deverá constar na carteira funcional do servidor a ser expedida pela autoridade competente.

§ 2º...Vetado...

§ 3º As armas que forem adquiridas pelo Estado deverão ser oficialmente identificadas antes de fornecidas em carga aos servidores.

Art. 2º A autorização prevista no art. 1º desta Lei será condicionada à comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo, atestadas por profissional devidamente habilitado, na forma da lei, com validade máxima de três anos.

Art. 3º A comprovação da capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo a que se refere o art. 2º desta Lei, bem como a autorização para o porte de arma, deverão ser aferidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Parágrafo único. A autorização de que trata o *caput* deste artigo deverá ser regulamentada, observados os requisitos exigidos para o porte da Polícia



Militar do Estado do Paraná e da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 4º O Poder Executivo terá o prazo de noventa dias para regulamentar a presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de agosto de 2014.

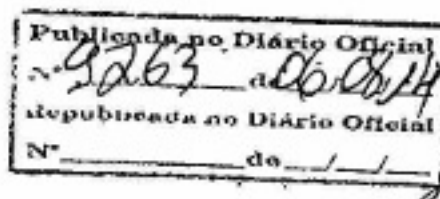


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Leon Grupenmacher
Secretário de Estado da Segurança Pública

Cezar Silvestri
Chefe da Casa Civil

Ney Leprevost
Deputado Estadual





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 06/2014

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 06/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o projeto de lei nº 753/2011, de autoria do Dep. Ney Leprevost, que dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do instituto médico-legal no Âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 753/2011, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do instituto médico-legal no Âmbito do Estado do Paraná, restou parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



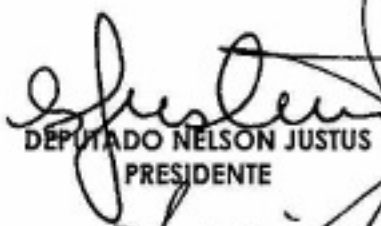
Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 753/2011 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **15 de julho de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 06/2014, foi exarada em data de **06 de agosto de 2014**, sendo desta maneira tempestivo.

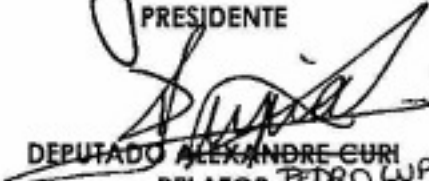
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.


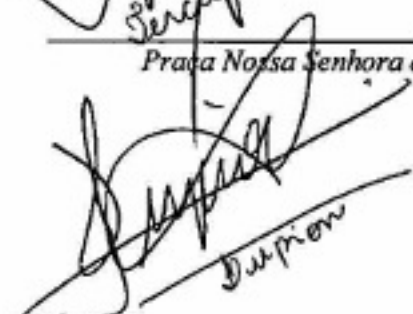
CONCLUSÃO


Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR PEDRO LUPION



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Pastor

APROVADO
19/08/14